

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTU SENSU EM LETRAS
MESTRADO ACADÊMICO

RAYRON LENNON COSTA SOUSA

**REPRESENTAÇÃO FEMININA AFRODESCENDENTE NAS OBRAS INFANTO-
JUVENIS DE ANA MARIA MACHADO E VALÉRIA BELÉM**

São Luís

2018

RAYRON LENNON COSTA SOUSA

**REPRESENTAÇÃO FEMININA AFRODESCENDENTE NAS OBRAS INFANTO-
JUVENIS DE ANA MARIA MACHADO E VALÉRIA BELÉM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Letras, área de concentração Teoria Literária.

Orientadora: Profa. Dra. Algemira de Macêdo Mendes.

São Luís

2018

Sousa, Rayron Lennon Costa.

Representação feminina afrodescendente nas obras infanto-juvenis de Ana Maria Machado e Valéria Belém / Rayron Lennon Costa Sousa. – São Luís, 2018.

142 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual do Maranhão, 2018.

Orientador: Profa. Dra. Algemira de Macêdo Mendes.

1. Literatura Infanto-Juvenil. 2. Afrodescendência. 3. Gênero. 4. Ana Maria Machado. 5. Valéria Belém. I. Título.

CDU 82-93:305-055.2(81)

RAYRON LENNON COSTA SOUSA

REPRESENTAÇÃO FEMININA AFRODESCENDENTE NAS OBRAS INFANTO-JUVENIS DE ANA MARIA MACHADO E VALÉRIA BELÉM

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Letras, área de concentração Teoria Literária.

Orientadora: Profa. Dra. Algemira de Macêdo Mendes.

Aprovada em ____/____/2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Algemira de Macêdo Mendes (ORIENTADORA)

Doutora em Letras – PUC/RS

Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Prof^a. Dr^a. Joseane Maia Santos Silva

Doutorado em Letras - USP

Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

Prof. Dr. Diógenes Buenos Aires de Carvalho

Doutor em Letras – PUC/RS

Universidade Estadual do Piauí - UESPI

Dedico à minha avó, Petronila Porto de Gois Costa (*in memoriam*), pela linda experiência de vida que compartilhamos e pela tão sonhada formatura.

À Ângela Lago, por ilustrar e encantar a vida de tantas crianças.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida, pela arte poética e pelas relações que se estabelecem todos os dias para a nossa construção, resultando em felicidade e plenitude.

À minha mãe Carmencita, pelas vivências, pelos ensinamentos e por todas as lutas enfrentadas para subsidiar educação, saúde e bem-estar a mim e a meus irmãos. Por ser sempre minha cúmplice em meus projetos de vida e pelo apoio incondicional. Por ser sempre a personificação do amor materno.

À minha avó Petronila (*in memorian*), pelos anos em que fui presenteado com sua presença a florada de Alma de Flores, cuja personalidade será sempre lembrada pela presença de amor, de carinho, de cuidado, e por ter alimentado meu imaginário com milhares de narrativas enquanto pescávamos às margens do velho Buriti.

Ao meu pai Raimundinho (*in memorian*), por ter me ensinado através de seu silêncio e ausência uma parte essencial do sentido da vida.

Ao meu tio Nonato (*in memorian*), por ter sido o tio querido, pelo incentivo, sempre questionando-me sobre o futuro. Ele soube fazer de sua estadia nesse plano um projeto de relações afetuosas.

À minha filha Ana Livia, que chegou neste momento para nortear minha vida para uma das questões mais sinceras que é a paternidade.

À minha irmã Rayrani, por ser uma grande e importante peça no emaranhado das minhas vivências acadêmicas e pessoais. E por ter misturado comigo o feijão, o milho e a farinha, em nossa infância bem vivida. Não sabíamos que ao misturar aqueles ingredientes estaríamos selando uma amizade para além do vínculo familiar.

Ao meu irmão Rodrigo, por mostrar-me que apesar de nossas diferenças existe uma história que tecemos juntos todos os dias. E pelo carinho diferente que nutrimos um pelo outro.

Ao meu irmão Felipe, por sempre compreender meu tempo de estudo, abdicando de seu conforto para fazer-me companhia no quarto, adormecendo inúmeras noites ao claro de uma luz que o embalava para o universo do imaginário de sua tão sonhada adolescência.

À Lucineide, uma irmã sempre presente em minha vida, que me estende sua mão nas horas mais difíceis.

Ao tio Chagas, que em sua simplicidade mostra-me sempre que está na educação a mudança do universo.

À minha madrinha Maria da Paz, dona de um coração cristão que é só bondade.

À minha amiga Cidá, por sempre emprestar sua voz quando o silêncio da impossibilidade assolava os seus queridos. Dona de um convite tentador para um café com leite “fumaçando”, cheio de cor e sabor. O debruçar de braços era sempre na varada de sua casa, contemplando um horizonte de esperanças que se estendia pelas margens da uma mulher negra de fibra.

À minha grande e inesquecível amiga Dona Remédios (*in memorian*), por presentear-me com sua presença todas as noites, entre prosas e risos, entre sorrir e chorar, e que partiu na esperança de outras viagens...

À minha amiga Iolanda de Lourdes, por ser sempre tão cuidadosa e afetuosa comigo, sempre com muito amor enrustido em sua timidez.

À Dona Zeza, personalidade forte, mas dona de um coração tão afetuoso e límpido, contemplado em sua mania de querer deixar todos confortáveis, além da riqueza de detalhes de suas memórias de infância, que alimentam na velhice o recontar de sua trajetória.

Ao amigo Bernardo, por ser o amigo presente e autêntico, por ensinar-me que a arte salvará o mundo e a poesia transcende a alma.

À Conceição Gomes – a Neném, pela amizade sincera durante todos esses anos, reciprocidade que levamos aos trancos e barrancos, mas que é um laço duradouro e transcende a compreensão humana.

Aos primos e primas: Marcos, Marcelo, Márcio e Meyre; Edlayna, Júnior (*in memorian*), Cleydlenne e Jânio; Milagres, Chaguinha, Ângela Maria, Luís e Fatinha; Woston, William e Diego; Kátia, Cíntia, Diego e Júnior Gois, por terem sido tão presentes em minha vida, cada um em sua singularidade e em seu momento.

À minha família paterna que sempre esteve próxima e povoou outras memórias de infância.

À dona Eriomar, pelo carinho e por ser sempre o sorriso espontâneo esperando que eu conte minhas danações.

Ao amigo John Taysson, pelo auxílio logístico e pelo carinho construídos nas carnavalizações da vida.

À Profa. Maria de Lourdes Vieira Carvalho (a professora Lourdinha), que com seu guarda-chuva amarelo me apresentou aos universos linguísticos e literários.

À Profa. Abilene Ferreira, uma amiga querida, que foi uma âncora na minha graduação, contribuindo significativamente para que eu concluísse o curso, e por continuar acompanhando-me nas trajetórias de vida.

À querida Claudia Moraes, pessoa ímpar e de grande intelecto que tenho o prazer de ter como amiga e colega de trabalho, agregando além das inúmeras leituras e sugestões para a escrita deste texto, outras tessituras literárias e intersubjetivas.

À Profa. Flávia Alexandra, pela parceria que vai além dos universos acadêmicos.

À Profa. Heridan Guterres, por ter sido uma das pessoas que acreditou em minhas potencialidades e pela trajetória que escrevemos juntos nesses muitos anos de parceria e amizade.

À Profa. Aldenora Márcia, pelos cafés, pelas inúmeras leituras e contribuições, desde o Projeto até esta dissertação, e, sobretudo, pela amizade. Sua leitura crítica sempre me possibilitou galgar novos horizontes e perceber o mundo a partir de novas óticas.

Ao amigo Prof. Custódio Almeida, por ter me proporcionado a primeira experiência como docente, em meados de 2008, é por ser ele uma inspiração para muitos educadores.

À minha orientadora, Prof.^a Dra. Algemira de Macêdo Mendes, pela confiança e atenção durante todo o processo de construção desta pesquisa, mostrando-me novos caminhos e lapidando as discussões para além do plano textual.

À Profa. Joseane Maia, que com seu olhar clínico e sensível me direcionou para caminhos tão felizes nas tessituras que constituem o universo da literatura infanto-juvenil, desde a qualificação até a defesa deste trabalho.

Aos professores do Mestrado em Letras da UEMA: Henrique Borralho, Andrea Lobato, Gilberto Freire, Kátia Carvalho e Silvana Pantoja, que compartilharam conosco as melhores experiências de leitura e discussões.

Aos amigos da 1ª turma de Mestrado em Letras da UEMA: Saulo (Saulito), Everaldo (Éver), Gilcimara (Gil), Vanessa (Van), Talia, Paulo, Malthus, Ernane (Nane), Maria Aparecida (Tatá), Alessadra (Alê), Giselle (Gis), Ane Beatriz (Ane), Layssa (Lala) e Sarah, pelo carinho construído, pelo sentimento de grupo que tomou-nos conta desde a seleção e por tantos momentos entre as salas de aulas, o RU e o nosso Bosque.

À querida Aline, secretária do Mestrado, sempre com um sorriso largo e uma solução para os entraves burocráticos que nos perseguiram.

À Universidade Federal do Maranhão – UFMA, especificamente o Campus de São Bernardo, pelo incentivo e pela flexibilidade em adequar minha vida docente para que eu pudesse tornar este sonho realidade.

Aos amigos e companheiros de jornada acadêmica que conheci no Uruguai, em 2016: Felipe, Simone e Raquel, pelos diálogos interdisciplinares, pelas caminhadas repletas de reflexões e por terem dividido comigo a experiência única que foi viver Montevideú.

Aos amigos e professores de Língua Espanhola pelas ricas contribuições e pelas interculturalidades vividas no *Instituto Caro y Cuervo*, no Curso de Pedagogia e Didática de Língua Espanhola como Língua Estrangeira, na Colômbia, em 2014.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente tiveram uma pincelada de contribuição e constituíram outras memórias neste momento tão significativo de minha trajetória acadêmica e pessoal.

“A literatura antecipa sempre a vida. Não a copia, molda-a aos seus desígnios”.

Oscar Wilde (1854-1900)

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar as produções literárias infanto-juvenis contemporâneas, evidenciando o lugar das personagens afrodescendentes sobre novas perspectivas escritas, especificamente em *Menina bonita do laço de fita* (1986), de Ana Maria Machado, e *O cabelo de Lelê* (2007), de Valéria Belém. A análise será à luz das discussões sobre a identidade na pós-modernidade, refletindo criticamente sobre as contribuições dessas narrativas e protagonismos na formação do público leitor, no universo da leitura como formação social. Esta pesquisa classifica-se, segundo sua finalidade, como pesquisa teórico-bibliográfica, utilizando como metodologia a análise-crítica, caracterizada como explicativa. O aporte teórico constitui-se das discussões de Coelho (1991), sobre o contexto histórico da literatura infanto-juvenil, discussões essas ratificadas por Zilberman (2014), bem como as discussões sobre a formação e historiografia literária infanto-juvenil no Brasil, desde sua gênese. Acerca das discussões sobre identidade na pós-modernidade, dispomos das considerações de Hall (2006) e Castells (1999). Sobre as inter-relações entre afrodescendência, literatura e racismo, Fanon (2008), Duarte (2011), Candido (1999). No tocante às discussões de gênero, Beauvoir (1989), Butler (2003) e Zolin (2005), além das considerações sobre as dominações, Bourdieu (2002) e Fanon (2008), entre outros teóricos. Intenta-se que as discussões proporcionem uma compreensão das novas produções infanto-juvenis que trazem como protagonistas mulheres e afrodescendentes, cujo objetivo é a representação positiva das minorias étnicas na escrita literária contemporânea.

Palavras-chave: Literatura Infanto-Juvenil. Afrodescendência. Gênero. Ana Maria Machado. Valéria Belém.

RESUMEN

La presente investigación tiene como objetivo enfocar las producciones literarias infanto-juveniles contemporáneas, evidenciando el lugar de los personajes afrodescendientes en nuevas perspectivas escritas, específicamente en *Niña bonita del lazo de cinta* (1986), de Ana Maria Machado y *El cabello de Lelê* (2007), de Valéria Belém. El análisis será a la luz de las discusiones sobre la identidad en la pos modernidad, reflejando críticamente sobre las contribuciones de esas narrativas y protagonismos en la formación del público lector, en el universo de la lectura como formación social. Esta investigación se clasifica, según su finalidad, como investigación teórico-bibliográfica, utilizando como metodología el análisis crítica, caracterizada como explicativa. El aporte teórico se constituye de las discusiones de Coelho (1991), sobre el contexto histórico de la literatura infanto-juvenil, discusiones esas ratificadas por Zilberman (2014), así como las discusiones acerca de la formación e historiografía literaria infanto-juvenil en Brasil, desde su génesis. Acerca de las discusiones sobre identidad en la pos modernidad, llevamos en cuenta las discusiones de Hall (2006) y Castells (1999). Además de las consideraciones sobre la relación entre la afrodescendencia, la literatura y el racismo, Fanon (2008), Duarte (2011), Candido (1999). En cuanto a las discusiones de género, Beauvoir (1989), Butler (2003) y Zolin (2005). Acerca de las discusiones sobre las dominaciones, Bourdieu (2002) y Fanon (2008), entre otros teóricos. Se intenta que las discusiones proporcionen una comprensión de las nuevas producciones infanto-juveniles que traen como protagonistas mujeres y afrodescendientes, cuyo objetivo es la representación positiva de las minorías étnicas en la escritura literaria contemporánea.

Palabras clave: Literatura Infanto-Juvenil. Afrodescendencia. Género. Ana Maria Machado. Valeria Belém.

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 01: CAPA DO LIVRO MENINA BONITA DO LAÇO DE FITA.....	99
IMAGEM 02: MENINA BONITA DO LAÇO DE FITA.....	101
IMAGEM 03: MENINA BONITA COM A MÃE.....	105
IMAGEM 04: CAPA DO LIVRO O CABELO DE LELÊ.....	118
IMAGEM 05: O CABELO DE LELÊ.....	119
IMAGEM 06 – LELÊ LÊ PAÍSES AFRICANOS.....	121
IMAGEM 07: DIVERSIDADE ESTÉTICA.....	124
IMAGEM 08: A BELEZA DE LELÊ.....	127
IMAGEM 09: LELÊ E A MAGIA DE SER QUEM É.....	128
IMAGEM 10: LELÊ E O MUNDO.....	128
IMAGEM 11: LELÊ AMA O QUE VÊ.....	129

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	15
2 LITERATURA INFANTO-JUVENIL: ORIGEM E CONCEITO	19
2.1 Um breve histórico e percurso do leitor	19
2.2 Percurso evolutivo da Literatura Infanto-juvenil Brasileira: da formação à produção contemporânea	34
3 A REPRESENTAÇÃO DA PERSONAGEM AFRODESCENDENTE NA NARRATIVA INFANTO-JUVENIL NA CONTEMPORANEIDADE NAS OBRAS DE AUTORIA FEMININA.....	52
3.1 Considerações sobre a Literatura de Autoria Feminina no Brasil	52
3.2 Ser Afrodescendente no Brasil do Século XX e XXI: questões de gênero, etnia e poder..	65
3.3 A representação da personagem afrodescendente na literatura infanto-juvenil contemporânea	79
4 PARA ALÉM DOS LAÇOS DE FITA E DO CABELO DE LELÊ: análise das personagens femininas das obras de Ana Maria Machado e Valéria Belém	94
4.1 O lugar da <i>Menina bonita do laço de fita</i> no universo da literatura brasileira contemporânea	97
4.2 O cabelo de Lelê, de Valéria Belém e suas potencialidades no universo da literatura brasileira contemporânea.....	116
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
REFERÊNCIAS.....	136

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As discussões sobre novos lugares e novos protagonismos na literatura brasileira tematizam um cenário literário inovador na contemporaneidade. Neste interim, Mulheres Afrodescendentes caminham para garantir uma representação positiva, representação essa negada historicamente por inúmeras formas de dominação. Assim, o universo da literatura, através da experiência com o texto literário, subsidia um deleitamento dos leitores para a desconstrução de estereótipos que marcam as identidades dessas mulheres afrodescendentes no campo social e literário. O que antes as tornava inferiores, agora assegura suas identidades e a conquista de seus lugares.

Embasados nessas assertivas, o lugar do negro, do indígena e da mulher nunca esteve tanto em evidência como neste século. Embora as discussões tenham iniciado anteriormente, na virada do século XIX para o século XX. É na contemporaneidade que a mulher pode escrever e assinar sua escrita sem subterfúgios, que o negro protagoniza as narrativas e não é obrigado a estar em posição subalterna. É partindo desse novo projeto literário que tais protagonismos têm se tornado objeto de reflexões e análises na busca da superação e transformação de um cenário literário predominantemente masculino e branco, o que acaba instigando a construção de um cânone democrático.

Nesse sentido, é na literatura infanto-juvenil que objetivamos investigar de que modo a personagem afrodescendente é representada do ponto de vista étnico e de gênero, contemplando, neste emaranhado, discussões sobre gênero, autoria feminina e a formação de afirmação das identidades, refletindo criticamente sobre as contribuições dessas escritas e protagonismos na formação do público leitor, no universo da leitura como formação social à luz das teorias que circunscrevem essas discussões.

Discutir a conquista de lugares, a afirmação das identidades e a busca pela compreensão das presenças “ainda vigiadas” é construir um panorama não mais pautado na horizontalidade, mas na verticalidade das relações sociais, que possibilitam o surgimento de produções literárias de autoria feminina que diversifica, agora, o acervo e os espaços literários da literatura brasileira, espaços esses ancorados em um projeto moderno de equidade social. Assim sendo, a leitura pretendida no presente trabalho busca focar as produções literárias infanto-juvenis contemporâneas, evidenciando o lugar da personagem afrodescendente nessas novas perspectivas escritas.

As autoras Ana Maria Machado e Valéria Belém protagonizam a autoria feminina da escrita infanto-juvenil desse trabalho. A primeira por ser uma precursora de uma narrativa que apresenta uma protagonista negra em meados da década de 1980, cujo sentimento de pertencimento da personagem é notável e de grande valia no período em que a obra foi lançada. A autora quebra a harmonia dos estereótipos objetivando a superação de “ideais” construídos e considerados únicos¹, além de ser uma escritora de grande impacto no rompimento do silenciamento das produções desse gênero desde Monteiro Lobato. A segunda, Valéria Belém, vem representar a literatura infanto-juvenil do século XXI, vislumbrando na efervescência das discussões sobre afrodescendência, gênero e minorias, a construção da identidade afrodescendente alinhada às conquistas da inclusão da História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena no currículo da educação básica, garantidas pelas leis 10.639/03 e 11.645/2008, respectivamente.

O *corpus* da pesquisa abrange duas obras ficcionais da literatura infanto-juvenil contemporânea: *Menina bonita do laço de fita* (1986), de Ana Maria Machado, e *O cabelo de Lelê* (2007), de Valéria Belém. A escolha dessas narrativas se deve ao fato de ambas trazerem como protagonistas personagens afrodescendentes conscientes de sua identidade, antevendo um tipo de representação literária positiva no tocante à identidade afrodescendente e às discussões de gênero: ser mulher e ser negra, identificando nessas obras as relações estabelecidas entre as personagens e os contextos sociais vigentes, bem como suas dinâmicas para a superação dos preconceitos.

Considerando que a análise proposta visa compreender, em sua totalidade, a representação da personagem feminina afrodescendente nas narrativas contemporâneas, assim como descrever as relações de empoderamento dessas personagens e, de modo específico, identificando o caráter afirmativo de suas identidades, o método de investigação adotado é a análise crítica, caracterizada como explicativa, precedida da pesquisa teórico-bibliográfica, cuja finalidade será a de compreender e interpretar, através da experiência do texto literário de autoria feminina, as discussões acerca das respectivas representações categorizadas presentes no *corpus* elencado.

¹ Para as desconstruções de ideais, entre elas de gênero e raça, na literatura latino-americana surgiu o movimento literário Boom, entre os anos de 1960 e 1970, que possibilitou à literatura uma nova identidade, pautada, agora, em novos lugares de enunciação, discutindo a transição e a permanência dos respectivos problemas literários, assim “Pensar a transição/permanência destes problemáticos sistemas literários latino-americanos é problematizar os locais de interstício cultural nos quais se estabelecem os campos de força e negociação entre história e teoria; produção, circulação e consumo cultural; sujeito e representação; gênero e performance; hegemonia, diferença e contra-hegemonia, conformando novas subjetividades e novos lugares de fala”. (BRAGANÇA, 2008, p. 120)

O aporte teórico constitui-se das discussões de Nelly Novaes Coelho (1991) sobre o contexto histórico da literatura infanto-juvenil, discussões essas ratificadas por Regina Zilberman (2014) no tocante à formação literária infanto-juvenil no Brasil desde as suas origens. No tocante às discussões de gênero, Simone Beauvoir (1989), pioneira nas discussões sobre gênero na França, disseminadas por todo o Ocidente, busca explicar, a partir de processos sociais e históricos, a dominação masculina, além das considerações sobre Gênero e Identidade de Judith Butler (2003). Elisa Nascimento (2003) traz grandes contribuições quando discute identidade, raça e gênero, no Brasil. Já as discussões sobre identidade na pós-modernidade ganharam voz e foram disseminadas através das considerações trazidas por Stuart Hall (2006), assim como Manuel Castells (1999), que ratifica as discussões de Hall sobre o poder da identidade, além das considerações sobre as dominações, discutidas à luz das teorias de Pierre Bourdieu (2002) e Frantz Fanon (2008), quando discutem as posições que negros ocupam no universo social “branqueado”. No tocante às discussões sobre o entrecruzamento entre literatura, sociedade, afrodescendência e racismo, Eduardo de Assis Duarte (2011), Antonio Candido (1999), Antonio Sampaio Dória (2008), entre outros teóricos que possibilitam, através de suas contribuições teóricas, a compreensão dos aspectos evidenciados nesta pesquisa.

Desse modo, este trabalho intitulado “*Representação Feminina Afrodescendente nas obras Infanto-Juvenis de Ana Maria Machado e Valéria Belém*”, intenta apresentar algumas reflexões sobre literatura infanto-juvenil de protagonismo feminino e afrodescendente, enfocando a desconstrução de estereótipos, preconceitos e ideais no imaginário de seus leitores, a partir da análise das duas narrativas supracitadas.

Com o intuito, o trabalho está dividido em três capítulos: o primeiro se destina a discutir a noção de literatura infanto-juvenil no Brasil, desde os processos de tradução e adaptação de obras, na idealização e concretização desse gênero literário, até a formação da identidade nacional neste gênero literário, possibilitando a visualização de um panorama de escritores que idealizaram a construção e solidificação dessa literatura através de suas escritas, criando uma espécie de linearidade para melhor compreender a evolução desse gênero literário. Discutiu-se, também, o lugar do leitor infantil, juvenil e infanto-juvenil e suas preferências de leitura, o que os motiva e como as narrativas podem construir e desconstruir no imaginário desses leitores estruturas e ideais pré-estabelecidos historicamente.

O segundo capítulo situa os leitores nas discussões sobre gênero e poder, a partir da compreensão do Movimento Feminista e do Movimento Negro Organizado, cujas discussões estão submersas em seus percursos históricos, bem como as conquistas de seus

idealizadores, mulheres e afrodescendentes, que, através das militâncias, garantiram muitos direitos, entre eles a equidade social e racial. Apresentou-se, também, nomes de mulheres representativas que idealizaram e consolidaram a escrita feminina no Brasil, desde as origens até a contemporaneidade. Concluímos o respectivo capítulo com um panorama de obras literárias infanto-juvenis que trazem como protagonistas negros e/ou mulheres, numa tentativa de superação do amálgama social.

O terceiro capítulo está destinado às análises do *corpus*, no qual intenta-se provocar discussões que proporcionem uma compreensão das novas produções infanto-juvenis que trazem como protagonistas mulheres e afrodescendentes, cujo objetivo é a representação positiva das minorias étnicas na escrita literária contemporânea, a partir do sentimento de pertencimento, do dialogismo étnico, bem como das estratégias estético-literárias utilizadas nessas produções.

Por último, as considerações finais trazem o resultado entre os entrecruzamentos dos capítulos teóricos e do capítulo de análise das narrativas, atribuindo a esse momento a responsabilidade de retomar todas as discussões pertinentes ao objeto de investigação, além de apontar futuros novos caminhos para esta pesquisa.

2 LITERATURA INFANTO-JUVENIL: ORIGEM E CONCEITO

2.1 Um breve histórico e percurso do leitor

“A história é émula do tempo, repositório dos factos, testemunha do passado, exemplo do presente, advertência do futuro”.

Miguel de Cervantes² (1547-1616)

O surgimento de uma literatura voltada para crianças e adolescentes se deu ao passo em que as sociedades, de classe média baixa, adentravam no social e o revestiam com suas diferenças e números. Com a construção e o desenvolvimento desses cenários sociais, considerado o crescimento demasiado das populações urbanas, a literatura foi ofertada às classes “populares”, haja vista a exclusão histórica a que esses públicos foram submetidos, ficando a leitura literária direcionada apenas para a classe burguesa, como forma de subsidiar uma formação “cultura” para uns e ausência total dela para outros.

Em vista dessa exclusão encapada de segregação, oportunizou-se, dentro da mesma camada social, o surgimento de novas classes de leitores, protagonizada por aqueles que, no contexto histórico do qual pertenciam, foram excluídos por não serem considerados intelectualmente capazes de interagir com os textos literários. Por outro lado, salientamos que isto se deu porque não se considerava, até a necessidade de uma literatura infanto-juvenil, a leitura literária como potencialidade para o desenvolvimento intelectual de crianças e adolescentes.

(Re)construindo o percurso histórico desta discussão, a Literatura Infanto-Juvenil tem sua gênese e consolidação na Europa, especificamente na França e na Alemanha, na chamada “Modernidade Ocidental”, compreendida entre o século XVII e o XIX, tendo como pressuposto o reconhecimento da criança como integrante da sociedade, garantido a essa o seu *status* de leitora. Embora essa literatura só tenha chegado ao Brasil no final do século XIX, através de práticas de tradução e adaptações dos clássicos canonizados mundialmente, trazidos para a América do Sul como nova possibilidade formativa, ela preencheu uma lacuna no universo literário da literatura brasileira, já que, até àquele momento, só existiam textos

² Um dos mais significativos poetas, romancistas e dramaturgos da Língua Espanhola, nascido na cidade de *Acalá de Henares* em 1547, e falecido em 1616, em Madri, ambas as cidades localizadas na Espanha. Autor de grandes clássicos da literatura mundial, como *Dom Quixote de la Mancha*, sua obra mais conhecida, publicada em 1605.

destinados aos adultos, que eram, por sua vez, lidos por todas as classes de leitores, não existindo, ainda, uma literatura destinada exclusivamente aos infanto-juvenis.

No que se refere aos textos traduzidos, escritores como os *Irmãos Grimm*, *Anderson*, *Charles Perrault*, *Jean de La Fontaine*, entre outros, protagonizaram esse momento com as suas narrativas, trazidas para o Brasil e incorporadas ao universo literário brasileiro como produções nacionais, destinadas a uma parte da sociedade, a tida como “cultura”, enquanto a massa, a sociedade popular, bebia ainda das narrativas orais (mitos), principalmente das lendas e contos folclóricos, processo semelhante que pode ser percebido nas “origens da formação literária infantil e infanto-juvenil na Europa, compreendida entre os séculos IX e XVIII”, assertiva que é ratificada pela ensaísta e crítica literária Nelly Novaes Coelho (1991).

Nesse sentido, os escritores supracitados, considerados precursores no gênero infantil e infanto-juvenil, em suas culturas, (re)colheram os contos transmitidos, os registraram e disseminaram em suas culturas, e, posteriormente, esses textos ganharam outros continentes, cujas traduções e adaptações tiveram que se adequar aos contextos nacionais, como aconteceu no Brasil. Para Coelho (1991, p. 12),

São eles alguns dos escritores que, desde o século XVII, interessados na literatura folclórica criada pelo povo de seus respectivos países, reuniram as histórias anônimas, que há séculos vinham sendo transmitidas, oralmente, de geração para geração, e as transcreveram.

Sob esse ponto de vista, os escritos, instigados pela cultura folclórica e adequados às realidades em que eram colhidos, receberam, além dessas contribuições, outras influências, como a da tradição oriental e das culturas gregas. Percebemos, a partir dessa acepção, que o mesmo processo que se iniciou no Brasil, no século XIX, com a chegada dos clássicos que já existiam em outras culturas, apesar de ser um processo prematuro, se se leva em consideração às datas da chegada dos primeiros textos do gênero infanto-juvenil na literatura brasileira, foi o processo vivido por outras culturas que sobreviviam com as mesmas ausências.

Nesse universo, os leitores infanto-juvenis, em diversos momentos de leitura, depararam-se com textos que retratavam realidades, ora distantes de si, outrora mais próximas de seus contextos socioculturais, como é percebido nas traduções feitas no século XIX, e uma “aproximação” no final do mesmo século, através dos primeiros registros de livros escritos que retratavam as culturas e os povos, narrativas essas escritas e publicadas por brasileiros.

O processo que traz em seu bojo a identidade nacional almejada pelos leitores, principalmente pelo crescimento dos centros urbanos, foi viabilizado por uma sociedade que clamava por novas iniciativas educacionais, movimento de ruptura enfatizado pela escritora e professora Regina Zilberman em *A Literatura Infantil Brasileira* (2014).

O Brasil do século XIX recebia uma literatura imigrante “pronta” e com traços marcantes de outras culturas, embora houvesse semelhanças, haja vista ambas beberem dos mitos, lendas e de modo geral do folclore, envaidecidos com a imaginação advinda da cultura popular e, por consequência, tenha sido tão bem recepcionada. Já no final do século XIX, início do século XX, com os avanços do país, a conquista de direitos e garantias, o aumento da população e o avanço das discussões sobre as minorias étnicas e de gênero sendo (re)desenhadas, procedia-se na busca por uma literatura Infanto-Juvenil que respondesse questões subjetivas que surgiam com essas novas perspectivas. Nesse sentido, é importante compreender a conceituação da Literatura Infanto-Juvenil e seus universos, desde a formação às produções e críticas contemporâneas que a envolvem.

Assim, far-se-á necessário iniciar essa discussão refletindo sobre as inúmeras respostas que surgem quando questionamos sobre *O que é Literatura Infanto-Juvenil*. Para uma melhor compreensão, faz-se necessário desmembrar a discussão em três momentos: i) discorrer sobre o que é literatura infantil; ii) construir um panorama cronológico acerca da Literatura Infanto-Juvenil, desde sua gênese até a contemporaneidade, e, por último, iii) relacionar as discussões sobre a formação da Literatura Infanto-Juvenil e suas definições com seus percursos evolutivos.

As relações elencadas possibilitarão uma maior compreensão dos ideais de ambas, cujo objetivo é possibilitar a construção de um indivíduo mais humano e crítico a partir do contato com o texto literário, situando-as no contexto da literatura brasileira desde as suas origens aos dias atuais, traçando um panorama histórico da Literatura Infanto-Juvenil para melhor compreender a contemporaneidade e suas diversas faces.

Mas retornemos a pergunta que motiva as discussões: *O que é Literatura Infanto-Juvenil?* Pensando numa resposta imediata, podemos considerar que a Literatura Infanto-Juvenil é o gênero literário produzido para crianças, adolescentes e jovens, versando sobre as mais diversas temáticas. Esse processo se inicia pela inserção da criança no mundo do imaginário destinado não somente para a fruição, para o divertimento ou para a informação, mas, também, para desenvolver a psique, ou seja, o psicológico, além de transmitir valores e ideologias, resultando numa literatura que responda os questionamentos sobre o mundo e as coisas.

Tais questionamentos, internalizados pelos leitores e vinculando os textos literários às práticas pedagógicas que foram impostas em determinada época, corroboram para inúmeras discussões acerca do que é Literatura Infanto-Juvenil, por um lado compreendida como estética, como arte, e, de outro, como instrumento de aprendizagem, cujos fins são pedagógicos. A partir deste entrelaçar, nascem as discussões acerca desse gênero e sua relação com a educação.

Assim, Coelho (1991, p. 5) nos informa:

Abertura para a formação de uma nova mentalidade, além de ser um instrumento de emoções, diversão ou prazer, desempenhada pelas histórias, mitos, lendas, poemas, contos, teatro, etc., criadas pela imaginação poética, ao nível da mente infantil, que objetiva a educação integral da criança, propiciando-lhe a educação humanística e ajudando-a na formação de seu próprio estilo.

Considerando o exposto pela autora, compreendemos que é da relação entre literatura enquanto arte atrelada às propostas educacionais que horizontes vão se ampliando para o público de leitores infanto-juvenis, cujos textos propiciam experiências de leituras e de visões através das mais diversas temáticas, perpassando por um processo que se esbarra na necessidade por respostas, imediatas, pautadas nos problemas sociais, visualizados e vividos por esses leitores no interior de seus contextos culturais.

Partindo da necessidade de se compreender os diversos contextos que emergem cotidianamente, surgiu uma literatura que contempla respostas, corroborando com os anseios dessas crianças e jovens. No primeiro momento, ele traz o encanto capaz de produzir inúmeras sensações e construir universos subjetivos nos leitores Infanto-Juvenil, desenvolvendo, por meio daquele, desde capacidades intelectuais e linguísticas a habilidades sensoriais; no segundo, no tocante ao gênero literário, proporciona ao seu leitor o “perceber-se” na sociedade enquanto sujeito crítico, que deve se questionar a todo tempo sobre os contextos e as situações em que está inserido.

Continuamente, esse leitor, em contato com essa literatura infanto-juvenil, criará espaços e universos, estabelecendo relações simbólicas e efetivas entre o mundo material que visualiza e o mundo que vivencia na pele, significando os textos literários a partir de suas temáticas e sua transposição para esses escritos, inter-relacionando o abstrato e o concreto, o imaginário e a realidade, para a construção do sentido que o leitor construirá a partir da leitura do texto literário – logo, é sabido que tais leituras propiciam, em suma, a emancipação de seus leitores.

Acerca do texto literário destinado às crianças, esse apresenta a junção entre mundo real e imaginário, instigando a imaginação e a criticidade a partir da materialidade do texto. É o primeiro contato com o mundo literário, e esse contato inicia-se antes mesmo do balbuciar, quando os pais leem contos de fadas ou cantam cantigas de ninar. As primeiras experiências constituem-se, portanto, em uma memória infantil e encantada, além de servirem como estratégias para desenvolver o cognitivo-linguístico desses indivíduos.

Nesta acepção, os primeiros textos com os quais a criança tem contato trazem, em seu bojo, a essência do bem, do fantástico³ e do maravilhoso – elencados, aqui, enquanto formas narrativas – o desenvolvimento e a construção dos inúmeros mundos que constituem sua identidade enquanto sujeito dialógico, possibilitando a junção dos universos do leitor e do autor, estando no entremeio dessa ligação o texto literário infanto-juvenil. Essa discussão é ratificada por Zilberman (2014, p. 11), ao discorrer que:

[...] Aqueles que predominam na primeira década e meia de vida de cada um são chamados de literatura infantil. Poder-se-iam definir os livros para crianças por essa característica: são os que ouvimos ou lemos antes de chegar à idade adulta. Não significa que, depois, não voltemos a eles; importa, porém, que o regresso se deva ao fato de terem marcado nossa formação de leitor, imprimirem-se na memória e tornarem-se referência permanente quando aludimos à literatura.

Compreendemos, então, a partir da discussão da autora, a memória construída na infância é revestida, inicialmente, de duas grandes categorias: a primeira, como fruto das histórias que são contadas por meio da oralidade, especialmente o trabalho com o gênero Conto; a segunda compreende o processo como fruto do contato com os ambientes formais, especificamente a escola, espaço no qual, muitas vezes, se dá a primeira experiência com o texto literário para fins específicos, cujas finalidades são quase sempre pedagógicas. Vale destacar que, nesse processo, com o advento da inserção das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), as coisas acontecem mais precocemente, o que influencia uma readaptação dos processos de leituras.

No tocante aos novos mecanismos de leitura, principalmente as atreladas à vida tecnológica, construída, via de regra, sobre a internet, segundo o escritor e especialista em Literatura Comparada Antonio Sampaio Dória (2008, p. 22) “[...] a internet, simboliza a

³ Para fins de delimitação do objeto da pesquisa, utilizaremos o conceito de fantástico que considera a narrativa como “a convivência do real com o irreal – fantástico – que se faz a partir da noção de realidade, tomada como hipótese falsa, a que dá uma aura de incerteza e de que não se tem nenhuma explicação satisfatória. O fantástico assume o caráter de aventura, às vezes simbólico, subordinado à função puramente ideológica de provocar e experimentar a verdade. [...] O fantástico não estabelece rupturas intelectuais, mas conjuga os contrários, o real e o irreal, o banal e o estranho”. (SAMUEL, 2002, p. 36, 39).

queda de barreiras na comunicação interpessoal, a livre troca de informações em vários níveis [...]”. Considerando essa assertiva, observamos que o texto literário tanto está presente quanto se revela pelas múltiplas ferramentas multimidiáticas, possibilitando novas leituras e construindo novas faces para esses textos, que, na contemporaneidade, ganham outra roupagem, processos esses que não podem retroceder, uma vez que a sociedade está cada a cada dia mais submersa em ambientes virtuais.

Nesse sentido, Peter Hunt (2010, p. 43) discute a adesão às multimídias como novas formas de leituras, “[...] os textos mais interessantes e experimentais no uso de técnicas de multimídias, combinando palavra, imagem, forma e som”. O autor ratifica o caráter contemporâneo que as tecnologias trouxeram ao mercado editorial, principalmente ao pontuar que as combinações entre texto e imagem, imagem e som, som e movimento possibilitam uma maior apreensão através das novas formas de leitura dos textos literários.

As novas possibilidades de leituras fomentadas pelo mercado editorial não mudaram o teor da literatura infanto-juvenil, principalmente no tocante ao texto infantil, pois ele ainda é quem inicia na criança e a desperta para uma vida social, uma vez que a literatura infantil é arte, é imaginário, possibilidade de mundos, de inter-relações e intersubjetividades, que constrói, em seus leitores, por um poderoso imaginário. Ratificando as definições sobre literatura infantil, Coelho (2000, p. 09):

Literatura infantil é, antes de tudo, literatura; ou melhor, é arte; fenômeno de criatividade que representa o mundo, o homem, a vida, através da palavra. Funde os sonhos e a vida prática, o imaginário e o real, os ideais e sua possível/impossível realização [...].

Dessa forma, a autora corrobora com a ideia de junção, em que mundo real e imaginário se fundem, possibilitando que o gênero se fortaleça e possibilite, ao leitor, uma viagem de construções, apresentando-lhe um universo cheio de perguntas e respostas. Assim, crianças crescem ouvindo e lendo histórias de seres sobrenaturais que lutam entre si, ratificando a construção em que o bem sempre terá de vencer, assertiva esta que nelas fica internalizada até a fase de maturação necessária para a compreensão do bem e do mal, através de outras leituras.

Na fase de imersão no mundo imaginário, a criança pode reforçar um universo que será desconstruído à medida que o seu ‘eu-leitor’ for se desenvolvendo e tendo contato com outros textos, textos esses que estarão adequados às suas faixas etárias. Contudo, vale salientar que, apesar da necessidade desta evolução intelectual, crítica e reflexiva, esses leitores não esquecerão as primeiras histórias com as quais esteve em contato. Isto implica

dizer que a literatura infanto-juvenil não deixará de ser basilar na construção da memória literária desses indivíduos.

Acerca da preservação da memória literária infanto-juvenil, Zilberman (2014, p. 09) discorre que “[...] livros lidos na infância permanecem na memória do adolescente e do adulto, responsáveis que foram por bons momentos aos quais as pessoas não cansam de regressar”. Daí o exemplo em que a experiência com a literatura constitui a memória, bem como sua revisitação todas as vezes em que forem necessárias, a fim de se relacionar uma história com outra, regressando para obter uma informação ou o prazer pelo rememorar, a partir de objetos que despertem as lembranças.

Destacamos, ainda, que a experiência com o texto infantil e sua narração possui, dentre outras funções, a de compreender o mundo, assim como os valores que o envolvem, pois parte da interpretação de como é contada a narrativa. Corroborando com essa assertiva, o professor e escritor Diógenes Buenos Aires de Carvalho (2011, p. 22) escreve:

O mundo através da visão da criança possui um caráter interpretativo, pois apresenta, com base nos dados coletados, o lugar que a criança ocupa enquanto narrador, tendo em vista que, ao realizar o processo da reprodução das histórias, é a responsável pela configuração do texto, o que a leva a explicar o seu posicionamento e suas escolhas, que se evidenciam nas marcas encontradas nas narrativas. À medida que o leitor infantil se constitui como narrador, ocupa seu lugar enquanto sujeito sócio histórico, uma vez que ele não apenas seleciona a forma do texto, mas também um conjunto de valores ou normas sociais de sua época.

Nessa compreensão, podemos afirmar que a leitura infantil é iniciada e interpretada linearmente, e que o leitor se projeta na narrativa, ocupando, muitas vezes, o lugar do narrador, e seu envolvimento com esse texto passa a ser mais intenso. Por extensão, nesse envolvimento, ele, o leitor, acaba por perceber, mesmo que superficialmente, seu lugar enquanto sujeito cultural, uma vez que o texto é constituído de identidades e ideologias, dialogando com a sua estrutura linguístico-textual e sentindo em suas entrelinhas, o que contribui com a essência da literatura infanto-juvenil, uma literatura vivida pelo leitor em inúmeras dimensões.

Acerca da relação dialógica entre leitor e texto literário, segundo Carvalho (2011, p 25), ela:

[...] acarreta, necessariamente, um processo de interação entre os mesmos, cujo grau de perenidade depende dos referenciais estético-ideológicos que os configuram; isto é, em face da natureza dialógica dessa relação, a obra literária só permanece em evidência enquanto puder interagir com o receptor, sendo o parâmetro de aceitação desse horizonte de expectativas composto pelo sistema de referências que resulta do conhecimento prévio

que o leitor possui do gênero, da forma, da temática das obras já conhecidas/lidas, e da oposição entre as linguagens poéticas e pragmáticas.

A partir dessa discussão, a relação que se estabelece entre o desejo do leitor e o que a obra apresenta depende dos conhecimentos prévios trazidos por ele para a leitura. Embasando-se nessa acepção, considera-se a obra literária como um processo de construção leitora em desenvolvimento, que só será significada se se construir uma relação pragmática e efetiva entre os universos ficcional e real, ambos constituindo um só para a formação desses leitores.

Assim, no sentido de corroborar com a ideia de significar o texto, no contexto da Literatura Infantil, o que encanta e marca as crianças é o Maravilhoso – compreendido enquanto estabelecimento de um universo irreal, e, por extensão, como percepção de uma realidade que não pode ser explicada racionalmente –, ou seja, é a presença do irreal, de seres míticos, como fadas, magos, bruxas, etc., um gênero composto de estratégias de envolvimento dos leitores com o texto, que se dá, também, pela própria projeção destes nas histórias na medida em que vão sendo lidas.

As temáticas giram em torno de princesas que esperam ser salvas por príncipes; o sapo que espera transformar-se em príncipe após o beijo de sua amada, ou seja, a estrutura permanece parcialmente intacta. Isto significa dizer que o sofrimento no início da narrativa e a finalização com o “Foram felizes para sempre” estão presentes, quase que totalmente, em todas as narrativas infantis que seguem a linearidade histórica das traduções e adaptações.

Podemos perceber que, não obstante, as histórias apresentam rumos diferentes. As crianças envolvidas por determinada narrativa esperam um final feliz, ficando na expectativa durante toda a leitura da história, alimentando a ideia de que, apesar de todo o sofrimento da protagonista, no final da história, a felicidade será a recompensa e a resposta para todos os seus males. Recorrentemente, tais histórias se materializam no inconsciente dos infanto-juvenis e constroem sentidos que serão revisitados constantemente.

Construindo uma relação entre leitores e leituras, inferimos que as narrativas são textos vivos que exercem força subjetiva sobre aquele que os lê, sobre seu caráter real. Para o filósofo e crítico literário Tzvetan Todorov (2009, p. 11), citando Henry James, “[...] a obra literária é um organismo vivo [...]”. Observamos que os autores corroboram entre si sobre a afirmativa de que a obra literária não está estagnada, mas se constrói a partir das relações dialógicas entre a tríade autor-obra-leitor, seguindo a relação de dependência que ambos

estabelecem entre si para se manterem vivos. Assim, as histórias e livros destinados aos infantes, segundo Hunt (2010, p. 43) são:

Do ponto de vista histórico [...] uma contribuição valiosa à história social, literária e bibliográfica; do ponto de vista contemporâneo, são vitais para a alfabetização e para a cultura, além de estarem no auge da vanguarda da relação palavra e imagem nas narrativas, em lugar da palavra simplesmente escrita [...].

As contribuições que os livros e narrativas ganham têm duas faces; a primeira trata acerca da importância das narrativas trazerem em seu bojo uma pluralidade social, perpassada pelo universo literário; a segunda traz a inovação que a imprensa, junto com as pressões do mercado tecnológico, trouxe a essas obras, contempladas, na contemporaneidade, pela relação dialógica entre imagem e palavra, que, juntas acabam despertando o imaginário e sendo mais significativas para os leitores infante-juvenis.

Além da inovação nos livros e narrativas, Zilberman pontua outra importante característica que deve ser considerada para a efetivação da leitura infantil. Escreve ela: “As narrativas, [...] devem constituir-se de enredos, cujo desenvolvimento apresente uma linearidade (começo, meio e fim), sem a presença de *flash-backs* ou grandes descrições [...]”. (1988, p. 50-51).

Nesse sentido, segundo a autora, na narrativa destinada ao público infante-juvenil, tais características escriturais devem ser evitadas, levando em consideração o seu público destinatário, pois a presença de grandes descrições e a simultaneidade de fatos poderia prejudicar a compreensão da história pelas crianças, uma vez que elas precisam relacionar, além dessas características estruturais, as posições das ilustrações e suas devidas significações, nas narrativas. Assim, embora seja necessária uma adequação estrutural e semântica das obras, visto a natureza de seu público, cabe salientar que, segundo Todorov (2009, p. 12), a literatura não pode ser apresentada pronta, isto é, todo movimento que se propõe não pode anular o poder de imprevisibilidade das obras, pois:

[...] para que o próprio leitor não morra como leitor, a arte poética e ficcional deve ser apresentada em primeiro lugar em seu estranho poder imprevisível, encantador, emocionante, de forma a criar raízes profundas o suficiente para que nenhum corte analítico ou metodológico venha a podar sua presença criadora, para que nenhuma de suas partes essenciais seja amputada antes que ela aprenda a se mover e nos acompanhe pelos sentidos que damos à vida, à medida que vivemos [...].

Com base nessa discussão, o autor expõe que a natureza do leitor pode “construir-se a partir de suas experiências literárias inéditas”, além de enfatizar o caráter imprevisível

das narrativas e o “deparar-se” com o inusitado, que é, por sua vez, o responsável por provocar o desejo de ir muito além da superficialidade decodificadora do texto. Aponta, ainda, para a importância da presença criadora no movimento de dar sentido à vida, e que, apesar da literatura vir com um formato linear, os leitores infanto-juvenis tecem uma compreensão simultânea, em formato “zigue-zague”, finalidade para a construção de sua própria consciência. (HUNT, 2015).

A construção e o desenvolvimento do indivíduo é uma das atividades atribuídas aos textos literários infanto-juvenis. Inicialmente, parte-se da busca por temáticas que dialoguem com a construção da *psique* humana deste público, apesar dela não necessitar de histórias com caráter moral, objetivando que o texto possibilite ao leitor o projetar-se nele. A literatura, neste contexto, ratifica seu caráter formador, ou seja, a confirmação desse caráter formativo se origina das inúmeras compreensões acerca do objeto e do diálogo coerente entre essas interpelações. Nessa acepção, acerca da presença ou ausência do caráter moral nas histórias infanto-juvenis, Carvalho (2011, p. 41) pontua que:

[...] as histórias não devem conter concepções de caráter moral, explicações ou justificativas do autor, e as personagens devem provocar nas crianças um processo de identificação, o que remete para o conceito de *mimese* de Aristóteles, no qual o espectador deve reconhecer-se, enquanto modelo, na representação literária [...].

A partir dessa assertiva, o autor salienta que, embora haja a necessidade de o leitor identificar-se com o texto, é preciso ter cuidado quanto ao seu uso, pois o leitor traz consigo os conhecimentos de mundo, suas experiências de vida, tal como o pensamento ratificado pelas discussões de Zilberman (2014, p. 13): “o leitor também traz algum tipo de experiência, uma bagagem de conhecimentos que precisa ser respeitada, caso contrário se estabelece um choque entre quem escreve e quem lê, rompendo a parceria que só dá certo se ambos se entendem [...]”.

Com base nessa proposição, a autora considera importante haver uma paridade entre autor e leitor. O texto é o elo entre esses agentes discursivos, e deve possibilitar uma abertura para a inserção do leitor, de suas experiências e expectativas, solidificando o objetivo da Literatura Infanto-juvenil, especificamente no tocante ao desenvolvimento da percepção estética sob responsabilidade da obra literária.

Com base no envolvimento entre autor e leitor, através do texto literário e suas diversas interfaces, é que as crianças entram no universo do Maravilhoso, que é (re)criado na imaginação, assumindo, também, assim, a posição de co-autoras das narrativas, projetando-se ou não nessas, o que resulta numa leitura significativa da obra, corroborando para a

construção de um leitor contínuo, possibilitando a construção de um sujeito crítico e reflexivo, que teve como base para o seu desenvolvimento a leitura literária.

Na possibilidade de projetar-se no texto literário, salientamos que a valorização dos aspectos culturais e folclóricos, bem como a relação entre magia (misticismo) e imaginário, fizeram, no passado, e ainda fazem do fantástico-maravilhoso infantil, mecanismos/instrumentos/entradas/meios de criação, constituindo-se da dúvida entre o real e o irreal, cujas presenças de fantasmas, de criaturas vampirescas, de mortos-vivos, entre outros, confirmam a ideia de que, quanto maior for o envolvimento do real com o imaginário, mais coerente com o gênero será a obra.

De outro lado, o universo da literatura juvenil se diferencia da literatura infantil por abordar outras temáticas, histórias que estão mais próximas de leitores que não se contentam mais com a versão e respostas advindas do imaginário, necessitando de narrativas que relatem o cotidiano da população, o que acarreta na adequação do gênero à faixa etária do leitor que transita da infância para a adolescência.

Neste sentido, enquanto a literatura infantil foca sua produção nos contos de fadas, nos mitos, fazendo uso do fantástico e do maravilhoso, a juvenil tem como presença o real, as situações-problema que esse público vivencia ou com as quais se deparará, num futuro próximo, utilizando em maior dimensão o natural e sobrenatural, não excluindo a presença do fantástico e do maravilhoso. Sobre as características dos Gêneros: Maravilhoso, Estranho, Realismo Maravilhoso e o Fantástico, Márcia Romero Marçal, em “*A tensão entre o fantástico e o maravilhoso*” (S/D, p. 02), afirma que esses gêneros:

[...] apresentam motivos, personagens e acontecimentos que se referem a uma fenomenologia meta-empírica. Cada qual, no entanto, estabelece uma relação distinta com o meta-empírico⁴ segundo a estruturação particular do discurso e dos aspectos narrativos que emprega [...].

A autora afirma, ainda, que esses gêneros criam uma realidade, mas não são da ordem do verossímil, não são da ordem crível. Nessa concepção, o plano da realidade é compreendido como uma “supra-realidade” – e daí o meta-empírico, a experimentação da experimentação, as realidades ficcionais que, neste momento de leitura, compõem a estética da literatura infanto-juvenil. Salientamos, ainda, que ambos os gêneros (Maravilhoso, Estranho, Realismo Maravilhoso e o Fantástico) estão presentes e são encontrados nesses textos, embora apresentem características específicas, não podem ser discutidos como um único gênero.

⁴ Meta-empírico, neste contexto, significa o que é concebido pelas experiências sensoriais.

Consideramos importante discutir a distinção dos gêneros supracitados. Marçal (S/D, p. 2, apud TODOROV, 1977, p. 55) “insiste [...] na sua separação, já que em cada uma destas narrativas estão presentes concepções e resoluções diferentes dos fenômenos extraordinários que irrompem a ordem natural e familiar do mundo encenado”.

Diante da assertiva de Todorov, separam-se, também, os dois momentos de experiência com a leitura, quais sejam: quando criança e quando adolescentes e jovens. Cabe destacar, nessa discussão, a existência de uma sequencialidade nesses momentos. Primeiro, constrói-se um mundo imaginário, e, posteriormente, um mundo mais próximo do real, que responde aos anseios dos jovens e adolescentes. Acerca da constituição da literatura destinada aos adolescentes, jovens e adultos, Zilberman (2014, p 179) escreve:

A literatura nomeada juvenil emerge, assim, com identidade própria, evidenciando sinais peculiares, ainda que não exclusivos dela. Uma dessas marcas é a opção por uma narrativa em que os acontecimentos se desenvolvem no aqui e agora do leitor, estando ausentes os elementos mágicos que, oriundos da tradição popular e do conto de fadas, fazem parte da produção dirigida preferencialmente às crianças.

Após a análise da autora, percebemos a existência de uma diferença atrelada às faixas etárias dos leitores, pontuando que essa particularidade é resultado do desenvolvimento psíquico do leitor. Para o leitor juvenil, um texto mais realista, em que seja evidenciado o sujeito e seus problemas sociais, deve responder os anseios de seus leitores, buscando na concretude das relações simbólicas suas respostas, assim como a aquisição de outras leituras.

Salientamos que essas narrativas podem apresentar a presença de elementos mágicos e irrealis, e que não é regra para esse gênero a presença de uma reflexão filosófica e/ou sociológica. Para exemplificar, destacamos os clássicos *Best-sellers* de *Harry Potter*, de J. K. Rowling, considerada uma coletânea destinada originalmente aos infanto-juvenis, mas que é lida por todos os públicos, de crianças aos idosos, e não apresenta, necessariamente, uma conexão com a realidade, bebendo da fonte dos gêneros mágico e fantástico.

Existem especificidades que são responsabilizadas à Literatura, especificamente nesta discussão, no tocante à Infanto-Juvenil, a partir da ideia de que se pode construir do contato com o texto literário uma consciência crítica e reflexiva sobre o seu contexto social no qual ele (o texto) emerge. Não nos restam dúvidas quanto a isso, mas inferimos, tendo como base as possibilidades da Literatura Infanto-Juvenil, que ambos os leitores, crianças e jovens, podem utilizar de suas leituras para compreender o social, mas não é essa a única finalidade do contato com o texto literário, que tampouco se edifica na ideia de simples entretenimento. A Literatura Infanto-Juvenil surge como potencialidade de desconstrução de estereótipos e

arquétipos, trabalhando em seus leitores, desde os primeiros contatos com as narrativas até as mais complexas discussões sociais, a formação e o desenvolvimento do seu eu.

Nessa fase de transições e de busca por novas respostas, cujos cenários comportam novos protagonistas, no que concerne à literatura juvenil, segundo Coelho (2000, p. 49), “[...] observamos que tal produção literária conseguiu equacionar os dois lados do problema: literatura para divertir, dar prazer, emocionar, e que ao mesmo tempo ensina modos de ver o mundo, de viver, de pensar, reagir, criar [...]”. Inferimos, a partir do exposto, que a literatura juvenil, além de ratificar o caráter imaginário e lúdico, ainda que em menor proporção, tenha possibilitado uma abertura para as diferentes leituras acerca do mundo, leituras essas cada vez mais inquietantes e críticas.

Podemos considerar que os livros, segundo Dória (2008, p.19), “[...] podem estimular reflexões, questionamentos, e não simplesmente a *sua* visão”. Assim, a partir do que foi discutido pelo autor, não é a mudança de foco o objetivo da literatura juvenil, mas a de propor novos olhares sobre o mundo, inserindo esses leitores num universo mais filosófico, repleto de dúvidas que precisam ser respondidas.

Sendo a literatura Infanto-Juvenil a inserção da criança e do adolescente no mundo da leitura e da literatura, as experiências adquiridas a partir delas constituirão um sujeito reflexivo e crítico de quem a sociedade necessita, cabendo ao escritor direcionar e apontar essas potencialidades em suas obras. Entretanto, é importante destacar que a obra literária não tem compromisso com a realidade, embora esteja impregnada de muitas intenções com ela.

Acerca das relações entre obra literária e seus discursos, conforme estabelece Eagleton (2006, p. 03), a literatura “é a escrita que [...] representa uma violência organizada contra a fala comum. A literatura transforma e intensifica a linguagem comum”. Isto significa dizer que texto literário é concebido como “uma organização particular da linguagem”, trabalhada em uma perspectiva interacional que considera a diversidade de contextos, bem como altera suas significações conforme mudam.

Assim sendo, a literatura juvenil tem destaque no tocante à sua constituição por apresentar personagens, geralmente adolescentes ou jovens, com os quais os leitores se identificam ou se identificarão de alguma maneira, fusão que ocorre a partir de uma aproximação leitor e texto, cuja finalidade é o seu reconhecer-se na obra. Zilberman (2014, p. 179) escreve algumas proposições acerca da relação dialógica entre leitor e protagonista, que se estabelece ao passo que

a presença de um protagonista, de preferência jovem, cuja idade não se diferencia daquela em que se encontra o destinatário da narrativa. A eleição das personagens que espelham o leitor e representam suas aspirações e problemas existenciais, o fato de que a ação transcorra no presente e em espaço urbano conhecido (ou, ao menos, nomeado), e ainda a ausência de figuras e eventos sobrenaturais remetem às obras classificadas como literatura juvenil à categoria de realismo, afirmando sua identidade.

A autora corrobora com a ideia de desconstrução dos elementos das narrativas infantis, adequando-as ao novo perfil de leitor, agora preocupado com o mundo e todo o seu entorno, além dos problemas existenciais que são frutos de suas crises de identidade, episódios esses que têm como espaços geográficos a cidade grande, seus problemas sociais e contingências. Esse leitor está em busca de si, de sua formação identitária, bem como do reconhecimento social num universo realístico diferente daqueles em que se encontram as crianças.

No que tange às características das narrativas juvenis, é importante analisar que a ideia de urbanização também é responsável pela “quebra” do Maravilhoso, pois, quanto mais urbana for a percepção do espaço, menor será a crença sobre magias, e, conseqüentemente, haverá o desaparecimento de seres sobrenaturais, características essas peculiares dos contos de fadas. Esse processo de caracterização inerente a esse gênero integra os discursos entre o ficcional e o realismo, seja no rompimento com o imaginário quando egressa do infantil, seja com o novo olhar a partir dos anseios do juvenil. Por outro lado, no que se refere à integração entre os universos ficcional e realista, podemos observar que, segundo Janete de Jesus Serra Costa (2012, p. 32), em *“Era uma vez um lugar: um estudo da espacialidade na literatura infanto-juvenil clássica e contemporânea”*, é

[...] latente que a literatura, enquanto discurso integrador da concepção subjetiva de mundo em sua plena riqueza de representações e de simbolismo traz à tona as ideias desenvolvidas pelo ser humano a respeito do mundo vivido, enquanto produto da experiência individual e coletiva, da percepção, imaginação e memória.

A busca por expor o processo interior vivido (ZILBERMAN, 2014, p. 180) ratifica a posição de Costa (2012, p. 32), quando afirma que a integração entre o mundo construído subjetivamente e as produções, enquanto sujeitos históricos que vivem de construções de memórias, resulta da maturidade desses (leitores), ainda que seja uma maturidade dividida entre os dois momentos de leitura – aquelas organizadas conforme a faixa etária, primeiramente a infantil e posteriormente a juvenil. Tais construções memorialistas, ativadas a partir de percepções, resultam em uma afirmação da própria identidade, contato

este que se concretiza a partir das trocas simbólicas entre leitor e autor, tendo como mediação o texto literário.

Sobre as trocas simbólicas, segundo as discussões de Maurice Halbwachs em “*Memória Coletiva*” (2014), “a memória individual é adquirida a partir das experiências, das percepções que nascem a partir da memória coletiva”. Inferimos, a partir dessa acepção, que as memórias são necessárias para a constituição do sujeito, e não cabe a ele decidir por elas, que, por si só, estando em contato no meio social, já estará construindo e vivendo memórias individuais e coletivas. Por esta razão é que a literatura integra o mundo subjetivo e o mundo vivido, possibilitando às crianças e aos adolescentes seus entrelaçares entre memórias e imaginário.

Quanto aos mundos que dialogam para a nossa construção, segundo Todorov (2009, p. 23-24), “[...] Somos todos feitos do que os outros seres humanos nos dão: primeiro nossos pais, depois aqueles que nos cercam; a literatura abre ao infinito essa possibilidade de interação com os outros e, por isso, nos enriquece infinitamente”. Por meio destas considerações, compreendemos que, partindo desses compartilhamentos de vivências, enquanto memórias coletivas e individuais, se tece uma nova memória, agora uma memória literária, construída na infância e na juventude, consideração essa que ratifica o caráter integrador de mundo vivido e de universos literários, seja na infância, seja na adolescência.

Neste sentido, é necessário frisar que ambas as Literaturas, Infantil e Infanto-Juvenil, apresentam características próprias, atendendo aos pré-requisitos de leitores específicos que buscam experiências estéticas muito semelhantes; na primeira, o encantar-se com o mundo, a partir de narrativas maravilhosas, construídas em grandes e bonitas florestas, protagonizadas por príncipes e princesas, bruxas e sapos; na segunda, a busca pelo encontro com o mundo de dimensões sociais inimagináveis. A presença do gênero Estranho⁵ é mais frequente, inferência essa que parte desde a definição de si, numa perspectiva existencialista, usada em seu sentido amplo, possibilita o surgimento de uma narrativa realista, focada na resolução das situações-problema.

A presença dos gêneros “Estranho” e “Fantástico”, inicialmente direcionados para fins didáticos, pode ser identificada por outras possibilidades, como, por exemplo, narrativas que servem para aperfeiçoar a noção de fantástico – o estranho. Assim, o *estranho* emergiria

⁵ Para fins de delimitação, utilizaremos o conceito de Estranho como a descrição das reações, geralmente de medo – que provém exclusivamente dos sentimentos das personagens (TODOROV, 2008, p. 26-27). “Nas obras pertencentes a esse gênero, relatam-se acontecimentos que podem explicar-se perfeitamente pelas leis da razão, mas que são, de uma ou de outra maneira, incríveis, extraordinários, chocantes, singulares, inquietantes, insólitos, e que, por esta razão, provocam no personagem o leitor uma reação [...] em particular, a do medo[...]”.

de um evento aparentemente sobrenatural, mas que permite a concreta percepção de uma determinada realidade.

Por essa razão, segundo Samuel (2002, p. 36) o fantástico passa a ser compreendido como “[...] imanente ou natural, tratando de uma realidade já por si mesma fantástica, sendo a análise do aspecto sombrio da realidade humana, [...] como um modo de exploração do inconsciente [...] uma combinação do estranho com o maravilhoso”. Assim, compreendemos que esse gênero literário é fruto de uma junção entre o fantástico e o real, estando este último pautado nos problemas psicológicos.

Destacamos, também, que o lugar dessas literaturas, hoje, no Brasil, é cativo e de grande produção comercial, mas não foi sempre assim. Elas começaram a aparecer somente no final do século XIX, com a mudança do regime político, de Monarquia para República, e galgando mudanças significativas nesse cenário estão e continuarão acontecendo como em um processo de metamorfose, conforme Zilberman (2014, p. 187) confirma: “Nesse começo de século e de milênio, também a literatura para crianças e jovens se metamorfoseou e, com seus usuários e figuras fictícias, avança no tempo com renovada qualidade [...]”.

Partindo dessa assimilação, observamos a necessidade de se discutir, no plano da crítica literária, obras como: *Menina bonita do o laço de fita*, de Ana Maria Machado, e *O cabelo de Lelê*, de Valéria Belém, e suas novas finalidades, no sentido de novas perspectivas e novos protagonismos, identificando os lugares e espacialidades que essas ocupam na contemporaneidade.

Portanto, para compreender como se deu o processo de implementação da Literatura Infanto-Juvenil no Brasil, é necessário recorrer às origens, bem como perceber seu percurso evolutivo desde o final do século XIX até a contemporaneidade, identificando os aspectos essenciais do processo que a envolvia antes e a envolve hoje.

2.2 Percurso evolutivo da Literatura Infanto-juvenil Brasileira: da formação à produção contemporânea

Historicamente, a Literatura Infanto-juvenil vem transformando as realidades de crianças e adolescentes, que entram em contato com o texto literário, muitas vezes, inconscientemente, mas, mesmo assim, são influenciadas por esse contato. É partindo dessa

relação (leitor e texto literário) que crianças e adolescentes começam a (re)construir cenários pré-concebidos (culturais, escolares, imaginários etc.), através de trocas culturais às quais são expostos, desde o nascimento. É sabido, ainda, que a literatura Infantil e Infanto-juvenil acompanha e desenvolve o cognitivo-linguístico das crianças desde o balbuciar, uma vez que é ela a responsável e a quem devemos recorrer para desconstruir estereótipos e preferências que deturpam a equidade social.

No entanto, a possibilidade de reconstrução de ideais só foi possível porque a criança foi reconhecida como leitora, como sujeito integrante da sociedade, situação que, até o século XX, no Brasil, não existia, resultando em crianças e adolescentes que ocupavam posições de invisibilidade. Com este reconhecimento, veio a necessidade de prepará-los através da leitura de textos infanto-juvenis, preparação esta que resultaria, posteriormente, em suas inserções no plano da concepção de grupo social que vigorava.

Nesse sentido, surgia e era viabilizada, entre os séculos XIII e XIX, na sociedade europeia, uma literatura que compreendesse este novo público de leitores, excluídos historicamente, em parte essa exclusão foi fomentada pela mudança da noção de família que limitou as interferências da parentela mais ampla, na criação e educação desse público. Segundo Carvalho (2011, p. 36), sobre o surgimento da produção literária destinada ao público infanto-juvenil:

[...] foi criada no âmbito escolar com o objetivo de consolidar, no século XVIII, a ascensão da burguesia europeia ao poder, a qual modificou as concepções acerca da estrutura familiar. Em face dessa mudança de conceitos, a família tornou-se unicelular, voltada à preservação da privacidade e dos elos afetivos entre pais e filhos. Dentro desse novo cenário, a criança passou a ter o status de indivíduo especial, tendo em vista ser considerada um ente em processo de formação, e, portanto, dependente do adulto. Em face da dependência, o infante deveria ser preparado pela família e pela escola para inserir-se no mundo “burguês”, adentar pelo mundo em consonância com os preceitos que regiam esse novo modelo de sociedade.

Assim, diante do exposto pelo autor, percebemos que as crianças só foram consideradas enquanto sujeitos a partir do final do século XVIII, ressaltando que o objetivo do gênero literário era de cunho formativo, e que o estreitamento na relação entre pais e filhos atribuiria a esses últimos a responsabilidade de prepará-los, a partir daquele momento, numa só engrenagem “unicelular”. Notamos que, até esta mudança, crianças e adultos compartilhavam das mesmas leituras, voltadas para o público adulto, consequência resultante

da falta de um gênero específico que representasse e entretesse o público infanto-juvenil, além de corresponder efetivamente às suas necessidades.

Outro importante aspecto a ser considerado é que, mesmo tendo acesso às mesmas leituras, o público leitor infanto-juvenil continuava não participando das decisões sobre a vida em comunidade, uma vez que essas decisões cabiam unicamente aos adultos. Crianças participavam igualmente da vida adulta. Embora o veto acontecesse, era como se fossem adultos em miniaturas, e até as brincadeiras eram as mesmas socializadas entre os dois públicos. (CARVALHO, 2011, p. 36). Por conseguinte, caberia à literatura a responsabilidade de participação na formação desse novo e “idealizado” indivíduo.

Visualiza-se que a construção de sujeitos emancipados era consequência da relação entre leitor e texto literário, haja vista que esse público não era considerado como leitor até o século XVIII. Assim, escritores e leitores beberam da fonte da cultura popular, de suas manifestações tradicionalmente perpassadas através das gerações. Destacamos, inclusive, as influências que as tradições orais, alinhadas com a cultura folclórica, entre contos e causos, exerceram na contribuição para a formação desse imaginário, características essas ratificadas pela ensaísta e tradutora Lígia Cademartori (2006, p. 38) em *O que é literatura infantil?*:

A criança, na época, era concebida como um adulto em potencial, cujo acesso ao estágio dos mais velhos só se realizaria através de um longo período de maturação. A literatura passou a ser vista como um importante instrumento para tal, e os contos coletados nas fontes populares são postos a serviço dessa missão. Tornam-se didáticos e adaptados à longa gênese do espírito a partir do pensamento ingênuo até o pensamento adulto, evolução do irracional ao racional.

Nessa configuração, a gênese da evolução da *psique* da criança para a *psique* do jovem dialoga com a característica dos gêneros Infantil e Infanto-juvenil, corroborando com a linearidade da formação social de seus leitores, inicializando esse leitor em uma literatura mágica, e, posteriormente, com o desenvolvimento desse leitor, a partir de uma literatura mais realista. Assim, a literatura infanto-juvenil volta-se para preencher lacunas, na *psique*, deixadas pela literatura infantil, a partir da necessidade de respostas mais efetivas, objetivando desenvolver as zonas cognitivas mais complexas desses indivíduos.

No tocante à nossa realidade, no contexto da formação dessa produção no Brasil, a constituição do gênero deu-se a partir das traduções da literatura infantil europeia, concebida a partir das narrativas, com maior força, do francês Charles Perrault (1628-1703). Tais traduções, oriundas de empréstimo, foram os primeiros textos de literatura infanto-juvenis conhecidos e traduzidos para todo o mundo, textos infantis que eram difundidos e

lidos por diversos povos, nas mais diversas culturas. Nesse sentido, segundo Coelho (2008, p. 27):

A História da Literatura registra que a primeira coletânea de contos infantis foi publicada no século XVII, na França, durante o faustoso reinado de Luís XIV, o rei Sol. Trata-se dos *Contos da Mãe Gansa* (1697), livro no qual Charles Perrault (poeta e advogado de prestígio na corte) reuniu oito estórias, recolhidas da memória do povo. São elas: *A Bela Adormecida no Bosque*; *Chapeuzinho Vermelho*; *O Barba Azul*; *O Gato de Botas*; *As Fadas*; *A Cinderela* ou *A Gata Borralheira*; *Henrique do Topete* e *O Pequeno Polegar*. Contos em versos, cuja autoria ele atribuiu ao seu filho Pierre Perrault, que o 40 ofereceu à Infanta, neta do rei Sol. Em uma segunda publicação, Perrault acrescenta: *Pele de Asno*, *Grisélidis* e *Desejos Ridículos*.

Diante dessa contextualização tecida pela autora, é perceptível com maior amplitude o legado das contribuições que as obras de Charles Perrault trouxeram à literatura Infantil e Infanto-juvenil, como, por exemplo, ter dado base ao gênero literário *conto de fadas*. Mesmo que não fosse sua intenção “registrar na tentativa de resgatar a memória dos franceses”, possibilitou, a inúmeros países, o movimento da tradução, na tentativa de preencher a lacuna literária na vida de crianças e adolescente que estavam à mercê da sociedade que não as considerava. Um fato que vale a pena salientar é que estas obras foram tão bem traduzidas, recepcionadas e aceitas, que os leitores não desconfiaram que não se tratavam de obras de escritores nacionais.

As traduções e adaptações, como dito anteriormente, respondem pelo início da história do gênero infanto-juvenil no Brasil. Acerca desses movimentos, Todorov (2009, p. 15), discorre, em caráter memorialista, acerca de seus primeiros contatos com a literatura “[...] Logo aprendi a ler e comecei a devorar os textos clássicos adaptados para jovens, *As mil e Uma noites*, os contos dos irmãos Grimm e de Andersen, *Tom Sawyer*, *Oliver Twiste* e *Os Miseráveis*. [...]”.

Percebemos, a partir das considerações de Tzvetan Todorov, que os movimentos de tradução e adaptação aconteceram em outros lugares, enfatizados pelo autor a partir de sua experiência, na Bulgária. Dessa maneira, indo além das traduções de Perrault e de seus textos clássicos de literatura infanto-juvenil, Zilberman (1998, p.49) ratifica esse movimento e acrescenta outras histórias que foram adaptadas, além de características específicas:

[...] a formação do acervo infantil valeu-se, em seus primórdios, de material já existente como a adaptação dos clássicos (o romance inglês do século XVII) e dos textos folclóricos (lendas, mitos, cantigas, contos de fadas);

caracterizam-se como textos literários infantis à medida que incorporam elementos típicos dos contos de fadas, tais como a presença do maravilhoso e a peculiaridade de apresentar um universo em miniatura [...].

A autora confirma a ideia de Perrault quanto ao registro da tradição oral (lendas, mitos, cantigas etc.) para a preservação dessas primeiras manifestações, além de ressaltar que não havia uma preocupação em dirigir a temática às crianças e aos adolescentes. Diante disto, compreendemos que, inevitavelmente, essa ausência de preocupação no estabelecimento de uma temática centrada na criança ou nos infanto-juvenis contribuiu para o surgimento de uma desigualdade entre texto literário e público alvo.

Em virtude dessas reações, cabe salientar que o francês Charles Perrault não teve a intenção de fundar a literatura infantil, mas este fato acabou por se consolidar a partir das dimensões que o alcance de suas obras tomou na França e em outros países, sendo disseminadas e discutidas, também, em muitos outros lugares fora da Europa. Coelho (2008, p. 29) discorre sobre a confirmação dessa assertiva:

[...] a Literatura Infantil nasceu com Charles Perrault. Mas somente cem anos depois, na Alemanha do século XVIII, e a partir das pesquisas linguísticas realizadas pelos Irmãos Grimm (Jacob e Wilhelm), ela seria definitivamente constituída e teria início sua expansão pela Europa e pelas Américas.

Como pode-se perceber o início da Literatura Infanto-Juvenil nas Américas, mais precisamente na América Latina, tendo como cenário o Brasil, começa com as adaptações de Charles Perrault e assim inaugurou-se um novo movimento na Literatura Brasileira, a partir da necessidade de educar crianças e adolescentes para uma nova sociedade. Para garantir que esse grupo de leitores tivesse contato com o texto literário, partiu-se, inicialmente, da adoção e tradução dos clássicos, posteriormente foi surgindo escritores brasileiros que se sentiram ‘convidados’ a participar do movimento, depois de quase um século de obras traduzidas, espaço cronológico esse compreendido entre o século XVIII ao final do século XIX. Embasados nessas acepções, a tradução teve tanto êxito que os textos traduzidos foram incorporados como produções literárias infanto-juvenis nacionais. Segundo Zilberman (2014, p. 17):

[...] Aventuras como as de João e Maria, da Bela Adormecida, da Cinderela, de Chapeuzinho Vermelho, eram contadas por e para adultos, até que homens como Charles Perrault (1628-1703), na França, e Jacob (1785-1863) e Wilhelm (1786-1859) Grimm, na Alemanha, as transcreveram e publicaram visando ao público infantil. Daí em diante, foram muito difundidas, acontecendo com elas o que acontecera aos romances de Defoe e

Swift: transformaram-se em sinônimos da literatura infantil, dificultando o retorno à condição original.

Diante dessas assertivas, o sucesso efetivo que tais textos fizeram entre os leitores nos mais diversos países que os adotaram possibilitou, posteriormente, o surgimento não somente de uma literatura infanto-juvenil traduzida, mas, sobretudo, de uma construção de um gênero tipicamente nacional, especificamente o caso do Brasil, percebido com maior grandeza através dos escritos de Monteiro Lobato, escritos esses contemplados no Modernismo⁶, como bem define Zilberman (2014), ao atribuir ao escritor o dom da criação literária – “Monteiro Lobato e sua fantástica máquina de criar”, acentuando a importância de suas obras para a formação de uma literatura infanto-juvenil genuinamente brasileira e autêntica.

Seguindo o percurso, Zilberman (2014, p 14) discorre acerca da transição entre textos traduzidos e o surgimento de textos escritos por brasileiros, frisando que “[...] um grupo de leitores se materializa, ainda que de modo incipiente, requerendo um produto original [...]”. Compreendemos que, até o século XIX, como citado anteriormente, não existia, no Brasil, uma literatura, escrita por brasileiros, dedicada exclusivamente às crianças e aos adolescentes. Entretanto, com a queda do regime político de Monarquia para República, quebrou-se o cânone cristalizado, possibilitando que escritores brasileiros escrevessem as histórias de seus ancestrais a partir da “nova” literatura, fruto de memórias folclóricas e das narrativas orais.

No que se refere ao surgimento dos primeiros livros didáticos, foi a partir da ascensão da classe média urbana que se efetivou a necessidade de produção e circulação dos primeiros livros para crianças, inicialmente com cunho pedagógico e formativo, e, posteriormente, como Literatura propriamente dita. Essa alteridade, embora o problema não se centrasse exclusivamente na mudança de regime, era um problema relacionado à tradição de não se escrever livros para crianças, conforme percebemos na assertiva de Zilberman (2014, p. 15): “[...] no Brasil, ainda não se escreviam livros para crianças”.

A partir dessas considerações, percebemos que as origens do gênero Infanto-Juvenil, no Brasil, se deram a partir do processo de tradução de textos clássicos da literatura infanto-juvenil francesa, como os de Charles Perrault, considerando seu grande legado e

⁶ Modernismo está sendo compreendido, aqui, como o período estético que “principia em 1922, com a Semana de Arte Moderna, e desenrola-se pelas décadas seguintes, ao longo de uma série de correntes: o *Pau-Brasil* (1925), o *Verde-Amarelismo* (1927), o *Grupo da Anta* (1927), *Antropofagia* (1928), [...] a literatura engajada, de feição materialista nos anos 30, a *Geração de 45*, surgida após a II Guerra Mundial, de caráter neo-parnasiano, o *Concretismo*, iniciado em 1956 que preconizava a especialização e geometrização do poema e uma sintaxe ideogramática, a *Práxis*”. (MOISÉS, 2004, p. 306).

importância para o surgimento e fortalecimento da literatura infanto-juvenil francesa, e, posteriormente, literatura esta traduzida para outras culturas.

Nessa acepção, cabe ressaltar, também, os romances ingleses citados por Zilberman (2014, p. 16), que aparecem nas memórias literárias de Carlos Drummond de Andrade e Jorge Amado: *Robison Crusoe*, de Daniel Defoe, e *Viagens de Gulliver*, de Jonathan Swift, publicados no século XVIII, entre outros clássicos que constituíram a memória da literatura infanto-juvenil brasileira, incorporando-se ao seio brasileiro como uma produção nativa e de bastante prestígio.

Alguns nomes têm destaque no processo de formação do gênero literário infanto-juvenil, no Brasil, adaptando clássicos estrangeiros aos contextos locais. Zilberman (2014, p. 17) menciona o nome de alguns dos pioneiros nestes processos de tradução e adaptação:

[...] Um deles, *Carl Jansen* (1823-1829-1889), nasceu na Alemanha, mudando-se, jovem, para o Brasil, onde trabalhou como jornalista e professor. Percebeu logo que, no Brasil, faltavam livros de histórias apropriadas para os alunos e, entre, aproximadamente, 1880 e 1890, tratou de traduzir alguns clássicos, como [...] *Robinson Crusoe* (1885) e *Viagens de Gulliver* (1888), a que somou, por exemplo, *As aventuras do celeberrimo Barão de Münchhausen* (1891) e *D. Quixote de la Mancha* (1886).

Tomamos consciência, a partir do exposto, sobre a ocasião em quem se percebeu isoladamente a necessidade de uma literatura destinada aos leitores de literatura infanto-juvenil. Marca-se, ainda, a ausência de livros, que intensificou ainda mais as atividades ligadas à tradução e à adaptação dos clássicos. Concomitante a este movimento, surgia, no Brasil, Figueiredo Pimentel⁷ (1869-1914), que articulava tradução e adaptação, mas preferindo seguir o percurso de publicar coletâneas que tivessem como inspiração os clássicos traduzidos e adaptados, em que fadas e imaginário constituíssem o mesmo protagonismo, além de histórias e estórias de inspiração europeia. Nessa acepção, observamos que tais narrativas se constituíam da seguinte forma:

⁷ Aberto Figueiredo Pimentel (1869-1914), jornalista e cronista carioca, foi uma das figuras sociais mais populares de sua época. Cronista festejado, foi um dos “árbitros da elegância”, no Rio. Considerado o criador da crônica social no Brasil, foi também o idealizador das “batalhas das flores”, “corsos” no Carnaval e do “chá das cinco”, atividades que, durante a primeira metade do século, marcaram a fisionomia da sociedade carioca. Publicou vários romances e folhetins, da linha ultra-romântica ou naturalista, em que se mesclam correntes literárias já em deterioração, na época. [...] sua atuação mais positiva dentro de nossa cultura se deu no âmbito da literatura infantil, na qual foi um dos pioneiros. Estimulado por José de Matos e Pedro Quaresma (respectivamente gerente e proprietário da Livraria Quaresma, no Rio de Janeiro), Figueiredo Pimentel tornou-se o primeiro tradutor, em linguagem brasileira, dos contos maravilhosos que, em várias coletâneas, em traduções portuguesas ou textos franceses, circulavam no Brasil fim-de-século. (COELHO, 2006, p. 30).

[...] histórias de fadas europeias, ao lado de narrativas coletadas entre os descendentes dos povoadores do Brasil. Há histórias de origem portuguesa e também narrativas contadas pelas escravas que educavam a infância brasileira no século XIX. Foi como a tradição popular e oral entrou na literatura infantil brasileira, para não mais sair. (ZILBERMAN, 2014, p. 18)

Nessa perspectiva, compreendemos que os textos traduzidos e adaptados por Figueiredo Pimentel, naquele primeiro momento, já introduziam a identidade do Brasil nas histórias, com a inserção de elementos da tradição oral, as narrativas contadas pelos escravos, principalmente as mulheres, que detinham a responsabilidade de educar os infantes. É partindo dessa aproximação que, não somente a Literatura Infanto-juvenil, mas a própria formação da Literatura Brasileira ganhou voz e vez a partir da aproximação das realidades, resultando na possibilidade de estabelecer diálogos, estreitando a distância entre os universos constituídos pelos leitores, texto literário e autores. Carvalho (2011, p. 37) afirma que:

Ao aproximar o texto do universo do seu receptor, postula-se a possibilidade de se estabelecer o diálogo entre os mesmos e, por conseguinte, tornar possível à criança o acesso ao mundo real, organizando suas experiências existenciais e ampliando seu domínio linguístico, bem como enriquecendo o imaginário.

Neste sentido, toda aproximação de realidades se faz necessária para a significação da obra literária, não no sentido de canonizá-la, mas de trazê-la para o meio social, no intuito de que tenha vida para além de sua escrita. Salientamos que, além da aproximação da narrativa com o universo do leitor, há a obliquidade entre textos destinados a adultos e textos destinados a crianças e adolescentes, que podem, por sua vez, ser lidos por outros públicos. Isto significa dizer que não é regra geral que os respectivos textos literários estejam “fechados” para um público específico. Assim como crianças podem se interessar por textos destinados aos adultos, o mesmo processo pode se dar de modo inverso.

Além da possibilidade de leitura entre os dois públicos, ressalta-se, também, o período histórico em que estavam inseridos *Carl Jansen*⁸ e *Figueiredo Pimentel*⁹, período de efervescência quando da publicação dos primeiros livros didáticos. Ora, de um lado estava a

⁸ Carl Jansen (1823/1829-1889) nasceu na Alemanha, mudando-se muito jovem, para o Brasil, onde trabalhou como jornalista e professor. “Percebeu logo que, no Brasil, faltavam livros de histórias apropriadas para os alunos e, entre, aproximadamente, 1880 e 1890, tratou de traduzir alguns clássicos [...]”. (ZILBERMAN, 2014, p. 17)

⁹ Figueiredo Pimentel (1869-1914), militante da imprensa. Foi a partir de suas coletâneas de muito sucesso que inseriu na literatura infantil a tradição popular e oral. “[...] preferiu seguir o caminho sugerido pelos irmãos Grimm. Publicou coletâneas de muito sucesso, como os Contos da Carochinha (1894), nas quais se encontram as histórias das fadas europeias, ao lado de narrativas coletadas entre os descendentes dos povoadores do Brasil [...]”. (ZILBERMAN, 2014, p. 17-18)

responsabilidade da família pela educação dos infantes, visto que já eram considerados um público específico, e, do outro, estava a escola, responsável pelo caráter instrumental desse processo formativo.

A relação dialógica entre o surgimento da Literatura Infanto-juvenil no Brasil e a escola está atrelada ao processo de desenvolvimento intelectual desses leitores, utilizando-se das primeiras edições de livros didáticos como potencialidade na concretização das origens dessa literatura. Assim, os textos literários que compuseram os livros didáticos e o início da literatura Infanto-juvenil, no Brasil, segundo Zilberman (2014, p. 18), podem ser aclimatados da seguinte maneira:

Chamavam-se, muitos deles, seletas, antologias ou livros de leitura, e eram adotados pelos professores, que os recomendavam aos alunos ou reproduziam, em voz alta, trechos deles para todo o grupo. Nem todas essas obras restringiam-se à sala de aula, e algumas tornaram-se a leitura favorita de nossos tataravôs [...].

Dessa forma, a necessidade do gênero literário e o início da produção dos livros didáticos propiciaram a construção de uma literatura que valorizava as relações entre espaço e memória, entre o sentimento de pertencimento e os mitos. Por isso, essas narrativas tornaram-se uma literatura tão preferida pelos ancestrais. Podemos acrescentar, ainda, que a relação do texto com o seu leitor pode ser compreendida quando o texto literário perpassa as gerações. Um exemplo desta consideração vem dos textos de Olavo Bilac, que, juntamente com os seus dois precursores, Carl Jansen e Figueiredo Pimentel, iniciam esse marco histórico. Nesse sentido, segundo Maziero & Niederauer (2009, p. 116 apud COELHO, 2000):

[...] o ponto definidor da contemporaneidade de uma literatura é a sua intenção de estimular a consciência crítica do leitor, de minimizar sua capacidade de observação e reflexão em face do mundo que o rodeia. Na literatura, tem-se diferentes peculiaridades temáticas e formais que caracterizam a heterogênea produção literária infanto-juvenil. Essas temáticas variam desde os contos de fadas, até as relações de afetividade desenvolvidas pelos adolescentes, os preconceitos, os conflitos familiares, entre outros.

O percurso evolutivo foi revestido de textos significativos, que emergiram da necessidade de apresentar a identidade nacional dos brasileiros através da literatura, e, na contemporaneidade, esses textos se tornaram mais latentes, com a intenção de propor novos olhares sobre as realidades, cujos reconhecimentos são automáticos ao passo que o leitor vai se percebendo no texto.

A proposta de apresentar uma diversidade temática lança mão das estruturas e dos ideais canonizados pela literatura para trazer, agora, narrativas que contemplem a pluralidade que forma a sociedade, discussões que vão desde a mestiçagem até a homossexualidade, espaços discursivos onde os sujeitos foram e continuam sendo colocados em menor proporção, a partir de inúmeras leituras pautadas em estereótipos e fenótipos que desconsideram os indivíduos e os coloca em posições inferiores.

Com o surgimento da literatura infanto-juvenil no Brasil, no final do século XIX e início do século XX, percebemos, com maior destaque, que não houve uma separação entre literatura infantil e literatura infanto-juvenil, em sua gênese, e, tampouco, se fez essa separação a fim de enaltecer uma ou desprestigiar a outra. Por esta razão, encontramos as duas submersas nas mesmas origens, o que acabou gestando uma história dialógica entre os dois gêneros literários, cujos objetivos permaneceriam preservados.

Considerando os contextos de lentas transformações na educação, em que os gêneros literários infantil e infanto-juvenil surgiram e se consolidaram, Coelho (1991, p. 07) reflete que esse período foi de vagarosas reformas na educação brasileira. Essa autora intitulou a literatura como “literatura do ‘entre-séculos’”, período de transição entre os séculos XIX e XX. As grandes capitais do país, como Rio de Janeiro e São Paulo, têm destaque por terem sido espaços de grandes reformas e mudanças. Especificamente nessa última, percebemos que foi somente a partir da segunda metade do século XIX que começaram a surgir as primeiras leituras escolares. Ainda segundo a mesma autora (1991, p. 07), são exemplos dessas leituras:

[...] *O livro do povo* (1861), de Antonio Marques Rodrigues, *Contos Infantis* (1886), de Júlia Lopes de Almeida, *Livros de leitura e série didática* (1890), de Felisberto de Carvalho, *Coisas Brasileiras* (1893), de Romão Puiggari, *Contos da Carochinha* (1896), de Figueiredo Pimentel, *O livro da infância* (1899), de Francisca Júlia, e *o italiano Coração* (Cuore, 1886), de Edmondo De Amicis. Já na virada do século temos o primeiro livro de história em quadrinhos, *O tico-tico* (1905), além de outras obras significativas, que marcaram gerações, entre as quais *Era uma vez* (1908), de Viriato Correia – que ficaria mais conhecido mais tarde pelo livro *Cazuza* (1938) –, *Através do Brasil* (1910), de Olavo Bilac e Manuel Bonfim, *Saudade* (1919), de Tales de Andrade.

Embasados neste panorama, percebemos que o período “entre-séculos” possibilitou uma inicialização com textos traduzidos e adaptados com a inserção de elementos e temas folclóricos, além de atender uma necessidade do Estado, cujo cunho era pedagógico,

ou seja, existiam finalidades específicas – a formação escolar do sujeito, considerando-o em todo o processo formativo através de seu acolhimento na escola, necessariamente.

Contudo, a grande mudança significativa houve, seguindo a ordem cronológica, com a chegada de Monteiro Lobato, que inaugurou uma literatura infanto-juvenil sem fins pedagógicos, embora tenha publicado obras que atendessem a essa demanda. Sua fábrica de criar iniciou com “*A menina do narizinho arrebitado*” (1921), primeiro livro do escritor destinado a crianças.

Monteiro Lobato (1882-1948) foi um escritor de grande potencialidade, que inaugurou e possibilitou uma nova identidade para a literatura Infantil e Infanto-juvenil, no Brasil, inserindo, nas estórias e histórias que produziu, a cara da nação, de seus costumes, de suas crenças. Propôs questões jamais vistas na literatura brasileira. Entre elas, cabe destaque para a presença de negros coadjuvantes: Tia Nastácia, Tio Barnabé, o Saci-Pererê, entre outros. Trata-se de uma literatura que, por um lado, viria a enaltecer o gênero, e, por outro, deixá-lo estagnado após sua travessia (falecimento), um período cronológico de reflexão e maturação literária.

Corroborando com essa discussão, a partir das contribuições de Lobato para o gênero infanto-juvenil, Costa (2012, p. 54-55) afirma que “[...] Se, por um lado, isso prestigiou o gênero em sua gênese local, por outro fez com que, depois dele, por muito tempo, o gênero literário infanto-juvenil sobrevivesse à sombra de sua célebre criação literária [...]”. Neste sentido, as contribuições de Monteiro Lobato, embasadas nos estudos da historiografia e crítica literária, foram imensuráveis, principalmente na vanguarda Modernista, não somente à Literatura, mas, principalmente, à Cultura Brasileira. Outro destaque atribuído à sua identidade é devido ao grande legado de obras que escreveu num período relativamente curto, e das grandes contribuições que suas narrativas deram não somente à consolidação do gênero infanto-juvenil no Brasil, mas, sobretudo, à Literatura Brasileira, pautada em uma perspectiva de educação humanística.

Vale a pena conferir o caráter inédito das obras lobatianas, nas quais se propõe romper com todas as estruturas literárias da época, o que faz dele um ícone na formação e permanência, ainda hoje, século XXI, na vida da Literatura Infanto-juvenil. Assim, é com o *Sítio do Pica-pau Amarelo*, lugar criado nos rincões, no interior do Brasil, que ele mostra um país que todos querem vivenciar. Acerca da escolha do lugar “Sítio”, enquanto palco para as narrativas, segundo Zilberman (2014, p. 28), ela

[...] decorre do fato de que, de um lado, ele deseja que o sítio mostre como o Brasil é (ou foi, nas primeiras décadas do século XX) – o predomínio da economia agrícola, a decadência do mundo rural, o atraso da mentalidade das pessoas que vivem no campo. De outro, o lugar expressa o que o escritor deseja para o Brasil inteiro, a saber, a possibilidade de modernização, crescimento e fortuna graças à exploração das riquezas minerais, em especial, do petróleo.

O Brasil, segundo as idealizações que Lobato fez em suas obras, é apresentado por duas lentes: aquilo *que é* – tal como a realidade apresenta –, e aquilo que o escritor gostaria que fosse, e, nessa dualidade, temos mundos se inter-relacionando. Assim, nessas narrativas, percebemos, também, uma leitura sobre a *psique* das personagens, a partir de uma visão ampla sobre problemas sociais. Entre eles, cabe destaque para o atraso na mentalidade dos camponeses, em decorrência da falta de oferta de educação, nitidamente denunciada quando confronta as personagens urbanas, como Pedrinho e Narizinho, que chegam ao Sítio já iniciados na escola.

Assim, essas abordagens, considerando-as como denúncias das realidades sociais, sempre marcaram a identidade das obras lobatianas. Salientamos, ainda, que o escritor sempre esteve à frente de seu tempo, era um visionário, virtude que pode ser percebida com a inserção de personagens negras em suas narrativas, por exemplo. Diante disto, embora existam hoje leituras específicas intitulado suas obras como racistas, com argumentos de justiça histórica do passado, analisadas a partir de uma lente do século XXI, Monteiro Lobato abriu a literatura para o mundo perceber a realidade do Brasil, deixando em suspensão, por um momento, os clássicos literários traduzidos.

Acerca das compreensões de que as narrativas de Lobato são racistas, é importante perceber que existem discussões que defendem o caráter inédito e precursor de suas obras. Segundo a crítica e especialista em Monteiro Lobato Marisa Lajolo (S/D), “[...] as obras [...] não eram racistas, ao contrário, ela forma pessoas, tornando-os leitores solidários com aqueles que sofreram atitudes racistas, atitudes preconceituosas por parte dos outros”.

Diante da assertiva de Lajolo, enfatizamos, portanto, a obra literária lobatiana como o desvelar da realidade para a qual foi escrita e/ou publicada, sendo uma resposta para o silêncio, e não se deve julgá-la como preconceituosa por trazer para dentro das casas, ainda burguesas, a representação de uma sociedade que prefere não se enveredar por tais temáticas, para não gerar incômodos, cuja consequência seria a edição do perfil social do brasileiro das décadas de 1930/1940, exclusivamente o do branco.

Retornando ao legado da literatura de Monteiro Lobato, cabe-nos ratificar que sua primeira obra foi *A menina do narizinho arrebitado* (1921), e, a última, *Os doze trabalhos de Hércules* (1944), em um universo de aproximadamente vinte e três anos de intensas e periódicas publicações, que alimentavam o imaginário de leitores infanto-juvenis por todo o país. Este acelerado processo de produção possibilitou que os leitores acostumados com histórias traduzidas e adaptadas buscassem uma identidade nacional literária a partir de narrativas que se aproximassem mais de suas realidades, potencialidade esta que cristalizou Monteiro Lobato como a “Máquina Fantástica de Criar”. (ZILBERMAN, 2014).

Neste sentido, segundo Costa (2012, p. 55), acerca da inspiração de Monteiro Lobato, “[...] a criação literária emerge da convivência com os filhos e da preocupação com a ausência de obras de valor estético, sem fins didático-pedagógicos [...]”. Diante disso, talvez tenha sido por essas motivações, junção entre o olhar sobre as crianças (os filhos) e o clamor por uma literatura que não fosse premeditada, que o *Sítio do Pica-pau-amarelo* encanta, até os dias de hoje, crianças, jovens e adultos, publico que se deleita sobre narrativas constituídas da fusão entre o fantástico e o real.

Considerando a diversidade de contextos que o inspirou e diante de necessidades específicas, segundo Zilberman (2014, p. 34), Monteiro Lobato não estava só. No que tange à produção da Literatura Infanto-Juvenil no Brasil, Viriato Correia também estava ali, produzindo com o seu realismo, agregando valor ao gênero, não no sentido de concorrência, mas no de intensidade de produção. Ambos publicavam periodicamente para suprir uma demanda leitora que se tornava cada vez mais representativa, movimento este que constituiu reflexos da grande aceitação de suas obras.

No tocante ao acervo de obras, especialmente as produções de Viriato Correia, destacamos *Cazuza* (1938), narrativa representativa deste momento decisivo de produções. Esta obra foi considerada um dos símbolos de ficção mais popular da literatura infantil nacional, tendo como contexto a história de um Brasil que todos ignoravam e que, apesar do ocultismo, acontecia, levando, como grito de guerra, o processo de escolarização, tecido a partir de uma narrativa memorialista, discorrendo sobre os episódios do Brasil. Zilberman (2014, p. 34-35), sobre a intensidade de produções e a aderência dos escritores ao movimento, discorre que:

Graças à atividade de escritor em tempo integral, a literatura infantil apareceu no horizonte das editoras como um negócio rentável, razão por que elas se sentiram à vontade para publicar outros autores nacionais. Não fosse assim, elas abrigariam apenas autores estrangeiros em tradução ou

facilitariam as adaptações de obras consagradas, como aconteceu no início do século XX [...].

A partir de uma ótica lucrativa, visualizando a literatura como produto comercial, de grande e rápida aceitação, temos, durante o século XX, especificamente na segunda metade, o surgimento de novos escritores e a consolidação do respectivo gênero literário no país. Destacamos, notoriamente, que a falta dessa abertura a novas publicações acarretaria no problema de não termos uma literatura infanto-juvenil brasileira hoje, visto que não havia interesse por parte das editoras em preservar uma literatura que não tivesse boa comercialização. Enfatizamos, ainda, que essa comercialização se deu com maior intensidade pelos movimentos educacionais que passaram a considerar, naquele momento, crianças e adolescentes como leitores.

Neste sentido, as publicações feitas de modo pioneiro por Monteiro Lobato, seguido pelo maranhense Viriato Correia, possibilitaram, neste percurso historiográfico, a escrita de um grande legado de obras, que se tornaram clássicas e são lidas até os dias de hoje. Cabe destaque para uma das características das produções de Viriato Correia, que é a seleção do narrador intradieético, que participa da história quando criança e agora adulto e, a partir do rememorar de suas memórias, recorda a infância vivida. Tal característica memorialista possibilitou que os textos do escritor se aproximassem das experiências de seus leitores, e que sua obra como um todo fosse considerada de grande relevância para a literatura de língua portuguesa, apreciada pela crítica literária nacional e, de certa forma, canonizada pela mesma.

Movimento inverso teve outro precursor, iniciando sua vida literária na escrita destinada aos adultos: Graciliano Ramos¹⁰, grande novelista aclamado pela crítica e pelo público nacional, (re)conhecido pelas obras como *São Bernardo* (1934), e *Angústia* (1936). O autor garantiu seu lugar junto ao panteão dos grandes nomes da literatura brasileira. (ZILBERMAN, 2014, p. 38).

No que se refere a suas produções infanto-juvenis, ressalta-se *A terra dos meninos pelados* (1939), cuja narrativa tem como protagonista Raimundo, reconhecido pelos olhos de cores diferentes, um preto e o outro azul. Inferimos que, inicialmente, a narrativa não foi aclamada, mas, hoje, tem o seu reconhecimento devido às discussões envolvendo as relações étnico-raciais, dentre elas o preconceito e a discriminação, bem como o preço pago por ser

¹⁰ Embora Zilberman (2014) tenha elencado duas obras de Graciliano Ramos, cabe adicionar o romance *Vidas Secas* (1938) e *Memória dos Cárceres* (1953).

“diferente”. Nesta assertiva, partindo da fusão entre o imaginário e o real, que o menino Raimundo chega a um espaço em que se sente igual, *Tatipirun*.

Distintamente de seus ideais estéticos em suas obras adultas, em *A terra dos meninos pelados*, Graciliano abre mão do real e mergulha nos universos da fantasia e do fabuloso, colaborando com o que se pretendia para a solidificação da Literatura Infanto-juvenil. Corroborando com essa contextualização, Coelho (1991), discorrendo sobre a sequencialidade dos surgimentos de obras, cita outros escritores, cujas obras, embora destinadas para fins pedagógicos, movimentam a imprensa nacional. Entre eles, encontram-se Érico Veríssimo, Graciliano Ramos, Orígenes Lessa e Viriato Correia.

Com o movimento de chegada desses novos escritores, percebemos o surgimento de novas vozes, nas mais diversas obras que versam sobre uma multiplicidade de cenários e situações, ratificando o caráter diverso e a riqueza que posteriormente será visualizada na literatura infanto-juvenil. Inferimos, ainda, que a produção catalogada até um ano antes do falecimento de Monteiro Lobato, mesmo que esse já estivesse desde 1940 sem produzir novas histórias, ocupando-se, exclusivamente, em organizar seu acervo, exerceu influências sobre muitos de seus contemporâneos, em especial Jerônimo Monteiro (1908-1970), que, segundo Zilberman (2014, p. 43) “Foi o melhor dentre os continuadores de Monteiro Lobato¹¹ [...]”.

Todavia, a ausência de Monteiro Lobato ocasionou muitas mudanças na História do Brasil, ela (a ausência imaterial) foi sentida na literatura brasileira, principalmente no gênero infantil e infanto-juvenil, deixando um vazio e uma lacuna impreenchível pelo viés que o Lobato se inscreveu na literatura brasileira. Isso fez com que, após a sua partida, se sucedessem poucas histórias originais, é como se faltasse ‘algo’, o movimento que mobilizou a escrita, ou melhor, o precursor da identidade nacional na literatura infanto-juvenil não estava mais naquele meio, é como se a literatura infanto-juvenil estivesse de luto. Diante disto, a década de 1950/1960, seguida do Golpe Militar de 1964, acabou por intensificar as poucas produções e disseminações do gênero literário. O país começaria a viver uma morte pela repressão política, afetando diretamente os escritores e, por conseguinte, o processo de escrita.

Neste interstício, após o Golpe Militar de 1964 e a quebra do momento de estagnação, surgiu, na literatura Infanto-juvenil brasileira grandes contribuições, principalmente trazendo novos nomes, como os de Ana Maria Machado, Ruth Rocha, Lygia Bojunga, Ângela Lago, Sylvia Orthof, entre outros, que possibilitaram, a partir do grande

¹¹ Autor de *A cidade perdida e Três meses no século 81*. (ZILBERMAN, 2014)

volume de suas produções e das diversidades de publicações vinculadas ao universo do imaginário e do realismo, uma nova produção literária, cuja autoria era feminina, ocasionando a quebra de uma literatura quase exclusivamente escrita por homens. Este foi um momento decisivo para a consolidação da escrita feminina e de seus protagonismos na literatura brasileira, de forma geral.

A escritora Ana Maria Machado foi uma das grandes representantes neste recomeço, quase sempre com o seu estilo de escrita que, de maneira recorrente, priorizou o começo da narrativa a partir da última frase, depois reconstruindo o fio do sentido até fazer com que as crianças entendessem a tessitura literária, apresentando o que viria depois do momento final da história, ou seja, o que acontecia com os protagonistas após o “Felizes para sempre”. (ZILBERMAN, 2014, p. 53).

Nesta perspectiva de escrita, a autora reconstruía e desmembrava uma estrutura de narrativas eurocêntricas, perpassadas desde as origens, com os textos traduzidos e adaptados, além de publicar obras que iriam contra o regime político do país, como por exemplo, *História meio ao contrário*, cujo objetivo era estimular a independência dos leitores. Sua obra não se restringia à pretensão de alcançar crianças e jovens, mas era um convite aberto aos adultos. Salientamos, ainda, sua grande e importante representação como pioneira na fase de transição da década de 1970/1980, pós-Monteiro Lobato.

A partir desse momento, a literatura infanto-juvenil começou a estruturar-se com temáticas novas. A identidade brasileira estava em questão. Dava-se gênese a histórias protagonizadas por novos sujeitos, cujas representações reafirmavam o caráter pluriétnico e pluricultural do Brasil, que intervinham nas realidades e tinham a intenção de provocar nos leitores uma reflexão, desmitificando pré-conceitos e preconceitos acerca do “diferente”, não olhando para o que já existe com um sentimento de justiça histórica, mas propondo-lhe novas discussões. Não obstante, não era mais o diferentismo glacial que encantava, mas a diversidade constituidora do Brasil.

Na esfera dessas inscrições, não há dúvida de que o presente busca compreender o passado a partir de mudanças de conceitos, categorias e, em consequência, de preconceitos. Neste sentido Coelho (1993, p. 11), afirma que:

Já não há dúvida de que na base das mudanças que dia a dia alteram o mundo herdado do passado está a gravidade e crescente mudança dos conceitos que definiam, social, econômica e politicamente, as figuras da mulher, da criança, do jovem e das chamadas raças ‘inferiores’ (as que, escravizadas pelo ‘branco’ progressista, ajudaram na construção desta nossa

esplêndida / absurda civilização-do-progresso, agora em plena fase de troca-de-pele...).

Diante do exposto, compreendemos que a constituição do Brasil pluriétnico tem base nas piores formas de escravidão, violência psicológica, manifestação e disseminação de preconceitos. Mas, com a criminalização dessas ações, fruto da nova ordem cultural, hoje vivenciamos um momento de “troca-de-pele”, como fator de preocupação para que o preconceito não seja e nem se manifeste, agora, de maneira reversa.

Assim, nas últimas décadas desse século, período que marca a transição do século XX para o século XXI, esse movimento tem se intensificado com o surgimento desses novos escritores, que, antes, ocupavam um lugar anônimo no universo da literatura brasileira, haja vista a existência de um cânone impenetrável, cenário que se modificou com o desenvolvimento da imprensa e o caráter das publicações, contexto que não se restringe, hoje, aos meios impressos, mas tem-se à disposição um universo digital e multifacetado, que possibilita as ascensões desses escritores. Cabe destacar o aumento significativo desses, descentralizados por todo o território nacional, considerando os centros urbanos e centros rurais, graças ao novo momento “digital” e “On-line”, nos quais nos vemos submersos.

Nesse sentido, a nova proporção de escrita, cujos escritores vêm de todas as camadas sociais e geográficas, intensificou-se com a popularização do acesso dos leitores às mídias digitais, construindo um universo imensurável de *e-books*, de plataformas *on-line* de escritores e uma multiplicidade de temáticas, tendo o leitor a seu dispor, um universo virtual infundável, além do caráter flexível dessas leituras e das inúmeras releituras que as obras recebem.

Em suma, todo o percurso evolutivo residiu na necessidade de uma literatura que contemplasse os universos do leitor infante-juvenil, universos esses visualizados desde as estórias e histórias traduzidas e adaptadas até o surgimento de escritores que reinventaram o gênero, rompendo padronizações canônicas seculares que contemplavam apenas uma versão da historiografia literária.

Enfatizamos, ainda, as presenças de Monteiro Lobato e Viriato Correia, que, juntos, construíram e solidificaram, concomitantemente, um gênero que atravessaria um golpe militar (Golpe de 64), tendo sua força minimizada. Não obstante todas essas “decadências”, seria novamente reinventado nos finais da mesma década, seguindo até meados da década de 1970, através da presença de mulheres, de uma escrita feminina, cujas personagens também

são mulheres, protagonistas miscigenados, homossexuais, entre outros, possibilitando uma diversificação temática necessária para se compreender o mundo e suas pluralidades.

Outra conquista importante, que vale destaque, são as presenças de escritoras e suas consolidações em um cenário de transformações, cenário ainda “masculinizado”. Exemplos delas são as escritoras Ana Maria Machado e Lygia Bojunga, ambas detentoras do maior prêmio da Literatura Infanto-Juvenil, “*Hans Christian Andersen*”, a primeira escritora no ano de 2000, e, a segunda em 1982. Elas fazem parte de um grupo seletivo construído com outros nomes fortes e ímpares da literatura mundial, contribuindo diretamente para a tessitura da historiografia literária Infanto-Juvenil no Brasil, temáticas essas que discorreremos no próximo capítulo, quando abordaremos a representação do afrodescendente na narrativa infanto-juvenil presente na contemporaneidade, aclimatando o feminismo nesse gênero literário a partir da compreensão sobre duas categorias, quais sejam: gênero e poder.

3 A REPRESENTAÇÃO DA PERSONAGEM AFRODESCENDENTE NA NARRATIVA INFANTO-JUVENIL NA CONTEMPORANEIDADE NAS OBRAS DE AUTORIA FEMININA

Eu não sou preta, eu sou marrom. Cor de doce de leite, como a canela, como o chocolate, como o brigadeiro. Cor de telha, cor de terra [...].

Heloísa Pires Lima (1998)

3.1 Considerações sobre a Literatura de Autoria Feminina no Brasil

Nas últimas décadas, a literatura Infanto-juvenil tem trilhado diversos caminhos. Entre eles, há os que reconhecem novos sujeitos, de novos lugares, nunca antes considerados quer como participantes enquanto protagonistas ou coadjuvantes, representados positivamente, cujas posições a escrita literária tardou em reconhecer, embora seus papéis tenham sido, e continuam sendo, de suma importância para a construção de narrativas significativas que contribuíram para o universo imaginário e/ou realístico da literatura brasileira contemporânea.

Com isso, surge um novo movimento, construído com personagens femininas, afrodescendentes, miscigenadas, homossexuais etc., cujas classes sociais variavam conforme o lugar social que cada um ocupa. Dando dessa forma aos sujeitos que estiveram por séculos à margem da sociedade e da literatura um lugar diferenciado, respeitando as peculiaridades de cada um. Esta consolidação se deu graças às lutas individuais e coletivas, que clamavam por uma participação social e literária inclusiva, participação essa historicamente negada no âmbito das relações de poder pré-estabelecidas no âmbito macro social.

A crítica literária Nelly Novaes Coelho, em sua obra *A Literatura Feminina no Brasil Contemporâneo* (1993), discorre sobre o novo momento que ganhava força a partir da década de 1970, inferindo que:

Entre os fenômenos mais significativos deste último quarto de século, no âmbito da literatura e da crítica, está sem dúvida o crescente interesse que desde os anos 70 vem despertando não só a produção literária das mulheres, mas também a de literatura infantil juvenil e a da 'negritude'. Muito mais

que simples moda, esse triplo interesse arraiga em um fenômeno cultural mais amplo: a inegável emergência do *diferente*; das vozes divergentes; a descoberta da alteridade ou do Outro, via de regra, sufocadas ou oprimidas pelo sistema de valores dominantes. (COELHO, 1993, p. 11).

No cerne dessas discussões, as novas temáticas emergiram do novo momento em que o Brasil vivenciaria. As esferas sociais começavam a se retorcer para contemplar a diversidade étnica que sempre integrou o país, mas que foi excluída por ser diferente. E a literatura não poderia ficar de fora, haja vista o seu caráter emancipatório e diverso, que, a partir de seu viés precursor, busca compreender, através de diversos olhares e lugares de fala, a afro-brasilidade, que, hoje, começa a ser evidenciada nas tessituras literárias.

Mas esse movimento não foi sempre linear. No caso da literatura brasileira, este novo cenário só fora possibilitado na virada do século XIX, com os novos traços de uma vanguarda literária, que teve como precursores escritores e escritoras das mais variadas camadas sociais, que utilizaram os mais variados estilos, contemplando universos que respondessem aos anseios de uma lacuna que ficou “suspensa” por séculos, e, agora, com novos protagonismos, são produzidas para preenchê-la no imaginário dos leitores. Estas ideias são discutidas pelo ensaísta e crítico literário Antonio Candido, em seu ensaio intitulado *Preconceito e Democracia* (1999).

Para compreender esse movimento de ruptura¹², é importante visualizar a literatura produzida ou protagonizada pelas minorias, e minorias no sentido da pouca representatividade social e política que tiveram, compreendendo-as como um todo. Vale salientar que afunilamos as nossas discussões nas questões acerca da mulher, relacionando-a ao movimento feminista e à construção das identidades Afrodescendente e Afro-brasileira.

Sobre a construção das respectivas identidades, salientamos a discussão do africanista e escritor Amauri Mendes Pereira em “*África: para abandonar estereótipos e distorções*” (2012, p. 47), quando afirma que “Os referenciais históricos, simbólicos e estéticos de matrizes africanas são o ponto de partida para a constituição de uma identidade afro-brasileira, questão das mais sensíveis em nosso país”. Percebemos, na discussão proposta por esse autor, que a formação dessa identidade parte de uma posição dialógica entre o social e o cultural, nas definições dos papéis entre estas trocas simbólicas: quem é quem nesse processo de formação de identidade. Ressalta, ainda, que é uma construção que está acontecendo e que se intensifica na contemporaneidade, sobretudo como resposta às lutas

¹² Entende-se como movimento de ruptura, nesse contexto, a quebra do regime patriarcal, da escrita masculina e branca, além da inserção de personagens afrodescendentes nas narrativas, viabilizando, a partir de uma força/pressão literária, novos cenários, resultando na alteração do cânone da literatura brasileira.

sociais travadas pelo Movimento Negro, discussão esta ampliada pelo mesmo autor em *“Trajetória e perspectivas do movimento negro brasileiro”* (2008), que apresenta a trajetória e as conquistas que esse movimento trouxe às populações afrodescendentes do Brasil, dando-lhes voz e vez.

Idealizando o reconhecimento, o respeito e os direitos, as identidades afrodescendente e afro-brasileira, esta última ainda em constituição e consolidação, foram e vêm sendo conquistadas através de inúmeras ações que os movimentos sociais, especialmente o Movimento Negro, travaram para terem suas representações positivas e o livre acesso aos direitos garantidos pela Constituição. Além dessas garantias, ressaltamos, também, as lutas pela quebra dos regimes patriarcal e do etnocentrismo ‘branco’, e, em consequência, das formas de dominação que o homem exerceu e ainda exerce sobre as mulheres e negros, movimento que rompe com inúmeros “ideais” considerados pré-requisitos para integrar a sociedade. (PEREIRA, 2012)

Considerando que, desde o mais remoto passado, a estrutura da sociedade formou-se a partir de inúmeras formas de dominação, através de sistemas complexos que requeriam força e poder, tais requisitos, nessas épocas, determinavam a figura masculina como a privilegiada. Diante dessa assertiva, Edilene Ribeiro Batista, em *“Fragilidade e Força: Personagens femininas em Charles Perrault e no Mito da Donzela Guerreira”* (2006, p. 21), enfatiza que:

[...] Essa dominação dos homens sobre as mulheres mediante a utilização de símbolos, linguagens, formas de exercício de poder, instituições, visões de mundo, valores e religiões só veio perpetuar a continuada exclusão da mulher nos processos de decisão [...].

Nesta assertiva, ratificamos, mais uma vez, que o homem dominava a mulher nos mais diversos âmbitos, desde o lar à restrição ao acesso à educação. No contexto, a mulher não deveria nem pensar em fugir das amarras do poder masculino. A elas, eram negados todos os meios de ascensão. Neste sentido, Rose Marie Murano, em *A Mulher no Terceiro Milênio* (1995), afirma o caráter neutralizador da dominação, enfatizando que o grave problema foi que os homens conseguiram “neutralizar” essa dominação histórica, a ponto de muitas mulheres aceitarem esta situação como normal.

Embasados na assertiva de Murano (1995), inferimos que a aceitação da subserviência como forma natural de estar no mundo formou, nas sociedades, grupos que se reuniram porque apresentavam os mesmos fenótipos e/ou identificavam-se com identidades étnico-raciais ou de gênero, no caso dos homossexuais, bem como as etnias, no caso dos

negros. Tais fatos geraram estereótipos que se disseminaram, corroborando para que essas características não fossem aceitas, ocasionando, assim, a marginalização desses públicos.

As minorias étnicas e de gênero, de modo geral, só conseguiam sair dessas margens quando se reuniam e militavam contra os “rótulos”, no que tange às definições e aos estereótipos, rotulações essas que se construía por trás da falta de informações e da construção preditiva e cultural que enraizava os preconceitos. O cenário modificou-se quando esses grupos, através de lutas sociais e militâncias, conquistaram o direito à educação.

Visualizando a mulher, embasando-se nas discussões de gênero, por muitos vieses, ela foi excluída do mundo social, ocupando um lugar à margem, silenciada, inferiorizada, retraída sempre para segundo plano, seja por questões ideológicas de época, seja pelo contingenciamento do espírito sexista patriarcalista que se propagava. Tal assertiva é confirmada por Lobo em *A dimensão histórica do feminismo atual* (1999, p. 05). O autor discorre que:

[...] Ser o outro, o excluído, o estranho é próprio da mulher que quer penetrar no “sério” mundo acadêmico ou literário. Não se pode ignorar que, por motivos mitológicos, antropológicos, sociológicos e históricos, a mulher foi excluída do mundo da escrita – só podendo introduzir seu nome na história europeia por assim dizer através de arestas e frestas que conseguiu abrir através de seu aprendizado de ler e escrever em conventos. [...]

Compreendemos, a partir do trecho citado, que foi com o acesso à educação que as mulheres conseguiram, lentamente, sua autonomia, haja vista os preconceitos arraigados nas crenças e filosofias: ambas não proporcionavam abertura para a conquista da autonomia e da quebra do regime patriarcal. Ressaltamos, ainda, que, para ter acesso à educação, “as mulheres, na Idade Média, submetiam-se às carreiras religiosas, também como fuga do destino de ‘tornar-se’ a dona do lar”. (PINTO, S/D)

Com o início dos movimentos sociais, principalmente o Feminismo, as mulheres começaram a se movimentar para a conquista de seus lugares e até de seus próprios corpos, sobre os quais elas não detinham propriedade. Esse movimento social foi e continua carregando, em seu lema, uma militância de caráter político e social. Surgiu na Revolução Francesa, em 1789, teve sua expansão e consolidou-se como movimento de garantias e direitos das mulheres somente no final do século XIX e início do século XX. (OLIVEIRA & CASSAB, 2014, p. 01). Nessa acepção, o Feminismo emergiu tendo como objetivo a luta contra todas as formas de dominações exercidas sobre as mulheres, movimento esse pautado no Humanismo, a partir da relação “do ser com o ser humano”. (HEIDEGGER, 1991).

Partindo da relação da mulher, enquanto ser em contato com outros seres e com ela mesma, destacando seu contato com o homem e as relações de opressão (BUTLER, 2002), compreendemos que esse contato possibilitou que elas se movimentassem para a aquisição de sua independência social e cultural. Estas ações geraram reações, e, no Brasil, não foi diferente. Surgiram minorias que narraram suas histórias através de suas personagens (autobiografismo e autoficção), denunciando a exclusão que sofreram e as inúmeras formas de dominações. Diante de todo esse processo, movimentaram-se na tarefa de (re)construir uma nova história, agora, a partir de novos lugares, por outras óticas, buscando seus lugares no social e na história enquanto sujeitos historicamente retraídos.

Enfocando, no tocante ao lugar da mulher e da escrita feminina, na literatura brasileira, infere-se que:

[...] No Brasil, diversas foram as vozes femininas que romperam o silêncio e publicaram textos de alto valor literário, denunciadores da opressão da mulher, embora a crítica não os tenha reconhecido na época. O primeiro romance brasileiro de autoria feminina de que se tem notícia, *Úrsula* (1859), de Maria Firmina dos Reis, foi seguido de muitos outros, dados, agora, a conhecer pela crítica feminista. (BONNICI & ZOLIN, 2005, p. 185).

Percebemos, diante do exposto pelos autores, com grande destaque para a formação e permanência da literatura brasileira, que Maria Firmina dos Reis foi pioneira ao escrever um romance abolicionista ao inscrevê-lo na formação literária brasileira, sendo ela mulher e negra, de classe baixa, de pouco estudo, conforme cria uma autobiografia de si, enquanto mulher e escritora, no prefácio de *Úrsula* (1859), pedindo desculpas aos homens pela escrita daquele texto.

Neste sentido, destacamos que a publicação de um romance abolicionista é compreendida como uma denúncia das condições em que se encontravam os negros no Brasil, um dos primeiros vestígios de manifestação feminista, o que criou uma ruptura com a literatura de autoria masculina, afetando diretamente o patriarcado. Nesse movimento, a mulher começava a se empoderar, deixando de ser “mulher-objeto” para “tornar-se mulher”, independente e autônoma, tendo suas habilidades intelectuais reconhecidas, considerações essas afirmadas pelo sociólogo Zigmunt Bauman em *“Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias”* (2008).

Afunilando a discussão acerca do Feminismo no Brasil, mais especialmente no século XVIII, visualizamos que esse movimento se desenvolveu ao lado de ações em prol da abolição da escravatura e da proclamação da república, momentos que possibilitaram a liberdade não somente dos escravos, mas também das mulheres, ambos de suas condições de

inferioridade e representação. Cabe-nos destacar que a primeira mulher a discutir o feminismo no Brasil foi Nísia Floresta, conforme podemos perceber nas discussões de Bonnici & Zolin ao afirmarem que:

[...] A republicana e abolicionista Nísia Floresta Brasileira Augusta (pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto) foi, também, a primeira teórica do feminismo no Brasil. Seu primeiro livro, *Direitos das mulheres e injustiças dos homens* (1832), [...] põe em discussão, a partir de conceitos e doutrinas do Iluminismo europeu, os ideais da mulher de igualdade e independência, configurados pelo direito à educação e à vida profissional, bem como o de serem consideradas como de fato são: seres inteligentes e capazes, portanto dignos de respeito [...]. (2005, p. 11).

Neste sentido, embora Nísia Floresta (1810-1885) tenha desenvolvido um trabalho crítico com base no Feminismo, visualizando o Brasil do Século XVIII, poucos são os documentos que registraram seus textos, fato que os torna uma manifestação isolada, corroborando com a ideia de que a autora fora mais uma mulher sem voz no Brasil oitocentista, contexto histórico em que grandes lutas se organizaram para mudar as realidades dos oprimidos em suas condições.

Assim, considerada a primeira feminista brasileira, cuja trajetória é marcada por escritas que denunciam a condição “escrava”, de ser mulher num país que clamava sua dominação, Nísia Floresta, em todos os seus movimentos em busca dos direitos das mulheres, idealizava uma escrita que libertasse, questão essa discutida em sua obra *“Direitos das mulheres e injustiças dos homens”*, percebida no seguinte trecho:

Se cada homem, em particular, fosse obrigado a declarar o que sente a respeito de nosso sexo, encontraríamos todos de acordo em dizer que nós nascemos para seu uso, que não somos próprias senão para procriar e nutrir nossos filhos na infância, reger uma casa, servir, obedecer e aprazer aos nossos amos, isto é, a eles homens. [...] Por que [os homens] se interessam em nos separar das ciências a que temos tanto direito como eles, senão pelo temor de que partilhemos com eles, ou mesmo os excedamos na administração dos cargos públicos, que quase sempre tão vergonhosamente desempenham? (FLORESTA, 1989, p. 35).

Com isso, é notório que, na contemporaneidade, a discrepância seja muito maior do que se imagina. As funções estavam bem definidas, os deveres eram desiguais e sempre colocavam a mulher em uma situação de subserviência. Mas cabe enfatizar a discussão enfocando a pergunta que norteou a feminista Nísia Floresta: “Por que os homens se interessam em separar as mulheres das ciências e do mundo social?”. A resposta é evidente: para que não se emancipem, pois a emancipação é a liberdade civil que potencializa, em consequência, o empoderamento da mulher a partir da igualdade de acesso a todos os espaços.

Mas a privação à educação não calou essas mulheres. Elas estavam em todas as partes, escrevendo às escondidas, produzindo um discurso coerente que justificasse suas respectivas presenças, através da escrita autobiográfica e autoficcional.

Assim, o acesso à educação garantido e o despontar das primeiras notícias sobre as presenças femininas no mundo intelectual através de suas inserções na imprensa brasileira do século XIX representaram fatos inéditos na História do Brasil e da América Latina, fatos que consistiram em participações apagadas, por muito tempo, da identidade nacional brasileira, no campo da historiografia. Nesse universo, a precursora no jornalismo profissional, Narcisa Amália (1852-1924), teve uma trajetória de vida marcada pelo sentimento feminista, abolicionista. “Narcisa Amália foi a primeira mulher no Brasil a se profissionalizar como jornalista, alcançando projeção em todo o país com artigos em favor da Abolição da Escravatura, defensora da mulher e dos oprimidos em geral [...]”. (FENSKE, 2015).

Narcisa Amália, através da oportunidade de falar a todos, a partir de sua escrita, fez com que seus primeiros textos contemplassem mais a questão da abolição da escravatura, principalmente o regime escravagista, bem como a identificação dos inúmeros lugares destinados aos “oprimidos”. Assim, é perceptível que as mulheres afrodescendentes, por suas condições de minorias de representação política, fizeram de seu discurso uma arma simbólica de grande poder contra o paradigma social que insistia em excluí-las.

Salientamos, ainda, acerca da jornalista Narcisa Amália, que a mesma, em meados de 1889, escreveu uma súplica a todas as mulheres. O texto dizia: “[...] Eu diria à mulher inteligente [...] molha a pena no sangue do teu coração e insufla nas tuas criações a alma enamorada que te anima. Assim deixarás como vestígio ressonância em todos os sentidos.” (PRIORI, 2006, p. 425, apud CAMPOS, 1989). Diante disso, percebemos que a jornalista tentava encorajar outras mulheres, através de um discurso coerente e poético, que se sentiam inferiores, deixando à escrita a maior contribuição que elas poderiam deixar para as próximas gerações.

Por outra vertente, sob uma perspectiva erótica, surge Gilka Machado (1893-1980), admirada por Mário de Andrade e Carlos Drummond. Este último a intitula como “[...] a primeira mulher nua da poesia brasileira”, (FIGUEIRAS, 2017, apud ANDRADE, 1980), declaração que compôs o *Jornal do Brasil*, em 1980, dedicado à memória de Gilka em virtude de seu falecido naquela semana. A poetisa inicia sua vida literária com o livro “*Cristais Partidos*” e “*Mulher Nua*”, em 1922. Ambas as obras são as mais representativas de sua vida

literária. Sua última publicação, em 1968, “*Velha Poesia*” é uma coletânea de denúncias que, segundo Figueiras (2017):

[...] A última, em 1968, tem o irônico nome de “Velha poesia”. “É às vésperas do Estado Novo de Getúlio que Gilka escreve, justo no momento em que são discutidos, no Brasil, a situação da mulher, seu papel cívico e seus direitos políticos”, frisa a professora da Universidade Federal de Sergipe Maria Lucia Dal Farra, que assina o prefácio da edição, lembrando que em 1910 Gilka integra as iniciativas para fundar o Partido Republicano Feminino.

Na esteira dessas considerações, a partir de uma leitura de “*Velha Poesia*”, inferimos uma compreensão acerca da situação da mulher e a necessidade do respeito e garantia dos seus direitos civis e políticos, elucidando as qualidades desta para ocupar cargos jamais imaginados naquela época, como cargos políticos, por exemplo. Esse discurso ganha força com Patrícia Rahder Galvão (1910-1962), nascida no ano em que a poetisa Gilka Machado integrou as iniciativas para fundar o Partido Republicano Feminino. Cabe salientar que a “Pagu” carrega o título de primeira presa política do Brasil, e, assim como Gilka Machado, lutou pela participação política das mulheres na sociedade brasileira.

Portando inúmeras qualidades, dentre elas as de escritora, tradutora, jornalista e militante, Pagu foi uma das mais significativas personalidades da militância junto ao Partido Comunista Brasileiro, o que lhe rendeu mais de 20 aprisionamentos. A autora do romance “*Parque Industrial*”, em 1933, “Era casada com Oswaldo de Andrade e chocava a sociedade de sua época pelas vestes, pelo hábito de fumar e dizer palavrões”. (PINTO, S/D). Suas características comprovam que a emancipação de Pagu estava muito à frente de seu tempo.

Neste sentido, as mulheres que fizeram história (Maria Firmina, Nísia Floresta, Narcisa Amália, Gilka Machado e Patrícia Galvão, a Pagu, entre tantas outras), simbolizam e representam, com seus espíritos de resistência, outras mulheres vítimas de uma sociedade exclusivamente masculina e excludente. Ambas escolheram a escrita como maior recurso expressivo de denúncia, de reivindicação, de fazerem-se presentes na História e para a História, para que as futuras gerações pudessem (re)escrever a verdadeira face do Brasil. Eram elas vanguardistas, pois encabeçaram diálogos com outras classes e outros gêneros, neste mesmo movimento de ruptura e participação social, a partir da idealização da equidade entre os gêneros e suas possíveis conquistas.

É partindo do universo que comporta essas mulheres conscientes de si e do momento que viveram que surgem os primeiros indícios de que se tem conhecimento, no que se refere às participações sociais e de textos de autoria feminina no Brasil, iniciando a

tradição desse universo literário nas mais diversas áreas, tradição essa que foi se consolidando e modificou os valores que solidificavam a escrita, no tocante à representação da mulher.

Para a professora e pesquisadora Algemira de Macêdo Mendes (2006, p. 29,) baseada na obra *“Ensaístas Brasileiras: mulheres que escreveram sobre literatura e artes de 1860 a 1991”*, de Heloísa Buarque de Holanda (1993):

[...] entre meados do século XIX e o primeiro decênio do século XX, houve um crescimento quantitativo da participação da mulher na literatura, aumento atribuído ao surgimento da imprensa, que possibilitou a criação de várias publicações dirigidas e editadas por mulheres. Elas agiam impulsionadas pelos movimentos feministas e por campanhas republicanas de educação da mulher para a promoção de uma nação brasileira *educada, saudável, branca e moderna*.

Compreendemos, a partir do trecho citado, que as ações impulsionadas pelo feminismo e pelo acesso à educação possibilitavam a aderência de outras mulheres que não se conformavam com a sua condição de subalternas. Parte desses direitos deu-se pelo surgimento e aumento da imprensa, que oportunizou espaços, mesmo que mínimos, em suas colunas. Ressaltamos, ainda, o caráter tardio em que se deu o acesso à educação, embora ela seja visualizada, hoje, como um direito de todos, mas foi somente depois de mais de trezentos anos de colonização que surgiu a “Lei Geral”, datada de 1827, que garantiu e possibilitou que todas as mulheres frequentassem as escolas, com algumas restrições.

Na tentativa de ratificar as discussões travadas até aqui, surge *“Um olhar na história: a mulher na escola”*, de Maria Inês Sucupira Stamatto, texto no qual a autora discorre sobre as relações de superioridade do gênero masculino sobre o feminino no acesso à educação, bem como a separação das disciplinas, levadas em consideração segundo a ideologia dominante da época:

A nossa primeira legislação específica sobre o ensino primário, após a independência, foi a lei de 15 de outubro de 1827, conhecida como Lei Geral, que padronizou as escolas de primeiras letras no país, contemplando a discriminação da mulher. Elas não aprendiam todas as matérias ensinadas aos meninos, principalmente as consideradas mais racionais como a geometria, e em compensação deveriam aprender as ‘artes do lar’, as prendas domésticas [...]. (STAMATTO, S/D, p. 05).

Conforme o ratificado pela autora, a educação destinada às mulheres, oficialmente instituída por lei, contemplava o seu caráter inferior em relação aos homens, além de não possibilitar o acesso a todos os conhecimentos, separando as disciplinas segundo o gênero de

seus alunos, processo que pode ser entendido como segregatório, uma vez que as excluía do processo formativo, compreendido como um todo. Nesse sentido, as mulheres estariam aptas às artes, por serem visualizadas como o “sexo frágil”, assim como destinadas às prendas domésticas, ratificando novamente o caráter de subalternas e destinadas ao lar, à procriação etc. (BEAUVOIR, 1989).

Neste contexto, com a alteração do cenário das diferenças, imposições de gênero e dominações, a ascensão da mulher iniciou-se na transição do século XX para as primeiras décadas do século XXI, momentos em que a sociedade brasileira começou a perceber, através da imprensa, a presença da escrita feminina, cuja qualidade não era inferior, tampouco deixava a desejar. Assim, trazendo como bandeira o movimento feminista, muitos críticos e historiadores começaram a resgatar e a reinterpretar a produção literária de autoria feminina a partir de outros vieses, não mais pautado na carga semântica que recaía sobre si, enquanto “sexo frágil”.

Evidenciamos, a partir das discussões elencadas, que o cânone da literatura brasileira, de modo geral, não contemplava a escrita feminina, priorizando sempre o homem ocidental, branco, burguês, excluindo tudo o que fugisse a esse ideal, o que resultou na exclusão histórica já tão enfatizada neste texto. É de extrema importância discorrer a respeito da formação do cânone. Sobre ela, Mendes (2006, p. 275) afirma que:

Historicamente, o cânone literário, tido como um perene e exemplar conjunto de obras-primas representativas de determinada cultura local, sempre foi constituído pelo homem ocidental, branco, de classe média/alta; portanto, regulado por uma ideologia que exclui os escritos das mulheres, das etnias não-brancas, das chamadas minorias sexuais, dos segmentos sociais menos favorecidos etc [...].

Reiteramos, a partir do que discorre a autora, a supremacia do homem ocidental, branco, provido de riquezas e poder social, formado por uma ideologia de “padrões”, tidos por séculos como os únicos “dignos” e de grande valia para a permanência de uma suposta “autenticidade” das obras. Segundo esta ideologia, o homem era o único ser capaz de escrever e permanecer no social sem discriminações. Assim, para a desconstrução dos princípios que regem a composição desse cânone a história foi de grande importância, conforme se verifica no relato publicado em 1911, do escritor e jornalista João do Rio, no qual ele critica a literatura de autoria feminina, ratificando a exclusão da mulher do mundo da escrita, trecho este citado por Zolin (2005, p. 276) em “*Literatura de Autoria Feminina*”:

Eu sempre tive pelas senhoras que fazem literatura – um atemorado respeito. As relações com uma poetisa são verdadeiros desastres impossíveis de remediar, mas que o galanteio social obriga a acoraçar. [...] Por que escrevem essas senhoras? Ninguém o soube; ninguém o saberá. Com certeza porque não tinham mais o que fazer [...].

É nitidamente perceptível o caráter discriminatório deste discurso. Logo, segundo o João do Rio, havia uma obrigação de respeitar as mulheres, mas não porque detinham respeito. As relações eram desastrosas, mas o social o encorajava para que mantivessem o mínimo, e as mulheres escreviam porque não tinham mais nada para fazer. O autor fala como se a literatura feminina nascesse da ociosidade doméstica, ratificando o pensamento machista, opressor e excludente que vigorava no início do século XX. São registros como esses que têm impulsionado os movimentos a reverem a história do Brasil, no sentido de alterar os princípios que têm fundamentado os pré-requisitos para compor o cânone literário, bem como o que não foi contemplado, num processo de resgate.

Diante disto, a exclusão que constatamos a partir do fragmento analisado é consequência do pensamento global que compreendia a mulher como inferior, desde na força corporal quanto na intelectual, e que sua produção (de autoria feminina ou protagonizada por mulheres), consistiria numa produção de baixo valor estético quando comparada com a produção de autoria masculina. De certo, fortalecia-se ainda mais a dominação masculina nos meios literários e as literaturas produzidas e protagonizadas pelas mulheres ficavam fora do leque de obras que os leitores tinham à sua disposição.

A alteração deste cenário aconteceu quando saíram dessa condição em decorrência do Feminismo, que as colocou em um novo lugar, autorizando e possibilitando que produzissem sem os traumas das possíveis “rejeições”. A partir dessa abertura, as mulheres adentravam cada vez mais nos universos sociais sexistas, causando, construindo, escrevendo e, sobretudo, sendo mulheres.

A vanguarda que o romance ultrarromântico *Úrsula* (1859), de Maria Firmina dos Reis, criou foi inédita ao propor, entre suas muitas vertentes, duas principais discussões. A primeira, em torno da autoria feminina, impossível de se imaginar na época; e a segunda, uma obra literária contra o regime escravocrata brasileiro. Maria Firmina é considerada a primeira mulher e abolicionista da história da literatura nacional. Também foi a primeira que: rompeu com o patriarcado e com a escrita exclusivamente de autoria masculina; fundou a escola mista, sendo a autora a primeira professora efetiva do Brasil. Nesta assertiva, Mendes (2016, p. 28) discorre que:

O caso de Maria Firmina dos Reis se enquadra nesse paradigma. Aventurou-se a escrever dentro do contexto que a realidade brasileira impunha à época, somando-se às dificuldades econômicas e geográficas, já que nunca saiu do eixo Guimarães e São Luís (MA). Apesar de estar inserida em uma sociedade patriarcalista e na maioria das vezes seus escritos apresentarem um estilo ultra-romântico – característica da época em que ela viveu –, considerados, à primeira vista, ingênuos e açucarados, essa escritora com suas contemporâneas mencionava assuntos negados por escritores de seu tempo e revela uma veia abolicionista, articulada com o contexto das relações econômicas, sociais e culturais da época.

À medida que a autora discorre sobre a escrita de Maria Firmina, percebe-se que não foi somente a questão de gênero, de ser mulher, que marcou sua vida, mas também outros problemas sociais, como as dificuldades econômicas, que acabaram prendendo-a a um eixo específico, de Guimarães à São Luís, situação essa distinta daquela vivida por seus contemporâneos, exclusivamente homens que se envaideciam de viagens a Portugal. Por outro lado, apresenta o caráter inédito de sua escrita, a denúncia do regime escravagista, tendo como inspiração as relações socioculturais de sua época, bem como a ideia de diáspora.

Após a publicação de *Úrsula*, outras escritoras surgiram isoladamente, cada uma com seu estilo e trazendo à tona inúmeras questões incorporadas por suas protagonistas, muitas vezes numa projeção pessoal da própria autora, num movimento autobiográfico, e, entre elas, havia escritoras de Literatura Infanto-Juvenil. Assim, destacamos, no século XX, as presenças acentuadas das escritoras Cecília Meireles, Raquel de Queiroz, Clarice Lispector, Lígia Fagundes Telles, Nélide Piñon, Lya Luft, Adélia Prado, Hilda Hilst, Ana Maria Machado, entre outras, que, com suas escritas mergulhadas em universos socioculturais, apresentaram um Brasil que, até aquele momento, era desconhecido pelo seu povo.

Os universos, ainda insuficientes, de nomes femininos que se inseriram na literatura brasileira, à força, trouxeram uma nova identidade, cuja voz além de ser feminina pode ser afrodescendente ou sem demarcação de gênero (masculino e feminino), e versa sobre as mais diversas temáticas, cujas protagonistas, cabe destaque para as mulheres, alteraram e vêm alterando o acervo literário de que dispõe a literatura brasileira, um novo momento em que, segundo Duarte (2007, p. 01), “[...] essa literatura não só existe como se faz presente nos tempos e espaços históricos de nossa constituição enquanto povo; não só existe como é múltipla e diversa [...]”.

Diante disso, construiu-se, com muito esforço, uma literatura diversa em temáticas e em suas significações, e, embora a escrita feminina tenha sido iniciada no século

XVIII, foi somente no final do século XX que essas mulheres tiveram suas ascensões literárias. Tal assertiva é confirmada por Zolin (2005, p. 282) quando atesta que:

[...] se as vozes femininas, assim como as vozes das minorias étnicas e sexuais, estiveram por tanto tempo silenciadas no âmbito social e, conseqüentemente, na literatura, o final do século XX assistiu uma considerável reviravolta nesses domínios: o reconhecimento institucional da existência da literatura escrita por mulheres [...] que essas vozes “outras” sejam ouvidas não apenas entre eles próprios [...].

A autora corrobora com a ideia de que estas discussões, assim como a divulgação dessas produções, não devem ficar restritas somente aos iguais, a um grupo específico, mas que devem lutar para que a sociedade conheça uma nova história, agora contada por muitas vozes. Nesse movimento, a necessidade por fazer-se presente na contemporaneidade parte do princípio do reconhecimento institucional da existência da mulher e do resgate de suas contribuições para a formação das sociedades, considerando a necessidade de se (re)escrever uma história sem dominações e sem repressões, por serem elas mulheres e libertas.

Visualizamos, partindo dessas discussões, o quanto era difícil ser mulher em pleno século XVIII e XIX no Brasil e no mundo, espaços e tempos esses que vangloriavam a ideologia patriarcal, bem como as inúmeras formas de dominação, seja pela submissão, seja pela omissão e negação aos direitos básicos e essenciais para o bem-estar de todos.

Diante deste cenário cada vez mais sensível, compreendemos, em síntese, que a literatura foi influenciada pelos movimentos sociais – no caso da participação das mulheres, pelo Feminismo, e, no tocante aos afrodescendentes, pelo Movimento Negro Organizado, ações essas que tinham e têm como dilema a participação social e literária dos excluídos, sejam mulheres, miscigenados, homossexuais e etc., na busca pela (re)construção da História com a participação de todos que contribuiriam efetivamente para a construção de um novo cenário com suas escritas peculiares, objetivando o desenvolvimento de uma sociedade que não concorda com uma só voz e cuja desconstrução partiu de cenários ideológicos egocêntricos que valorizavam um ideal em detrimento da pluralidade que forma as sociedades.

3.2 Ser Afrodescendente no Brasil do Século XX e XXI: questões de gênero, etnia e poder

Iniciamos esta discussão com um enunciado que, por si só, fala muito sobre o que tentaremos discutir, aqui: “Sempre fomos o que os homens disseram que nós éramos. Agora somos nós que vamos dizer o que somos”. (TELES, 1975). O discurso enraizado durante a historiografia do Brasil ‘em formação’ denuncia as posições ocupadas por homens e mulheres na esfera social e política. Foi neste cenário que Lygia Fagundes Teles, autora da citação que abre esta discussão, em *As Meninas*, datada de 1975, evidencia a voz usurpada das mulheres que, até meados do século XIX, estavam no anonimato de suas casas, entre as funções domésticas e retidas a um lugar denominado comum.

O lugar denominado ‘comum’ foi cedendo espaço: de um lado, por força dos discursos que se alteravam ao passo que os sujeitos iriam assumindo seus lugares; e, de outro, pela própria falta de justificativas. Naquele momento, esses espaços apontavam para uma nova ordem cultural que desapropriava os discursos dominadores e as opressões sobre as minorias de representação política. Na raiz desse movimento, de uma mutação tardia, Coelho (1993, p. 14) confirma a ideia de que a sociedade era pressionada ‘pela literatura e para a literatura’, e as vozes, excluídas historicamente, estavam se aproximando do inconsciente coletivo através do texto literário:

Só através dessa perspectiva – a de um mundo em mutação acelerada de suas antigas bases – é que se pode compreender melhor as transformações que se vêm processando na voz feminina que, nesses últimos cinquenta anos e cada vez com mais força e essencialidades, se vem fazendo ouvir na literatura brasileira. (COELHO, 1993, p. 14 apud ORTEGA & GASSET, S/D)

Embasados nessas considerações, reiteremos o alicerce da literatura entre ficção, vida e contexto cultural no qual escritor e leitor estão submersos. Ainda, segundo Coelho (apud ORTEGA & GASSET, S/D) “[...] a natureza da arte depende do que acontece no contexto histórico, econômico, social, de classe ou de dominação, em que está ‘situado’ o artista ou o escritor [...]”. Diante disto, extraímos a correlação entre homem e subjetividade, ou seja, entre vida e literatura, entre ficção e realidade, entre o Ser e o Tempo (BOSI, 2000).

Da relação entre literatura e sociedade, nascem discussões que historicizam o homem em suas diversas fases. Situando essas ponderações às nossas discussões, foi com as conquistas advindas da militância do Feminismo que as mulheres ganharam e vêm ganhando

mais espaços e notoriedade no mundo contemporâneo, caracterizado pela globalização econômico-financeira, ambiente esse em que, todos os dias, mulheres e homens disputam os mesmos lugares, agora ancorados no princípio da equidade – embora saibamos que existem e perpetuam-se inúmeras desigualdades, ainda marcadas por questões de gênero a partir de tentativas de dominações por grupos considerados superiores, ou ideologias que ainda ‘tentam’ colocá-las como antagonistas no social.

É sabido que as desigualdades sociais do Brasil, no século XX e em pleno século XXI, são problemas que estão enraizados em todas as camadas sociais, problemas esses geralmente de natureza econômica, embora os censos e estatísticas, à cargo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontem para uma melhoria dos índices e a possível diminuição dessas diferenças, entre homens e mulheres, negros, brancos e indígenas, heterossexuais e homossexuais e suas subclassificações, visualizamos, na prática, que existe um maqueamento das desigualdades para que o país esteja ‘cumprindo’, na teoria, os acordos internacionais, bem como avance no ranking quando a discussão girar em torno das desigualdades sociais. Por outro lado, inferimos que as diferenças não recaem somente sobre questões econômico-financeiras (DUARTE, 2007).

Por consequência, percebemos, de forma cada vez mais acentuada, que a discriminação e os preconceitos relacionados às etnias e raças buscam apagar as posições sociais que os sujeitos ocupavam, tornando-os suscetíveis a “rótulos” que desconsideram, seja por embates ideológicos, seja por embates culturais, toda uma história e cultura que se construiu na historiografia literária e pode ser visualizada com mais nitidez na contemporaneidade, possibilitando a construção pluricultural e miscigenada do Brasil.

Diante de um cenário em que todos têm garantido, pela legislação vigente, as mesmas oportunidades, a afirmação das identidades vem demarcando espaços de resistência, cujas prioridades estão centradas no direito pelas mesmas condições, embora ainda haja um “receio” e um “olhar desviado” quando mulheres, afrodescendentes e homossexuais assumem funções de grande prestígio social, anteriormente ocupadas por homens e brancos, prioritariamente heterossexuais.

Surgem, a partir desses embates, categorias que devem ser analisadas a partir dos olhares das ciências humanas (sociológicos, antropológicos, psicológicos, filosóficos, culturais e literários), olhares esses necessários para que se tenha uma maior compreensão dos sujeitos em fase de construção de identidades, cenários em que esses (os sujeitos) desafiam a hegemonia ocidental propagada e enraizada no inconsciente da população como o único caminho a ser seguido, ideia que acaba alterando a história de que dispomos, além da

proposição da escrita de uma nova historiografia dessas minorias, considerando uma nova identidade, agora “plural”. Nesse sentido, é com a transição do século XX para a contemporaneidade que se criam duas categorias. Nascimento (2003, p. 29) discorre que:

O século XX caracteriza-se por dois fenômenos que operam transformações profundas na ordem sociopolítica mundial: os povos colonizados desafiam a hegemonia ocidental, conquistando a duras penas a sua independência política, e o feminismo desafia, no Ocidente, os padrões civilizatórios do patriarcalismo [...].

Assim, diante da assertiva proposta pela autora, compreendemos que a quebra de um regime patriarcal e o surgimento de uma “independência política”, no Brasil, possibilitou às mulheres o direito ao voto, ao trabalho, à educação, entre outros, direitos esses conquistados através das reivindicações dos movimentos sociais organizados, seguidos de outros movimentos que os grupos que estavam à margem da sociedade tiveram de criar para terem seus direitos respeitados e seus espaços adquiridos, bem como suas identidades representadas positivamente.

No tocante ao fim do regime patriarcal nas sociedades e a relação de igualdade entre homens e mulheres, a filósofa e feminista Simone de Beauvoir, importante representante do feminismo na França e ícone desse movimento no mundo Ocidental, discorre:

Ora, a mulher sempre foi, senão a escrava do homem, ao menos sua vassala: os dois sexos nunca partilharam o mundo em igualdade de condições; e ainda hoje, embora sua condição esteja evoluindo, a mulher arca com um pesado *handicap*. Em quase nenhum país, seu estatuto legal é idêntico ao do homem e muitas vezes este último a prejudica consideravelmente. Mesmo quando os direitos lhe são abstratamente reconhecidos, um longo hábito impede que encontrem nos costumes sua expressão concreta. Economicamente, homens e mulheres constituem como que duas castas; em igualdades de condições, os primeiros têm situações mais vantajosas, salários mais altos, maiores possibilidades de êxito que suas concorrentes recém-chegadas. Ocupam na indústria, na política etc., maior número de lugares e os postos mais altos. (BEAUVOIR, 1989, p. 14-15)

Entendemos, segundo a crítica tecida, que mesmo o discurso do século XX estende-se, em menor medida, à contemporaneidade, na qual as presenças femininas na política ou na direção de grandes empresas ganham destaque internacional como um fato inédito. De fato torna-se inédito, porque ainda há uma desigualdade visível, em que os grupos marginalizados são considerados, ainda que em menor frequência, inferiores e minoritários, no sentido de representação social e política.

No tocante às questões de gênero, cabe destacar, que essas discussões não contemplam somente a diferenciação entre mulher e homem, contempla uma questão de poder

– da dominação que o masculino exerce sobre o feminino, ou pela ótica étnica que o branco exerce sobre o negro e sobre o indígena, colaborando para a superioridade do homem para com a mulher, e do branco para com o afrodescendente e indígena.

É partindo da necessidade de se desconstruir preconceitos e estereótipos, que vão desde os sociais aos biológicos, que os indivíduos buscam, a partir do sentimento de pertencimento e de suas identidades, construir seus empoderamentos, discussão confirmada por Castells (1999, p. 235), quando afirma que “Reivindicar identidade é construir poder”. Essa busca, nessa nova ordem social, em que a pluralidade e o respeito devem ser sinônimos, vai contra as imagens que circulam nos meios sociais com a finalidade de estereotipar, ratificar preconceitos e diferenças culturais, sobrepondo uma e descaracterizando todas as outras.

Assim, a crise da não identificação com as mulheres e afrodescendentes parte do pressuposto de que o reconhecimento é de fluxo cultural, incentivado por um sentimento de pertencimento eurocêntrico, visualizando a mulher ainda como sujeito dependente e o afrodescendente como mão-de-obra barata. Sem mais delongas, o que diferisse dos conceitos tidos como universais era passível de anulação, uma vez que suas presenças geravam “incômodos”, e a sua aceitação não passava de um discurso irônico. Neste sentido, segundo Batista (2006, p. 25) acerca do lugar da mulher e de sua voz em uma sociedade literária cujo poder masculino reinava:

A prática e o estudo da literatura foram tradicionalmente feito por homens que estabeleceram os conceitos teóricos sobre o estético e sobre o valor literário. A crítica literária feminista vem questionar tal postura, propondo uma revisão desses critérios valorativos, demonstrando [...] parcialidade [...].

Na tentativa de revisar os critérios valorativos, a autora explicita que nunca foi objetivado que o feminino exercesse poder de dominação sobre o masculino ou que o negro estivesse em posição superior ao branco, pois a quebra de uma forma de dominação ou superioridade não pode gerar outra dominação. Contudo, espera-se a desconstrução de estigmas e estereótipos que foram, culturalmente, atrelados às comunidades específicas, tidas como inferiores: os negros pela “cultura” da escravidão, e as mulheres por serem “do lar”. São essas ideias que precisam ser revisadas, para que o amálgama social das diferenças possa deixar de ferir e excluir os indivíduos da integração social como um todo, sem que formem em consequência “guetos”¹³.

¹³ Compreendemos como “Guetos” a criação de grupos existentes a partir de uma característica social em comum. É um termo de recorrente uso nas Ciências Sociais, “[...] Tanto na historiografia da diáspora judaica do

Ainda sobre os lugares ocupados na sociedade e o poder masculino exercido sobre a mulher, o sociólogo Pierre Bourdieu (2002, p. 18) em “*Dominação Masculina*”, afirma que:

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos [...].

A partir das acepções bourdianas, evidenciamos a ratificação da supremacia do homem sobre a mulher, situação em que a cultura desta supremacia é aceita ‘naturalmente’, sem justificativas, e cuja ordem funciona embasada na cultura patriarcal e fundamentada na concepção social que se construiu acerca da figura masculina e branca e de seu poder sobre as demais, uma identidade formada a partir de um único ideal junto à “suposta” onipotência do homem.

Sobre o caráter “onipotente” que o homem ocupa nessas discussões até o sexo, destacando as posições que homem e mulher exercem no ato sexual, atividade ou passividade, são considerados na formação das identidades, pautados no falocentrismo¹⁴. Visto sob essa ótica, o corpo feminino ocupa a categoria de inferioridade por não exercer força ou “penetrar” no corpo do homem, ação que recai sobre este, considerada positiva quando em estado de comparação.

[...] A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho [...] (BOURDIEU, 2002, p 20).

Sendo assim, entendemos que as sociedades se constituíram de crenças que giravam em torno de questões passíveis de serem anuladas, como por exemplo as questões de ordem anatômica, buscando sempre uma explicação que justificasse as supremacias, tal como a diferença entre os órgãos genitais representava, nesses contextos, a força do homem sob a

começo da era moderna e durante o nazismo, como na Sociologia da experiência negra na metrópole do século XX e na Antropologia sobre a marginalidade étnica na África e na Ásia Oriental, ou seja, nas três áreas em que o termo é empregado, o “gueto” denota uma área urbana restrita, uma rede de instituições ligadas a grupos específicos e uma constelação cultural e cognitiva (valores, formas de pensar ou mentalidades) que implica tanto o isolamento sócio-moral de uma categoria estigmatizada quanto o truncamento sistemático do espaço e das oportunidades de vida de seus integrantes. [...]” (WACQUANT, 2004, p. 01)

¹⁴ Entende-se por Falocentrismo a ideia centrada em um único representante (BUTLER, 2003). Assim, torna-se mais explícita no discurso de Maria Cristina Poli (2007) em *A Medusa e o gozo: uma leitura da diferença sexual em psicanálise*, embasada nas discussões psicanalíticas de Freud e Foucault: “[...] significa reconhecer nesta tradição uma forma de organização do universo representacional, centralizado em um único significante ordenador, a partir do qual se estabelecem pares opositivos. Bem e mal, branco e preto, positivo e negativo, masculino e feminino, etc. são formas derivadas de uma cultura estabelecida sobre o princípio monoteísta [...]”.

fragilidade da mulher. Tal visão foi reforçada por séculos, inclusive no Ocidente, tendo como impulso a perspectiva bíblica e as posições que homem e mulher assumiam nessa ideologia.

No tocante às influências dos textos bíblicos, o Ocidente tem uma história marcada pelo monoteísmo. Para Batista (2006, p. 25), acerca do reforço do poder que o homem detém, pode-se citar “[...] a institucionalização de Deus enquanto representação masculina, o que reforça a ideia da superioridade dos homens, agravando, assim a subordinação das mulheres [...]. Observamos que, até na ideologia teológica cristã, as hierarquias homem/mulher, pai/filho, senhor/servidor são enfatizadas”. Assim, tais categorizações, superior/inferior e primeiro/segundo, explicam e procuram justificar, através do viés ideológico-religioso, as posições que homens e mulheres ocuparam no início das civilizações a partir das leituras e releituras desses textos.

A visualização das categorias de superioridade de umas sobre as outras são cada vez mais nítidas e está enraizada na história da humanidade desde os primórdios. Ainda sobre o contexto teológico-cristão, cabe enfatizar a explicação para a criação do homem e da mulher, Adão e Eva, e a relação de dominação gerada a partir dessa explicação, que, segundo Batista (2006, p. 24, apud GÊNESIS, 2: 21-23), fortalece a imagem da mulher como frágil e sua subordinação ao homem:

Então o deus Eterno fez que o homem caísse num sono profundo. Enquanto ele dormia, Deus tirou uma das suas costelas e fechou a carne naquele lugar. Dessa costela o Eterno formou uma mulher e a levou ao homem. Então o homem disse: “Agora sim! Esta é carne da minha carne e osso dos meus ossos. Ela será chamada de ‘mulher’ por que Deus a tirou do homem.

Assim, compreendemos que, nas ideologias cristãs, a mulher passa a ser visualizada como um ser dependente do homem. A má interpretação desse texto enfatiza, mais uma vez, os lugares ocupados por homens e mulheres na construção da história, principalmente nas nações em que o catolicismo exerceu poder e teve uma quase absoluta aderência, além de potencializar outra interpretação sobre a sexualidade, propagando a ideia da heterossexualidade como a única e correta, colocando tudo que for contrário como algo que deverá ser abominado. Butler em “*Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do ‘sexo’*”, (2000, p. 49), afirma:

[...] que essa esfera se afirma mediante um imperativo que impõe a heterossexualidade – poderia ser produzido como um retorno perturbador, não somente como uma oposição imaginária que produz uma falha inevitável na aplicação da lei, senão como uma desorganização capacitadora, como a ocasião de rearticular radicalmente o horizonte simbólico no qual há corpos que importam mais que outros (BUTLER, 2002, p.49).

A autora aponta para a questão da sobreposição de um sobre o outro, enfatizando seu discurso na afirmativa “há corpos que importam mais que outros”, posicionamento que oportuniza pensarmos sobre as dominações, bem como a compreensão de que o mundo plural que não é respeitado, que mesmo tendo as especificidades garantidas por lei, o respeito e as mesmas condições de acesso, há ainda uma brecha que deixa que o oposto aconteça. Existe, nesse sentido, uma distância simbólica entre a teoria e a prática, acarretando sobre esses públicos os devidos ônus.

No tocante às discussões sobre a construção feminina, Zolin (2005, p. 184) confirma a assertiva quando reflete que “[...] a construção do sujeito feminino é discutido por Castells, quando ela afirma que Deus distribuiu a inteligência a ambos os sexos com imparcialidade, mas que o conhecimento foi arrebatado pelos homens a fim de que eles se mantivessem no poder [...]”. A imagem do homem é ratificada por esses textos, o que acaba rendendo em privilegiar um em detrimento do outro.

Visualizamos, tendo como base a discussão supracitada, que essas questões de diferença e as caracterizações da imagem da mulher como sexo frágil, como “vinda da costela do homem”, caracteriza-a como inferior, e essas leituras são disseminadas na sociedade, fortalecendo e ratificando estereótipos e preconceitos, deixando de lado a verdadeira representação da mulher enquanto protagonista ou “[...] não contemplando a alteridade e especificidades femininas em suas dimensões subjetiva, social e política” (BATISTA, 2006, p. 144).

Assim, as dimensões sociais e intimistas das presenças femininas subsidiaram o surgimento de diversos textos, que, no transcorrer da história, marcaram e ainda marcam lugares e posições de poder. Possui mais poder quem se identifica com as culturas dominantes e eurocêntricas, via patriarcalismo, seguindo uma tradição que fortalece os preconceitos de classe, de gênero e etnia. Considerando a construção das identidades como processos constantes que levam em consideração fatores sociais e culturais, a questão da identificação é muito relativa, embora saibamos que a relatividade não deva contemplar rejeição pela identidade do outro, colocando uma em posição superior às demais existentes, processos contrários esses visualizados na história e justificados por serem “leituras” específicas a partir de ideologias.

Sobre a noção de identificações, segundo Nascimento (2003, p. 32) escreve:

A noção das identificações remete-nos à identidade como um processo dinâmico de constituição, na vivência das inter-relações com a sociedade e com os outros, do conjunto de referenciais de que dispõe o indivíduo para

mediar suas ações e orientar suas atitudes perante si mesmo, os outros e a sociedade.

A partir das inter-relações dinâmicas com a sociedade e com os outros é que criamos as chamadas “formas de classificação”. O sociólogo Émile Durkheim utilizou-as ao discutir categorias de entendimento, afirmando que, para que essa compreensão aconteça, é necessária a construção de um conjunto de referências que ligarão os sujeitos ao contexto cultural e estarão na barreira da reflexão filosófica que, muitas vezes, deixam de levar em consideração a dimensão das inter-relações, nivelando esses sujeitos a partir de um contexto sociocultural “enaltecido”, que coloca à margem tudo o que não esteja previamente contemplado por ele.

Diante de todas essas assertivas, o que pensar dos afrodescendentes, que, em pleno século XXI, ainda são excluídos da sociedade por suas origens ancestrais e por questões de cor? O cenário, que tenta ser latente, é o que mais reprime essas novas representações positivas, e, mesmo os afrodescendentes portando inúmeras qualidades, conquistadas por méritos diante de espaços que ainda clamam o ideal de branqueamento, são eles excluídos e marginalizados, como aconteceu num passado não tão distante. Na contemporaneidade, essa discussão parece ser ultrapassada, mas o fato é que ainda não se consolidou o respeito mútuo, a aceitação do “diferente”, da equidade étnico-racial e as presenças “de cor” em todos os espaços, corroborando para discussões que busquem sanar com tais questões, e tornando consciente a ideia de que ainda vivemos numa ditadura racial.

Em uma tentativa de modificar o cenário social, os estudos sobre o preconceito e suas formas de disseminação estão cada vez mais em evidência, principalmente pelo legado e ascensão conquistada a duras penas pelos afrodescendentes que integram, hoje, todas as dimensões da sociedade, participação que ocorre graças às políticas públicas, políticas de cotas, entre outras alternativas, objetivando amenizar os prejuízos de uma exclusão histórica, inserindo nos mais diversos espaços da sociedade afrodescendentes conscientes de sua identidade étnica.

No tocante à consciência e identidade étnica, salientamos as contribuições teóricas de Candido (1999), quando enfatiza quatro de suas categorias, a saber: preconceito, mestiçagem, cultura e democracia, entrelaçares necessários para visualizar a questão racial no Brasil tal como ela é, criando um percurso desde as questões sociológicas às literárias. Iniciamos a discussão pela especificidade fenotípica. Diferentemente dos Estados Unidos, no Brasil, a definição de negro depende muito da tonalidade da pele e do nível social e cultural.

Nos Estados Unidos, segundo Candido (1999, p. 97), “[...] quem tiver uma porcentagem mínima do sangue negro é considerado negro, e algumas constituições estaduais chegavam a determinar a proporção [...]”.

Diante dessa exposição sobre a realidade dos Estados Unidos no tocante à identificação da afrodescendência, podemos inferir, com base nos censos demográficos, que, se tal método fosse utilizado no Brasil, haveria uma grande probabilidade, considerando a mestiçagem, de sermos todos negros, desconsiderando as outras etnias, haja vista termos mais de 50% da população brasileira formada de negros, mulatos, cafuzos, caboclos de vários tons e de povos imigrantes.

Com base nessas considerações, considerando a pluralidade étnica, os dados estatísticos são passíveis de anulação, uma vez que uma pessoa pertencente a uma classe social elevada ou sendo de uma profissão de prestígio, sendo ela negra, pode ser recenseada como “branca”, enquanto uma “branca”, ocupando uma função de menor prestígio, pode ser considerada “negra”, o que corrobora para a imprecisão dos dados.

Na busca por afunilar e trazer outras discussões para a definição do conceito de preconceito, Candido (1999, p. 97) o concebe como [...] um juízo falso baseado em “impulsos irracionais e falsas noções”, e adverte para o caráter “natural” que ele, o preconceito, pode assumir na sociedade, como uma reação até compreensível de um grupo em relação a outro. O autor valida a ideia que o preconceito é um olhar estigmatizador, que percebe o outro com uma ‘falsa verdade’, que, de tanto ser ratificada, torna-se uma verdade pura, contribuindo para o amálgama social que vem se tornando essas formas de depreciação.

Voltaire, escritor iluminista, conhecido por militar na defesa dos direitos civis, em *“Tratado sobre a tolerância”* (1993), apresenta, como exemplo, um julgamento de uma família protestante na França católica, mostrando comportamentos fanáticos que vão contra suas crenças e criam preconceitos. Acentuamos, a partir desse exemplo, a contradição entre o discurso e as ações praticadas por esses indivíduos, que fazem uma má interpretação dos dogmas do cristianismo, e querem “reprimir” todos àqueles que fogem de seus ideais. O autor chama atenção para a convivência igualitária e o pleno acesso aos direitos básicos, função que deveria ser propagada por essas instituições.

O filósofo e ensaísta marxista francês Frantz Fanon em *“Pele negra, máscaras brancas”* (2008, p. 26), discorre que “O negro é um homem negro; isto quer dizer que, devido a uma série de aberrações afetivas, ele se estabeleceu no seio de um universo de onde será preciso retirá-lo [...]”. O autor infere na discussão de Voltaire o simples fato do homem ser negro e por isso recebe toda a carga negativa historicamente atrelada a essa imagem, fatos que

acabam corroborando para a representação negativa a partir de uma leitura fenotípica, atrelando a esses indivíduos o peso cultural e histórico que sua cor carrega, considerando tão somente essas especificidades visuais e desconsiderando todo o universo histórico-cultural que os envolve.

Corroborando para esses diálogos, a discussão proposta por Voltaire, focalizada nas religiões, é ratificada por Castells (1999, p. 79) ao confirmar que “[...] as identidades étnicas articulam-se ou confundem-se frequentemente com identidades religiosas ou nacionais [...]”. O autor frisa outro fator que intensificou os estigmas e preconceitos: os inúmeros olhares sobre as pluralidades culturais e religiosas dos africanos, preservados pelos afrodescendentes, criando embates culturais e religiosos num espaço de confronto contra as formas de aculturações.

Assim, no terreno das disputas entre as culturas, numa tentativa de aculturar os afrodescendentes, acerca da preservação cultural, Candido (1999, p. 101) afirma que:

[...] a tendência normal de negros e mestiços é deixar de lado as tradições africanas para se ajustarem plenamente à cultura ocidental, que é predominante, porque foi trazida e imposta pelo colonizador. Mas há também, sobretudo em nosso tempo, os que procuraram conservar e praticar aquelas tradições, trazidas pelos escravos e proscritas durante tanto tempo por meio de repressão ou chacota [...].

No ajustamento à cultura europeia em detrimento ao abandono das tradições trazidas pelos africanos, evidencia-se a predominância cultural da raça ariana, embora haja, em menor escala, aqueles que não aceitaram essa aculturação, preservando seus costumes, afirmando-se enquanto sujeitos de identidade definida, ação que, por sua vez, fortalece e intensifica o sentimento de pertencimento pelo que fizeram e pelo que são.

Essa discussão ganha a inserção dos fatores psicológicos em *“Preconceito, indivíduo e cultural”*, de José Leon Crochik (1997, p. 14), quando o autor discorre sobre a importância da cultura para o desenvolvimento do homem, atrelando a ela a responsabilidade pela criação do preconceito, uma vez que este acontece a partir de um processo de socialização, pautado nos estereótipos, que se alteram ao longo do tempo, em função dos ideais culturais.

A relação simbólica que se estabelece entre as mudanças culturais e sociais, no que se refere ao desenvolvimento e pertencimento das identidades, faz com que esse pertencimento resida na consciência de pertencer a um determinado grupo, não alimentando uma aculturação histórica. Nessa acepção, para Fanon (2008, p. 103):

Enquanto o negro estiver em casa não precisará, salvo por ocasião de pequenas lutas intestinas, confirmar seu ser diante de um outro. Claro, bem que existe o momento de “ser para-o-outro”, de que fala Hegel, mas qualquer ontologia torna-se irrealizável em uma sociedade colonizada e civilizada [...].

O autor afirma que o lugar de onde se fala e para quem se fala pode definir as significações. Também destaca, ainda, o caráter contínuo de afirmação de si diante do outro, apesar de ser esse uma necessidade. Fanon (2008) deixa nítido que o negro constrói um discurso diferente para com um branco. É como se ele sempre carregasse uma espécie de “preocupação”, como se estivesse sendo vigiado, o que não ocorre quando está entre iguais, inferindo, ainda, que o negro, muitas vezes, não quer ser uma pessoa de cor, mas sim ser branco, e Fanon condena esse sentimento afirmando ser um dos piores, pois trata-se de uma escravidão cultural. Nesse sentido, para Candido (1999, p. 99), tal apropriação indevida incorre porque há, preconizado, um sentimento de inferioridade étnica:

[...] Porque ao aceitar que a considerem branca a pessoa de cor está sendo obrigada a renegar a sua condição étnica, isto é, a negar uma parte essencial do seu ser. [...] fazer as pessoas de cor aceitarem o juízo deprimente que ser negro é ruim e ser branco é bom. [...] E o mais grave é os que passam a linha de cor perdem consciência da sua identidade e manifestam o mesmo preconceito em relação aos que não a transpuseram [...].

Dessa maneira, entendemos que a imagem de que ser negro é ruim, representada sempre pela cor preta, endossa muitos preconceitos, principalmente porque é uma dinâmica tida como “natural” por grande parte da sociedade. Por mais que se questione a veracidade histórica dessa naturalização, acontecem, no seio do cotidiano, práticas racistas que se justificam pela naturalidade de como as coisas são tratadas, atribuindo características pejorativas porque o ideal do “branqueamento” ainda se faz presente no inconsciente coletivo, recaindo sobre ele, o negro, o peso e o pagamento por ser uma pessoa de cor e carregar toda uma carga cultural intensamente estigmatizada.

O ato de manifestação dos preconceitos é ratificado na fala de Homi Bhabha (1998, p. 226-227) quando afirma: “[...] ser negro é estar entre aqueles cuja presença é “vigiada” – no sentido de controle social, e ignorada, no sentido da recusa psíquica – e, ao mesmo tempo, sobre determinado – projetada psiquicamente, tornada estereotípica e sintomática [...]”. Assim, a partir desta discussão, percebemos que a imagem do negro gera uma projeção negativa, cujos efeitos são percebidos nas manifestações de preconceito, uma vez que, dele, está no inconsciente coletivo uma imagem negativa que os movimentos sociais

e as políticas públicas para a equidade tentam quebrar, buscando, sobretudo, romper com todas as espécies de manifestação preconceituosa.

Assim, a História precisa continuar seu movimento de registro, agora na busca da identidade negra no Brasil e de seu fortalecimento. Neste movimento, surgem múltiplas identidades, fruto, também, dos Estudos Culturais e da efervescência da valorização da cultura Africana e Afro-brasileira na contemporaneidade, devida aos aspectos culturais que vão desde os estéticos à catalogação das inúmeras línguas presentes no continente africano e nas diásporas, utilizando uma compreensão não mais partindo do olhar do colonizador, mas da voz do colonizado, tendo como local de fala as diásporas africanas.

A valorização da cultura de matriz Afrodescendente e a consolidação da Afro-brasileira se deram a partir dos movimentos sociais de combate ao racismo, uma demanda graças à necessidade de ressignificação da imagem do negro, que foi deturpada por muitos séculos, surgindo, como resultado dessas militâncias, a lei 10.436 em 2003, alterada em 2008 pela lei 11.645 (BRASIL, 2003; 2008).

A legislação que trata dessas temáticas e que inclui no currículo da educação básica a História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena, contribuiu e vem contribuindo para o movimento de valorização e disseminação de livros específicos, entre eles os literários, e didáticos que contemplam tais temáticas interdisciplinarmente, intervindo como uma espécie de “resgate” da Literatura e História, discorrendo sobre as lutas e embates culturais, por uma literatura e história produzida e protagonizada pelos afrodescendentes, indígenas etc., assim como a possibilidade de reescrita de uma “nova” face da história da formação do Brasil (DUARTE, 2011).

As exigências pela escrita de uma nova história do Brasil nos direcionam a pensar na formação pluricultural que constitui o país, nas diferenças de gênero que atrelam a essa formação de categorias, que, por sua vez, acabam por formar poderes, assim como nos bloqueios e diferenças que não são respeitadas em sua totalidade.

Pensar no Afrodescendente é pensar na Diáspora, na África através do tempo e dos espaços, nos movimentos que contribuíram e consolidaram nos países que importaram de seu continente mão-de-obra escrava, ponderados, também, nas ligações entre os africanos, indígenas e europeus, e, hoje, entre o que liga os afrodescendentes à matriz cultural africana em outros tempos (ARAÚJO, 2003, p. 11-12).

Nessa acepção, as ligações entre as sociedades e suas ancestralidades retomam a formação das “identidades”, formadas a partir de um conjunto de trocas simbólicas nas quais as sociedades se orientam para demarcarem seu tempo e espaço. Alterando-se com o tempo e

com as trocas entre as culturas – “interculturalidade” –, as identidades possibilitam o entrelaçar e os respectivos choques culturais, que são necessários para manter o diálogo e as trocas simbólicas entre as culturas, assegurando a diversidade e mantendo os múltiplos olhares sobre as especificidades que formaram e continuam formando as sociedades, garantindo o respeito e os devidos créditos às identidades e culturas constituintes de uma identidade maior.

Acerca das “identidades”, enquanto instáveis, e as projeções nas culturas, segundo o sociólogo Stuart Hall (2006, p. 12):

[...] O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e instável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas [...] O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático. [...] Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceitualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente [...].

Compreendemos, segundo o autor, que não há identidade fixa, tampouco sem projeção cultural. Infere ainda que as identidades ora estão unificadas, outrora em movimentos, sua composição deriva de outras identidades, e esse variável processo resultou nas “crises”, em que as identidades se centram, compreendendo, sobretudo, que não há uma única formação, tampouco uma única cultura ou discurso que se sobreponha aos outros.

Assim, a pluralidade que as constitui advém das trocas de saberes dos sistemas culturais que se integram, e, nessa dualidade entre unificado e instável, outras identidades surgem. Essa ideia se confirma quando o autor discorre que a identidade é uma celebração móvel, compreendida como:

[...] “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (HALL, 1987). [...] O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. [...] Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora “narrativa do eu” [...]. (HALL, 2006, p. 13).

Neste sentido, conforme discorre Hall, a troca simbólica entre os sujeitos, suas influências históricas e culturais, contribuem para que identidade perca o caráter imóvel, e o surgimento e manutenção de identidades que variam conforme situações e momentos, nos quais o indivíduo se “adapta” para persistir em sua trajetória enquanto sujeito dialógico e intercultural. E, na contemporaneidade, não há como negar a existência de uma identidade

pluricultural, constituída a partir das inúmeras culturas que, aqui, chegaram e se estabeleceram. Assim, não existe uma única identidade que se mantenha intacta à sua origem nos processos de colonização.

A mestiçagem não aconteceu somente nas raças, considerando o universo em que as identidades como processo dialógico são construídas, mas perpassou, construiu e vem mantendo as etnias pluriculturais como são. Tal perspectiva é notória com a afirmação da identidade afro-brasileira, multicultural, formada pelos povos indígenas, africanos e europeus, inicialmente, e posteriormente com os imigrantes que trouxeram desenvolvimento econômico para o país.

Com uma identidade definida e pluricultural, os afrodescendentes invadem todos os espaços sociais. Na educação, graças ao direito ao acesso, e aos movimentos das últimas décadas, que garantiram o acesso e permanência, às políticas públicas de inclusão, como projetos e estratégias voltadas para atender públicos específicos. Como exemplo de mecanismo de inclusão social, temos as cotas, e no tocante à literatura, arte e cultura, o advento das leis 10.639/03 e 11.645/08.

A disseminação e apropriação dos universos “Afros” são visualizadas em muitas áreas. Na música, é perceptível uma crescente preferência aos gêneros *Reggae*, *Hip-hop*, *Funk* etc., representativos das comunidades negras; na dança, com a capoeira, a congada, o maracatu, o samba de roda, o bumba-meu-boi. Ambos os gêneros não podem ser categorizados, embora não devamos esquecer suas respectivas origens.

Nesta acepção, a partir do surgimento de novos produtos e manifestações, percebemos inúmeros movimentos que contemplam o fortalecimento das identidades dos afrodescendentes no Brasil, alinhando semiótica e intersubjetividade nas manifestações que representam as culturas ancestrais com um toque de modernidade, práticas cada vez mais enraizadas na formação das identidades do Brasil, ultrapassando categorizações e construindo uma pluralidade cada vez mais representativa.

Portanto, contemplando as discussões trilhadas até esse momento, percebemos o crescente surgimento de escritoras afrodescendentes na contemporaneidade, principalmente nas últimas décadas do século XX, movimento que ganha voz em outros espaços, no século das multimídias. Tais (re)surgimentos, agora, intercalam uma compreensão que elas não foram reconhecidas em suas devidas épocas, ficando como consequência desse “desconhecimento” uma única fala na história. De Maria Firmina às contemporâneas, como Conceição Evaristo, há um emaranhado de textos que trazem mulheres como protagonistas e construtoras da sociedade brasileira, fortalecendo a equidade entre as etnias e a manutenção

da pluralidade que forma o Brasil, na tentativa de quebrar quaisquer formas de dominação e silenciamentos.

3.3 A representação da personagem afrodescendente na literatura infanto-juvenil contemporânea

Na representação da afrodescendência e afro-brasilidade, na literatura, que se inicia com Maria Firmina dos Reis, precursora na literatura abolicionista no Brasil, seguindo com outras vozes representativas, e em plena efervescência no século XXI, destacam-se Carolina Maria de Jesus (1914-1977), e, na virada do século XX, Conceição Evaristo, Ana Maria Gonçalves, entre outras mulheres, que, na contemporaneidade, protagonizam o empoderamento da mulher na literatura brasileira, “mulheres de cor”, construindo a identidade feminina afrodescendente, seja na literatura seja em outros meios, na busca incessante de ocuparem seus lugares, da afirmação de suas identidades, de reconhecimento e legitimação de suas escritas.

A busca desse reconhecimento e respeito de seus lugares, considerando que no Brasil se concentrou a maior população afrodescendente fora do continente africano. Dessa forma, compreende-se que é impossível pensar a formação afro-brasileira composta de uma ancestralidade ligada à África e suas especificidades, que vão desde os linguísticos às religiosidades. Assim, segundo Oliveira (2008, p.18):

[...] Seria um engodo compreender o Brasil sem antes conhecer a África. Seria uma lástima procurar entender a realidade social brasileira sem compreender a realidade racial do país. Combater a discriminação racial não é tarefa exclusiva do poder judiciário. É preciso repensar a história brasileira a partir do legado africano. Sem isso, perderíamos em profundidade e qualidade o conhecimento sobre nós mesmos. A brasilidade, em muito é tributária da africanidade. As africanidades redesenham e redefinem a identidade nacional e, com isso, o projeto político, econômico e social brasileiro. Ainda que o discurso político e acadêmico tenham excluído, durante séculos, a experiência africana no Brasil, sua influência não deixou de exercer papel fundamental na construção do país. Chegou o tempo de ouvir quem foi calado.

Diante do exposto, é nítida a inter-relação entre as culturas Africana e Brasileira, e o resultado dessa inter-relação de “afro-brasilidade”, que repensam os lugares dos indivíduos,

principalmente daqueles que foram marginalizados, na tentativa de combater a discriminação advinda de um pensamento ideológico etnocentrista, cujas variedades não foram contempladas como parte integrante da “nova” nação que surgia após séculos de recusas sociais e políticas.

Com a chegada dessas novas perspectivas na sociedade brasileira, principalmente entre o final do século XIX e o início do século XX, com as traduções e adaptações dos clássicos franceses, feitas por Carl Jansen e Figueiredo Pimentel, surgiram as primeiras personagens afrodescendentes da literatura infanto-juvenil. Para Zilberman (2014, p. 17-18), acerca dessas presenças nas produções de Figueiredo Pimentel, a autora discorre que ele

[...] Publicou coletâneas de muito sucesso [...] nas quais se encontram as histórias de fadas europeias, ao lado de narrativas coletadas entre os descendentes dos povoadores do Brasil. Há histórias de origem portuguesa e também narrativas contadas pelas escravas que educam a infância brasileira do século XIX [...].

O discurso, a partir das assertivas da autora, ratifica que as presenças dos afrodescendentes nas narrativas não representavam com exatidão o verdadeiro sentido de estarem ali. Estavam, ainda, em posições subalternas, embora a autora afirme que as escravas eram as responsáveis pela educação dos infantes no Brasil do século XIX, fato que pode ser percebido como positivo, considerando que elas viviam um quadro racial de severas desigualdades, principalmente no tocante à inferioridade intelectual, mas lhes eram atribuídas à responsabilidade da educação, consideradas as especificidades desse processo, situação essa que chega a ser incompreensível se pensarmos em todo o percurso do gênero e dos afrodescendentes.

O surgimento tardio e lento, na literatura, da presença de personagens afrodescendentes ocasionou uma fenda construída por um ideal de protagonismo que não contemplou, no transcorrer dos tempos, a representação positiva da imagem do negro. Para Duarte (2011, p. 202) “[...] O surgimento de uma literatura voltada para o público infantil e juvenil, no Brasil, ocorreu nos fins do século XIX e início do século XX, sendo que a personagem negra aparece somente no fim da década de 1920 e início da década de 1930 [...]”. Inferimos, a partir disso, que a representação da imagem do negro na literatura, embora tenha seu surgimento na década de 1920 e 1930, só vem ganhar força na década de 1970, graças às mais significativas representatividades dos movimentos sociais e das contribuições de Monteiro Lobato na gênese da Literatura Infanto-Juvenil no Brasil. (ZILBERMAN, 2014).

As representações dos afrodescendentes, embora surgissem nos meios sociais, acontecia de forma lenta e limitada. Ao longo do século XX, na literatura brasileira infanto-juvenil, poucos foram os casos. Cabe-nos destacar o percurso iniciado por Monteiro Lobato com o **Sítio do Pica-pau Amarelo**, em que apresenta à sociedade uma narrativa com inúmeras personagens afrodescendentes, cujos fenótipos eram claramente destacados, narrativas essas que, quando analisadas hoje, são consideradas racistas, fato este que é fruto de um movimento de nova ordem cultural que recrimina o racismo, segundo Dória (2008).

As personagens afrodescendentes que habitam as narrativas de Lobato apresentam um mundo negado, muitas vezes como forma de denúncia, retratando parte da triste realidade social que os negros sofreram no Brasil. Mas, se por um lado apresentam uma realidade, por outro, sem essa presença, a literatura não contemplaria a diversidade que forma o país, principalmente se pensarmos na época em que foram escritas. É no movimento de ruptura dos arquétipos existentes que a literatura vai tomando forma e desconstruindo “ideais”, possibilitando que as personagens se construam com base na pluralidade étnica e sejam representadas positivamente.

Em seu processo de amadurecimento, no âmbito das discussões do século XX, essas narrativas tiveram como influência a pluralidade étnica, momento esse que foi e vem sendo considerado como o início de novos tempos, embora os afrodescendentes continuassem “escravizados”, amarrados aos preconceitos e sem condições igualitárias. Duarte (2014, p. 14) afirma que:

[...] falar da sua condição de escravizado, ou de homem livre na sociedade escravocrata, levantar sua voz contra a barbárie do cativo; ou, já no século XX, enquanto sujeito dolorosamente integrado ao regime do trabalho assalariado; ou excluído e submetido às amarras do preconceito, com suas mordidas. Apesar de tudo, muitos falaram, escreveram, publicaram. E não só no Brasil; não só nos países que receberam corpos prisioneiros e mentes “cheinhas de inteligência” [...].

Visualizamos, embasados nessa assertiva, que muitas dessas questões e condições foram denunciadas pela literatura. No tocante, por exemplo, às narrativas escritas por Monteiro Lobato, percebemos os papéis assumidos por Tia Nastácia e Tio Barnabé: ambos assumem a condição de “semi-escravos” no Sítio do Pica-pau Amarelo. Tal assertiva corrobora com o que discorre Nascimento (2003, p. 124): “[...] Nenhuma medida foi tomada para integrar os novos cidadãos afrodescendentes à economia ou à sociedade nacionais. Muitos ficaram nas fazendas, na condição de semi-escravos, ou se mudaram das senzalas para os morros urbanos, formando assim as favelas [...]”.

Partindo das caracterizações que as personagens assumiram nas narrativas lobatianas, percebemos que um dos vieses que motivou o autor para inserir, especificamente, Tia Nastácia e Tio Barnabé em suas estórias foi o intuito de fazer uma espécie de denúncia para dizer que os afrodescendentes existiam e que estavam, ainda, presos à escravidão, agora, mascarada por uma liberdade sem oportunidades (LAJOLO, S/D). Embora essa inserção estivesse repleta de arquétipos que depreciaram essas personagens. Assim, no eixo desta tensão, Castilho (2004, p. 107) afirma que

“Monteiro Lobato foi o precursor do modernismo no Brasil, na temática do negro. No entanto, foi o autor que mais declaradamente atacou os negros de forma cortante e preconceituosa: considerava-os ora como animais selvagens, ora como resignados. No conto *Bocatorta*, especificamente, o personagem negro era tão feio que a filha do fazendeiro morreu só de pôr o olho nele (BROOKSHAW, 1983).

Diante dessas considerações, cabe ratificar o que fora dito anteriormente sobre a inserção do afrodescendente mesmo que de forma preconceituosa e racista. É válido destacar que Monteiro Lobato teve sua literatura submersa em muitas tensões, dentre elas a preocupação com o social, destacando as questões nacionais e morais da época. Ainda, Brookshaw (1983 apud CASTILHO, 2004, p. 108), acrescenta uma leitura das obras lobatianas: “[...]as histórias de Monteiro Lobato, embora charmosas, contribuíram e reforçaram, por gerações afora, o estereótipo do negro como uma criatura fundamentalmente ilógica, para não ser levado a sério no mundo real do adulto”.

Nesse sentido, compreendemos que existem duas visões, emergencialmente opostas, a primeira discorre que Monteiro Lobato foi precursor ao inserir os afrodescendentes em suas narrativas, conforme é ratificado pela especialista Marisa Lajolo, o que é válido. E a segunda que verifica em suas obras outras compreensões, dentre elas sobre a forma como que ele inseriu essas personagens, caracterizando e ratificando o preconceito e o racismo, principalmente acentuando as características fenotípicas dos afrodescendentes, bem como a ‘incapacidade’ intelectual dos mesmos, conforme as considerações de Castilho (2004) e ratificadas por Brookshaw (1983), embora não possamos negar seu legado e sua importância para a concretização do gênero infanto-juvenil no Brasil.

Assim, é na tentativa de romper com um passado negado que as afrodescendentes demarcam seus espaços na contemporaneidade, seja através da literatura poética, autobiográfica e ficcional, seja pela própria escrita de autoria feminina afrodescendente, dialogando com outras áreas, cujo objetivo é fortalecer ainda mais as questões que envolvem

a formação e suas identidades a partir das relações entre raça, etnia, gênero e a desconstrução das diversas formas de dominação.

Entre os traços constitutivos dessa nova formação literária, destaca-se o que discorre Duarte (2011, p. 15) acerca do movimento que a literatura dos afrodescendentes representou num contexto global: “Ao longo do século passado, a literatura dos afrodescendentes ganha corpo em inúmeros países [...]. O movimento se articula em torno do projeto de combater ao racismo e a valorização da ‘gente negra’ [...]”. Inferimos, então, que o movimento, em outros países, foi o mesmo: todos lutam pela inserção e valorização da escrita feminina afrodescendente e pela inserção dessas mulheres também como protagonistas das narrativas, ficando evidenciado que não basta somente a mulher negra escrever, ela tem que ocupar sua escrita, tem que se inscrever, também, como protagonista.

A literatura, em diálogo com outras áreas, atua como formadora de leitores críticos, revestindo o acervo literário centrado na diversidade. Neste movimento, Edmir Perroti, em “*Confinamento cultural, infância e leitura*” (1990), afirma que o livro está a serviço do leitor no que se refere à imaginação e prazer, e que o prazer parte de uma interação que o leitor exerce sobre o texto. Afirma ainda que o prazer pela leitura e a inserção de novas temáticas depende dos lances e jogos proposto ao leitor, assim resultando de uma dualidade entre as temáticas e as abordagens, corroborando para propostas de novas leituras, possibilitando o surgimento de novas perspectivas.

O acervo da literatura, de modo geral, por muito tempo permaneceu reproduzindo os grandes clássicos, no que tange ao gênero infanto-juvenil. A tradução e adaptação não fizeram diferente na gênese do gênero. Contemporaneamente, esses gêneros sofreram e vêm sofrendo significativas mudanças, incorporando novas temáticas, oportunizando novos protagonismos e revestindo-se de muitas narrativas. Narrativas que envolvem discussões desde antropológicas às autobiográficas, de autoria feminina e de empoderamentos.

Os universos construídos por essas narrativas demarcam as posições que cada um dos “marginalizados” ocupa no meio social. As nomenclaturas que dão nome aos excluídos dizem muito sobre suas condições e como são representados, contemplando entre as memórias, que assolam os locais em que acontecem as narrativas, o perceber-se no universo da leitura a partir de um envolvimento com o texto. É partindo de uma proposta dialógica, entre a experiência com o texto literário e o encontrar-se nesse universo, que esses leitores, crianças e adolescentes, irão se constituindo a partir de posições que ele passa a ocupar, e de outras já ocupadas na pirâmide social.

Apresentaremos, neste texto, algumas narrativas infanto-juvenis que possibilitam ampliar os horizontes sobre as relações étnico-raciais, ancoradas nas discussões de gênero, poder e identidade, assim como a afirmação dessas categorias, no tocante à afrodescendência, e o sentimento de pertencimento. São obras representativas, na contemporaneidade, que trazem a representação positiva das personagens afrodescendentes, para que visualizemos como essas personagens são representadas no teor das narrativas.

Salientamos que o momento atual, no qual estaremos analisando as produções de autoria afrodescendente, intitulado contemporaneidade, pode ser compreendido, nesse texto, como aquele produzido a partir da segunda metade do século XX aos dias atuais, que contempla a escrita de autoria feminina e o protagonismo das personagens afrodescendentes.

No universo da intersubjetividade literária, as produções preenchem lacunas deixadas pelos clássicos, que não contemplavam protagonismos afrodescendentes e/ou femininos, lacuna esta que ficou suspensa por muitos séculos, e que, agora, são preenchidas por essas minorias étnicas e sexuais, que buscam afirmação de suas escritas e, conseqüentemente, que as obras toquem, no sentido crítico e reflexivo, os leitores para uma reescrita da historiografia literária nacional.

Os novos protagonismos que surgiram no Modernismo, sinalizando a necessidade de renovação da literatura, possibilitou a reconstrução de um novo acervo, que fez com que seus leitores compreendessem, a partir do contato com o texto literário, que existiam mulheres e afrodescendentes que escreviam literatura, tão digna quanto as produções de autoria dos homens brancos. O surgimento desse novo momento literário marcou a quebra de um poder cultural unilateral. Segundo Duarte (2011, p. 09):

[...] É uma produção que se destaca perante o quadro de esgotamento e superação do projeto modernista – em especial dos ímpetos de negação do passado e da celebração de uma brasilidade fundada na mestiçagem e representada a partir de uma visão distanciada do Outro. [...] reúne autores e textos voltados para a afirmação de uma escrita *negra* ou *afro-brasileira*, em que o sentimento de comunidade se sobrepõe ao de nacionalidade. Escritores conscientes de sua condição de *minoría* perante o poder cultural, e que se valem em grande medida de caminhos alternativos para atingir seus leitores.

O autor afirma que o Modernismo possibilitou um momento de afirmação de inúmeras temáticas, entre elas as discussões sobre mestiçagem e pluralidade étnica. Essa vanguarda literária reuniu escritores afrodescendentes que escreveram para se afirmarem na sociedade “afro-brasileira”, a partir dos direitos adquiridos através das militâncias, escritores esses conscientes de si e de suas condições enquanto minorias políticas.

A negação de um passado histórico que negou a literatura da autoria feminina e a representação de personagens afrodescendentes marca, na contemporaneidade, o surgimento de uma nova literatura, pautada no movimento de recontar as origens da sociedade brasileira e de inserir personagens que tragam a pluralidade étnica e de gênero.

Esse novo momento literário apresenta-nos a diversos escritores que, cientes de suas identidades e do chão social do qual participaram, buscam o que os leitores querem e precisam saber, formas de se fazerem presentes e imprimirem, em suas narrativas, temáticas que ratificam a afirmação da escrita afrodescendente e de autoria feminina.

No tocante ao gênero literário infanto-juvenil, é importante inferir que esse cenário veio a se modificar, visivelmente, somente a partir de 1970, com o movimento de recontar a história, negando o que se fazia e possibilitando novos horizontes literários, visão essa ratificada por Zilberman (2014, p. 52), quando afirma que:

Durante os anos de 1970, foi como se a literatura [...] começasse a recontar a história, rejeitando o que a antecedeu e recusando mecanismos simplórios de inserção e aceitação social. Graças a essa empreitada arriscada, ela ganhou, sem barganhar, espaço na escola e junto ao público. A recompensa foi seu crescimento qualitativo, que a coloca num patamar invejável [...].

Para a autora, o movimento de recontar a história teve como pontapé inicial a escrita de uma nova identidade para a literatura infanto-juvenil, as discussões sobre feminismo, enquanto gênero, embasadas principalmente nas questões de dominação; por outro lado confirmou-se a partir de considerações sobre etnia e raça. Duarte (2011, p. 202) adiciona uma informação importante, que dialoga com as considerações da autora supracitada, ao discorrer que “[...] O olhar da crítica literária começa a voltar-se sobre os livros de literatura infanto-juvenil, na década de 1970, em que há um crescimento da produção para este segmento [...]”.

Partindo do olhar voltado para a literatura infanto-juvenil contemporânea é que surgem na crítica literária obras como *Literatura e Afrodescendência no Brasil* (Editora UFMG. 2011), organizada por Eduardo de Assis Duarte, que reúne vida, obra e crítica de cem autores negros, desde os precursores, entre eles alguns tidos como “brancos” pela sociedade, como Machado de Assis, aos contemporâneos, como Cristiane Sobral Corrêa Jesus, conhecidos somente na contemporaneidade.

Eduardo Duarte afirma que sua coletânea crítica, citada no parágrafo anterior, é uma tentativa de ampliar a visibilidade e reflexão a respeito desses escritores afrodescendentes e da escrita afro-brasileira, possibilitando novas leituras e mostrando a nova

escrita nacional, não tendo como bandeira a denúncia, mas a linguagem despida de estereótipos e valores disseminados desde a colonização, que assolaram por tantos séculos o cânone e fizeram-nos reféns de uma única versão da historiografia literária.

Nessas transições surgem escritores preocupados com as questões étnicas, abrindo o acervo de produções selecionadas, destacamos *Flicts* (1969), do jornalista e escritor Ziraldo Alves Pinto, mesmo autor de *O Menino Maluquinho*, *O menino marron* e *Turma do Pererê*. A primeira constitui uma revista em quadrinhos dos anos de 1960, que narra a história de uma cor diferente que não consegue se encaixar no arco-íris. Nessa narrativa, chama a atenção o fato de o autor contrastar as cores, o que faz com que o leitor reflita a respeito das diferenças, possibilitando um incentivo à superação e ao respeito, quebrando as estruturas que definem qual cor representaria a força e qual cor a fraqueza, por exemplo, deixando ao leitor a responsabilidades pela revisão das regras transmitidas culturalmente (DÓRIA, 2008, p. 119-120).

Ainda na narrativa *Flicts*, a personagem se questiona sobre sua cor, comparando-se à “[...] força do vermelho, à imensidão do amarelo, nem a paz que tem o azul” (FOLHA, S/D). A obra evidencia uma representação aos diferentes fenótipos que constituem as populações, além de deixar subtendido que todas as pessoas, por mais diferentes que sejam, possuem seu lugar no mundo, embora Zilberman (2014, p. 69) afirme que *Flicts* “[...] é um texto sobre a exclusão, já que o protagonista do título não encontra um lugar para ele: “Não existe no mundo nada que seja *Flicts*”. Diante disto, percebemos que o lugar que o personagem escolhe é na lua, ficando para o leitor a tarefa de identificar o lugar de *Flicts* no processo de seu reconhecimento e do lugar que lhe pertence.

Em outra perspectiva, Ziraldo apresenta *A Turma do Pererê*, que tem como protagonista a figura folclórica da cultura brasileira, Saci-Pererê, introduzido na literatura infanto-juvenil por Monteiro Lobato na década de 1920, representando, no modernismo, a valorização do folclore e a inserção do Fantástico na literatura. Se por um lado, Lobato apresentou o Saci-Pererê como o menino caracterizado pelo gorro vermelho, de uma perna só, conhecido por suas travessuras, carregando sempre um cachimbo, causando estranheza e medo por onde passa. Por outra perspectiva, Ziraldo torna o Saci Pererê protagonista de sua narrativa. Sobre ele, o autor escreve: “[...] encantou a meninada com humor, variedade de personagens e inventividade das histórias [...]” (ZILBERMAN, 2014, p. 67).

Essa personagem folclórica, no Sítio, está na posição de protagonista, compreendido como um ser sobrenatural, misterioso, que tem sua identidade definida. Sua cor

não lhe traz prejuízos, embora transpareça que sua moral nem sempre esteja pautada pela decência e pelos bons costumes.

Para a autora citada, Ziraldo modifica a posição que o Saci-Pererê ocupa na literatura infanto-juvenil, afirma ainda que o escritor “[...] estava bem ancorado na trajetória modernista da cultura brasileira, quando transformou a personagem em herói de histórias em quadrinhos” (2014, p. 67). Tornar a personagem supracitada protagonista é um avanço para a superação de uma ideologia dominadora, além de fortalecer a representação positiva acerca da imagem do negro no imaginário dos leitores, possibilitando novas releituras dos universos culturais e dos mitos afro-brasileiros.

Seguindo o percurso cronológico, surge uma das mais versáteis e completas escritoras da contemporaneidade: Ana Maria Machado, que vem com uma vasta publicação de clássicos na literatura infantil e juvenil, conhecida, inicialmente, graças à participação na revista *Recreio* e ao estilo “diferente” de suas narrativas. Sua escrita permeia a literatura infanto-juvenil, e, graças a isso, é conhecida internacionalmente pelas suas produções, que vão desde as ficções aos ensaios científicos sobre teoria literária. Frisamos, ainda, que a escritora sinalizava, produzindo literatura infanto-juvenil, a virada dos anos 1970 para os anos 1980 como espaços propícios para se discutir os lugares das protagonistas, subsidiando ao imaginário de seus leitores novas narrativas.

Zilberman (2014, p. 55), ainda, acerca das produções de Ana Maria Machado, afirma que sua obra “[...] Revelava igualmente que era hora de se fazer uma nova história [...] uma aventura inovadora e plena de desafios [...]”. Foi nesse contexto que nasceu *Menina bonita do laço de fita* (1974), clássico infanto-juvenil que compõe o *corpus* desta dissertação, e que concedeu à Ana Maria Machado inúmeros prêmios, entre eles, “em 1988, o Prêmio Bienal de São Paulo; em 1995, Prêmio Melhores do Ano, na Biblioteca Nacional da Venezuela; em 1996, melhor livro infantil Latino-americano, em Buenos Aires, e em 1997, Prêmio Américas, melhores livros latinos nos EUA” (MACHADO, S/D).

Menina bonita do laço de fita é uma das primeiras obras infanto-juvenis que tem como protagonista uma menina afrodescendente. O clássico traz como protagonista uma criança negra e feliz por sua cor. A narrativa opõe-se aos tradicionais contos de fadas que trazem meninas brancas e loiras, colocando ela, a menina negra, como um parâmetro a ser invejado pelo coelho, personagem coadjuvante, numa perspectiva de “novo” ideal. Ambos, coelho e a menina, se questionam sobre a origem da cor negra.

Já na antologia crítica *Literatura e afrodescendência*, de Eduardo Assis Duarte (2011), especificamente no volume sobre as produções literárias da contemporaneidade,

apresenta-se a escritora de narrativas infanto-juvenis, Heloísa Pires Lima, autora afrodescendente, que tem sua escrita submersa nos universos antropológicos com foco nas representações culturais. Suas publicações surgiram no final do século XX, e marcaram um protagonismo afrodescendente pautado nas lutas históricas desse povo.

Heloísa Pires Lima discute, especificamente, o preconceito em *Histórias da Preta* (1998), tendo como motivação as discussões sobre a cultura africana e a construção das trajetórias dos africanos vindos à força ao Brasil, discorrendo sobre a perda total da liberdade que os surpreendeu quando chegaram. A autora escreve a narrativa com a experiência de quem já foi alvo de racismo. A obra referida é apresentada por Dória (2008, p. 164) da seguinte maneira:

Histórias da preta começa como um relato de memórias. Mas cada capítulo aborda um tema diferente: África, racismo, candomblé, escravidão. Percebemos, portanto, que não se trata de um livro de ficção, embora sua apresentação (diagramação, título, ilustrações) nos leve a julgar assim. É um *híbrido* em que histórias são narradas, mas dados históricos e culturais aparecem tal como um livro didático. O que une os capítulos é a questão da negritude e uma linguagem fluente, evocando uma conversa entre o narrador (autor?) e o leitor.

Assim, o panorama do resgate memorialístico que a narrativa constrói sobre a chegada dos africanos no Brasil contempla questões bem específicas, como as práticas religiosas, possibilitando, ao leitor, um mergulho no universo histórico que foi o tráfico dos africanos no período Brasil Colônia, que, através de promessas de prosperidade, foram surpreendidos por um regime escravocrata. Com essa história, a autora objetiva desconstruir possíveis pré-conceitos sobre a África e a o tráfico de escravos, da mão-de-obra barata. O texto é uma narrativa realística, pois os leitores podem identificar muitas características na história, pois a obra tem como plano de fundo a História do Brasil, evidenciando o resgate da importância dos negros para o desenvolvimento do país. Nesse sentido, para Santos & Wielewicky (2005, p. 294),

Torna-se claro, portanto, que a literatura afro-brasileira reflete-se na busca da identidade negra no Brasil e seu fortalecimento. Isso se caracteriza no resgate da História e na reconstituição de aspectos ligados à cultura negra através de um olhar que não mais o do colonizador e do dominar, o qual tenta opacificar a presença do negro na construção da mesma, mas através do olhar do negro como agente [...].

Constrói-se, a partir dessas novas leituras, a afirmação da identidade afrodescendente, num processo reverso, sem prejuízos para qualquer grupo étnico envolvido, discussões essas amparadas na pluralidade cultural como sinônimo de afirmação. Seguindo a

mesma temática, visualizamos a escrita de Joel Rufino dos Santos, um dos mais eminentes intelectuais afro-brasileiros da contemporaneidade, como afirma Duarte (2011, p. 91).

Entre as obras desse escritor, destacaremos um conto, que compõe o livro *Gosto de África: histórias de lá e daqui* (2000), obra em que o autor reúne um acervo de diversos contos afro-brasileiros. E é partindo de um viés mítico-religioso que a narrativa aborda a formação dos quilombos, especificamente nessa, dos quilombos no Maranhão “Bonsucesso dos Pretos”, título da narrativa, que já diz muito do lugar de onde narra. Protagonizado por uma menina afrodescendente, filha de sua escrava, que gera um desagrado a seu senhor e por tal feito foi colocada na floresta para que morresse de fome e/ou devorada pelos animais.

A força e fragilidade da afrodescendente são colocadas em questão quando todos acham que ela não sobreviveria, na floresta, sem comida e sem auxílios. A narrativa evidencia, por um lado, a fragilidade da mulher e negra pela burguesia dominante; por outro, denuncia os maus tratos sofridos pelos escravos na condição de subalternos, ratificando a posição que ocuparam na formação da história do Brasil, “silenciados” para a história. A relação entre as culturas africana e cristã é percebida quando, repentinamente, surge a presença da “madrinha” da menina negra, Felipa, a “Nossassenhorazinha”, santa católica que a livrou da morte e possibilitou a sua liberdade e a de seu povo das amarras dos colonizadores.

Compreendemos, a partir da leitura do conto “Bonsucesso dos Pretos”, uma retrospectiva às vivências do passado, principalmente ao passado das mulheres, dominadas duplamente, por questões de gênero e raça. Assim, Joel Rufino chega aos infante-juvenis com uma aula de história. Outra narrativa que traz a mesma temática é a biografia *Zumbi dos Palmares*, que, segundo Duarte (2011, p. 95):

[...] Na consagrada biografia de Zumbi dos Palmares dedicada ao público infante-juvenil, é comprovada sua maestria de pesquisador e educador, mas também de narrador. Numa linguagem que encanta pela leveza, consegue traduzir num didatismo sem presunção uma considerável carga de informações, via de regra, ausentes dos manuais [...].

Na busca por um cenário literário interdisciplinar, partindo do diálogo entre as áreas, segundo o autor, as duas obras citadas fortalecem a representação positiva dos negros, quanto à construção e permanência do sentimento de pertencimento, a afirmação da identidade afrodescendente, através de um passeio histórico na descrição dos cem anos de guerra com o episódio de Palmares.

A discussão mostra por uma ótica literária como se deu a construção da miscigenação no Brasil colônia, e como os negros militavam na busca de seus lugares, disputas essas que, na contemporaneidade, ganharam os morros e favelas do Brasil, como confirma Duarte (2001, p. 95): “[...] traz Palmares para o cotidiano dos morros e favelas do Brasil contemporâneo, numa postura que lembra a ‘Pedagogia do Oprimido’, de Paulo Freire”.

No tocante a outras representações literárias, agora intersubjetivas, na literatura infanto-juvenil contemporânea, a obra de Antonio Sampaio Dória, *O preconceito em foco: Análises de obras literárias infanto-juvenis: reflexões sobre história e cultural*, (2008), comporta uma exposição expressiva de obras infanto-juvenis que contemplam as seguintes questões: negritude (raça/etnia); o feminismo, ou a questão da mulher; e a questão da sexualidade em suas variantes.

No universo das questões de gênero e feminismo ou a questão da mulher, o autor indica *História meio ao contrário*, de Ana Maria Machado; *Procurando Firme*, de Ruth Rocha, e *A bolsa amarela*, de Lygia Bojunga Nunes. Ambas as obras trazem em suas narrativas a figura da mulher enquanto empoderamento social, na busca pela equidade numa sociedade que demora em abandonar o patriarcalismo.

Em uma abordagem sobre a sexualidade e suas variantes, apresenta *O amor não escolhe sexo*, de Giselda Laporta Nicolelis; *A caderneta*, de Baltasar Lopes, e *O menino que brincava de ser*, de Georgiana da Costa Martins, que representam, na literatura infanto-juvenil, contextos sociais e psicológicos dos sujeitos que se sentem “diferentes”, por não seguirem a estrutura “heteronormativa”, possibilitando aos leitores a desconstrução de uma visão acerca de uma única orientação sexual.

Contemplando as questões étnico-raciais, como o autor intitula “A questão de Negritude”, têm-se as seguintes obras: *Alucinado som de tuba*, de Frei Betto; *E agora?*, de Odette Barros Mott; *Amor não tem cor*, de Giselda Laporta Nicolelis; *A cor da ternura*, de Geni Guimarães; *O menino marron*, de Ziraldo; *Os meninos morenos*, de Ziraldo e Ak’abal; “*Negrinha*”, *O presidente negro ou o choque das raças* e *História da Tia Nastácia*, de Monteiro Lobato; *Menina bonita do laço de fita* e *Do outro mundo*, de Ana Maria Machado; *O grande dilema de um pequeno Jesus*, de Júlio Emílio Braz, e *Pingo-pingo*, de Lúcia Pimentel Góes; *Contos africanos para crianças brasileiras*, de Rogério Andrade Barbosa, e *Histórias da preta*, de Heloísa Pires Lima. (DÓRIA, 2008, p. 07).

O autor supracitado apresenta um leque de possibilidades para se discutir a afrodescendência a partir de narrativas infanto-juvenis, narrativas essas que vão desde a

ancestralidade aos conflitos identitários da não aceitação étnica, o autopreconceito, protagonizados por meninos e meninas que se questionam sobre o seu “eu”, sobre o lugar que ocupam na sociedade e sobre os tempos cronológicos, o que faz transpor todas essas vertentes da narrativa aos leitores, que se identificam e se projetam nos protagonistas e coadjuvantes, vivenciando universos em que a igualdade racial e de gênero são palavras de ordem.

A partir desse conjunto de obras elencadas pelo pesquisador, selecionamos algumas que dialogam com as discussões travadas até aqui, relacionadas a afrodescendência e gênero, assim como as formas de dominação e “poder”, para que possamos compreender a desconstrução da imagem estereotipada da afrodescendente na literatura infanto-juvenil brasileira contemporânea.

A exposição de um emaranhado de obras começa com o menino de 13 anos que luta contras as injustiças sociais, *Nemo*, negro e ocasionalmente sem família. O personagem protagoniza a obra *Alucinado som de tuba*, de Frei Betto. Narrativa essa que denuncia o preconceito racial e as relações de poder entre negros e brancos na disputa por terras. Carregado de uma dura realidade e na solidão de sua personagem afrodescendente, demarca seu sofrimento em decorrência de sua condição étnica, sua cor. (DÓRIA, 2008, p. 82). A partir da narrativa percebemos como ainda é difícil ser negro no Brasil marcado ainda por uma exclusão social que acomete principalmente os negros, na contemporaneidade, tal condição impossibilita o direito à moradia digna, sentido que norteia essa obra.

Por outra lente, entre os conflitos da aceitação de ser afrodescendente, Camila, adolescente de 13 anos, depara-se com seu pai branco de origem portuguesa e sua mãe negra, descendente de escravos. Encontra-se em um ambiente de indagações, sendo sempre questionada pelas irmãs por ter nascido branca. É perceptível que a protagonista idealiza a cor do pai, em detrimento da cor da mãe, sempre depreciada pela filha por ser negra. O duelo entre os fenótipos faz com que ela cresça e abandone suas raízes, buscando integrar uma sociedade e negar suas raízes afrodescendentes.

A partir do que vivencia Camila, protagonista de *E agora?*, de Odette de Barros Mott, percebemos como a obra denuncia a condição de ser negro no Brasil, como marginalizado, partindo da diferença entre ser branco e ser negro. O romance infanto-juvenil possibilita compreender a mestiçagem e a não aceitação da afrodescendência, quando a personagem se aproxima do universo dos brancos, deixando a família mestiça nas lembranças.

Sob outra perspectiva, “*Amor não tem cor*”, de Giselda Laporta Nicolelis, dialoga com a obra de Odette de Barros Mott ao narrar a não aceitação da condição de afrodescendente. Jefferson, cuja pele é “branca”, não aceita que seja mestiço, mesmo que

tenha convivido a vida toda com sua avó negra. A negação da mestiçagem faz com que o protagonista não aceite que sua mulher, Marijane, branca, adote uma criança afrodescendente. A mulher não aceita nenhum tipo de discriminação, percebendo, no marido, um sentimento confuso quanto à sua origem étnica e ao seu sentimento de pertencimento, barreira essa que o casal se compromete, juntos, a superar. (DÓRIA, 2008, p. 101)

A primeira obra apresenta um menino que é refém do sistema capitalista por ser ele negro e morar numa favela; a segunda, aborda a não aceitação das origens afrodescendentes de uma menina de pele “branca”, cujo espelho está no pai, e que, por outro lado não consegue aceitar a condição da mãe ser negra, assumindo, a partir dessa dualidade, seu caráter existencial e psicológico, que a afasta de todos e faz com que negue suas origens; a terceira e última apresentada é um diálogo com a segunda “E agora?”, pois ambos os protagonistas não aceitam suas origens, e isso é o que motiva toda a narrativa. O autopreconceito, no caso de Jefferson, aparentemente branco, mas racista, e sua mulher, branca, na posição de responsável por fazer com que o marido desconstrua o “mal entendido” sobre as etnias, respeitando as diversidades e assegurando o respeito e a convivência.

Partindo do pressuposto que a literatura é a válvula de escape dos problemas sociais, as obras infanto-juvenis, no tocante à representação da personagem afrodescendente, vêm descaracterizar os estereótipos que estão por trás das práticas racistas, das negações étnicas, da superioridade de gêneros, além de apontar que não se pode mais reproduzir, na contemporaneidade, um discurso etnocentrista, eurocêntrico, branco, heterossexual, haja vista o caminho já percorrido pelos movimentos sociais organizados na luta diária pela equidade num país de dimensões continentais, como o Brasil, práticas excludentes que priorizam uns em detrimento de outros.

No caráter das trocas e negociações, é impossível pensar numa dissociação contemporaneamente da literatura com a realidade e com o social-cultural. Esse último acaba sendo espelho dessas narrativas. As questões emergem e precisam tomar forma a partir de um plano de reflexões, efeito que influencia a literatura em todos os seus aspectos. Assim, algumas reflexões são necessárias, tais como: não pensar num agente reflexivo que não leve em consideração o que lê e que não seja influenciado por essas leituras.

Ressaltamos, ainda, que o problema permanecerá se a obra for analisada sem considerar o escritor e seu alicerce social no tempo da escrita, e seus espaços de produção e circulação, contemporaneamente, percebendo também a partir de um plano virtual. Outra questão recai sobre o tempo cronológico e a história que está por trás daquilo que se diz, como se diz e o porquê se diz, estratégias que dialogam e buscam envolver o leitor a fim de

modificar as formas dele perceber o mundo. As questões supracitadas fazem parte de um processo de inserção no leitor de inquietudes que serão ampliadas conforme suas leituras e suas compreensões sobre o mundo material e imaterial (BAUMAN, 2008).

Pensar na contemporaneidade é contemplar aquilo de mais importante que dispomos como arma: a palavra. Ela desarma os discursos enraizados de preconceitos, de visões deturpadas e de representações que inferiorizam, matam, e criam “rótulos” para as minorias, minorias essas que ainda não foram libertadas totalmente das amarras seculares de negação, maus tratos, repressões e silenciamentos.

Em suma, vivemos um novo tempo, tempo de mulheres e negras que escrevem e publicam e não pedem desculpas por isso, tempos em que a representação do afrodescendente não está mais relacionada somente aos livros e manuais que comportam uma única visão da África e de suas diásporas (PEREIRA, 2012, p. 47-48); um tempo ainda almejado por muitos, em que a igualdade de gênero, o sentimento de pertencimento étnico-racial e as ideologias sejam iguais, gerando um novo público, infantes e jovens que surgem fruto dessas novas leituras, com novas formas de ver e processar o mundo, a partir de suas relações simbólicas e materiais.

Essas novas leituras e formas de perceber o mundo, na construção de leitores críticos e reflexivos, possibilitam a análise dos inúmeros vieses que as obras literárias apresentam para com a realidade, possibilidades essas que discorreremos no próximo capítulo, quando analisaremos a representação das personagens femininas afrodescendente na literatura infanto-juvenil presente na contemporaneidade, tecendo considerações sobre gênero e etnia e raça, tendo como *corpus* as obras, *Menina bonita do laço de fita*, de Ana Maria Machado e *O cabelo de Lelê*, de Valéria Belém, ambas trazem como protagonistas mulheres e afrodescendentes conscientes de si, como mecanismo intersubjetivo de perceber o mundo a partir de novas ordens culturais.

4 PARA ALÉM DOS LAÇOS DE FITA E DO CABELO DE LELÊ: análise das personagens femininas das obras de Ana Maria Machado e Valéria Belém

[...] Se eu sou marrom e se meu melhor amigo não é exatamente branco, porque é que chamam a gente de preto e branco? Será se é para que fiquemos um contra o outro?

Ziraldo, *O menino marron* (2005, p. 29)

A construção de um panorama que contempla a gênese da Literatura Infanto-Juvenil no Brasil, bem como as discussões sobre Gênero e Poder, Afrodescendência e suas representações e Autoria Feminina subsidiam, neste recorte textual, o encontro entre as histórias e estórias advindas das traduções e adaptações, cujos espaços narrativos eram negados às pessoas de cor, defrontando-se com a nova transição temporal que não só oportunizou espaços, mas colocou-os, em especial, os afrodescendentes, nas posições de protagonistas e autores de sua própria história.

Os novos protagonismos, ainda tão questionados pelas classes elitizadas e “branqueadas”, representam a equidade social e étnica, mas é sabido que ambas deveriam ter sido impostas antes mesmo dos africanos embarcarem nos navios, que se tornaram “Negreiros” pelas condições dos traslados e pelas histórias escritas com sangue naqueles porões, mas que na ausência de uma historicidade permaneceram anônimos. Nessa acepção, na contemporaneidade as discussões sobre os preconceitos étnicos e raciais ganham voz e ecoam nas diversas áreas de conhecimento. No campo da História, inferimos a necessidade de uma revisão, não em uma obsessão por mudar o que já está escrito, mas para que questões como as fenotípicas não possam intervir ou contribuir para as formas de dominações, bem como para que os regimes e as supremacias que tentaram por tanto tempo apagar o brilho dos olhos dos afrodescendentes, não retornem como consequência da falta de registro.

Assim, os percursos historiográficos literários tecidos anteriormente informam que a Literatura Infanto-Juvenil Brasileira, compreendida entre o século XVIII e XIX, não trouxe uma representação positiva do afrodescendente, tampouco da mulher, evidenciando também a ausência da escrita feminina, sendo ambas as negligências frutos do patriarcalismo, do ideal étnico branco, bem como da escrita masculina como características enaltecidas e as únicas aceitáveis, para a composição de um cânone literário que seguia à risca, até o projeto do Romantismo, na tentativa de reprodução de uma Europa na América Latina. (BATISTA, 2006)

Diante desses contextos, imaginemos como foi árduo ser mulher e ser afrodescendente, duas maneiras distintas de sofrer preconceito em uma sociedade com ideais opostos, e como essas questões foram perpassadas nos textos literários no transcorrer da história. A resposta é clara e objetiva: as mulheres e os afrodescendentes foram excluídos da formação do Brasil, tanto no plano textual quanto nas representações positivas. Cabe destacar que as poucas menções sempre trouxeram essas representações em segundo plano e/ou representadas negativamente. A própria escrita feminina era maquiada e assinada de forma “masculinizada”, pois elas, as mulheres, estavam destinadas ao lar e às prendas domésticas, recaindo sobre os negros o expurgo social, em todos os sentidos dessa palavra.

Adotando uma perspectiva crítica, analisaremos a representação das personagens afrodescendentes na Literatura Infanto-Juvenil Contemporânea Brasileira. De um lado, teremos *Menina bonita do laço de fita*, de Ana Maria Machado, narrativa de grande repercussão, primeiramente por trazer como protagonista uma criança afrodescendente, consciente de sua identidade étnico-racial, em segundo plano pela inserção da mulher no protagonismo, além de não deixarmos de notar a autoria feminina, inaugurando no gênero literário, em pleno século XX, uma literatura consciente de sua função social para além da estética verbal e imagética do texto literário infanto-juvenil.

De outro lado, em *O Cabeço de Lelê*, de Valéria Belém, encontraremos nas inquietações da protagonista e nas discussões sobre a sua estética afro, centrada no cabelo, o porquê de todas as coisas, o debruçar-se sobre a busca de sua história com base nas matrizes culturais de seu povo, almejando todas as respostas que necessita para aceitar-se como é.

As duas autoras, Ana Maria Machado e Valéria Belém, se inscrevem na esfera da transgressão da ficção contemporânea, ultrapassam as categorias e estereótipos, historicamente preconizados e perpassados no âmbito das relações de poder e alteridade, trabalhando diretamente na construção da *psique* das crianças e adolescentes, através da memória viva e do imaginário realístico, discussões que orientam no sentido de denúncia, e possuem um caráter “previsível”, já que atualmente elas fazem parte, de forma intensificada e contínua, das discussões que tematizam os universos das pessoas de cor e de gênero, no tocante à representação das personagens e suas identidades, seja ela afrodescendente seja feminina.

Consideramos, assim, que o texto literário destinado aos infanto-juvenis tem como objetivo auxiliar na construção da consciência crítica e reflexiva de seus leitores, e se esses textos contemplam discussões contemporâneas, paulatinamente inseridas e ampliadas, ele também atuará para a desmitificação de ideias pré-concebidas que, conseqüentemente, geram

preconceitos, além de inferências ideológicas que forcem as superioridades e dominações, construindo no inconsciente coletivo desses leitores o respeito às diversidades, resultando na quebra dos silenciamentos e em novas perspectivas estéticas.

Acreditamos que, se a literatura que contempla as discussões sobre as relações étnico-raciais fosse adotada desde os primeiros contatos com o texto literário, começando na pré-escola, a ausência forçada dessas temáticas seria quebrada, pois é notório que é a partir da linguagem e na linguagem que os preconceitos e as formas de discriminações se disseminam no social, bem como é também a partir da mesma (linguagem) que eles se rompem, oportunizando outras leituras e suas devidas superações, objetivando o bem maior - a equidade.

Nesse sentido, as autoras supracitadas optaram por trazer em suas narrativas personagens afrodescendentes conscientes de suas identidades étnicas e culturais, narrativas essas que se contrapõem aos clássicos conhecidos no universo da Literatura Brasileira Infanto-Juvenil das origens que priorizaram, via de regra, os contos de fadas protagonizados por meninas brancas, loiras e de olhos azuis, bem como seus príncipes que seguiam as mesmas características, optando por uma única matriz étnica, o que corrobora para a discriminação racial na literatura infanto-juvenil.

Atentemos, nesta análise, para o caráter textual e semiótico do *corpus* selecionado, haja vista a relação existente entre os códigos (a forma literária) e a mensagem (o conteúdo a ser transmitido), pois são imprescindíveis para a análise do todo, considerada a assertiva que os leitores fazem uma relação imediata e significativa entre o verbal e o não verbal. Nesta acepção, sobre a relação imagem e texto, Dória (2008, p. 64-65) afirma que:

[...] a relação existente [...] depende em grande parte das “circunstâncias extra-semióticas que caracterizam a emissão da mensagem”. Essa expressão poderia ser traduzida como “as condições de produção da obra literária” ou, mais simplesmente, as tensões sociais em jogo, e a posição assumida pelo escritor frente a tais tensões.

Diante do exposto pelo autor, salientamos a relação entre a obra literária e o mundo social no qual ela se vincula, sendo perceptível através de elementos da narrativa que o escritor, na escrita de um texto, assume uma posição diante das problemáticas. É partindo dessa posição assumida por ele que os leitores se projetarão no texto literário em busca de respostas, direcionando-os para construções simbólicas que alterarão suas compreensões, e, conseqüentemente, alterarão suas posturas diante das diversidades, neste caso, criarão o respeito e uma meta-consciência das situações nas quais se encontram submersos.

No eixo dessas discussões, cabe inferir que, no momento de criação da identidade nacional da literatura infanto-juvenil, segundo Coelho (2006, p. 52):

Sopram novos ventos criadores, novas palavras de ordem: o *experimentalismo* com a linguagem, com a estrutura narrativa e com o visualismo do texto; substituição da literatura confiante/segura por uma literatura inquietante/questionadora, que põe em causa as relações convencionais existentes entre a criança e o mundo em que ela vive, questionando também os valores sobre os quais nossa sociedade está assentada.

Diante dessa assertiva, compreendemos que as novas forças que concretizaram a identidade nacional literária infanto-juvenil, repousaram na quebra de ideais estéticos. No passado tem-se o rompimento de uma literatura de “paisagem”, no sentido da “observação” e “passividade” para as discussões sociais, haja vista estarem mais preocupadas com as estruturas literárias, especialmente com os gêneros Maravilhoso e Fantástico, do que com o teor das narrativas. Na contemporaneidade, há uma literatura mais comprometida com o social, mais realística, ainda na esteira do processo de nacionalização, iniciado no Modernismo, advindo de novas forças, objetivando, principalmente agora, a preparação de uma nova sociedade, a partir da contemplação e reflexões das questões mais sensíveis, como o racismo, a homofobia, a xenofobia etc., tendo o ser introspectivo como centro das discussões.

Portanto, a partir da relação entre o social e o literário surgiram inúmeras vozes, e esse momento foi compreendido por muitos críticos da literatura brasileira como o *Boom* da Literatura Infanto-Juvenil, protagonizado por Lygia Bojunga Nunes, Ruth Rocha, Giselda Laporta Nicolelis, Lúcia Pimentel Góes, entre outros, que com suas narrativas tematizaram nossos textos com o que havia de melhor no cerne das discussões sociais e imaginárias. (COELHO, 2006, p. 52).

No próximo subcapítulo iniciaremos a análise textual contextualizada e imagética da obra *Menina bonita do laço de fita*, de Ana Maria Machado.

4.1 O lugar da *Menina bonita do laço de fita* no universo da literatura brasileira contemporânea

A gestação de uma literatura que se preocupasse com as tensões sociais, no âmbito do gênero Infanto-Juvenil, se deu a partir da consciência de que novos tempos estavam surgindo e precisavam ser assistidos em suas especificidades. Era anunciado o fim do século XX, e muitas utopias eram superadas, conforme percebemos nas considerações da escritora e crítica Leyla Perrone-Moisés em sua obra *Mutações da literatura do século XXI* (2016), ao afirmar que o período ‘entre-séculos’ foi o divisor de águas para a ‘ciência’ da literatura, principalmente no que se compreende por suas ‘definições’. Diante dessa assertiva, a escritora discorre que,

O fim do século XX, coincidindo com o fim de um milênio, viu o anúncio de muitos “fins”: fim do Homem, fim da história, fim dos grandes relatos, fim das utopias, fim da cultura ocidental, fim dos intelectuais, fim da arte [...] a literatura não escapou às mutações da virada, e muitos anunciaram seu fim, cujos principais sintomas seriam o desaparecimento da espécie “grande escritor” (detectada e lamentada em todos os países ocidentais) e o encolhimento do público leitor de “literatura séria”. (PERRONE-MOISÉS, 2016, p. 17).

Com a formação de um novo público leitor, a partir de uma literatura mais comprometida com os amálgamas sociais, embora ela (a literatura) não tenha ‘obrigação’ com a realidade, ali se possibilitava o acontecimento do fim de um momento histórico, que, via de regra, contemplava apenas uma versão do acontecido, oportunizado a partir dali outros lugares de fala, outras vozes, outras narrativas. Esta consideração é um resumo em palavras garrafais do que foi discutido nos capítulos anteriores, pois para os críticos contemporâneos a literatura de hoje deve voltar-se para suas mutações, concebendo ao tempo a sua maturação, bem como assumindo o papel de revisora de sua própria historiografia.

Na acepção desses acontecidos, na transição temporal entre a Modernidade e a Contemporaneidade, com *Histórias meio ao contrário*, em 1979, Ana Maria Machado se inseriu no universo da literatura brasileira, especificamente no gênero Infanto-Juvenil, cujas narrativas apresentaram estruturas novas e diferentes daquilo que o público infanto-juvenil estava acostumado a ler, gerando uma surpresa e conquistando novos adeptos, a partir da singularidade de sua escrita. (ZILBERMAN, 2014)

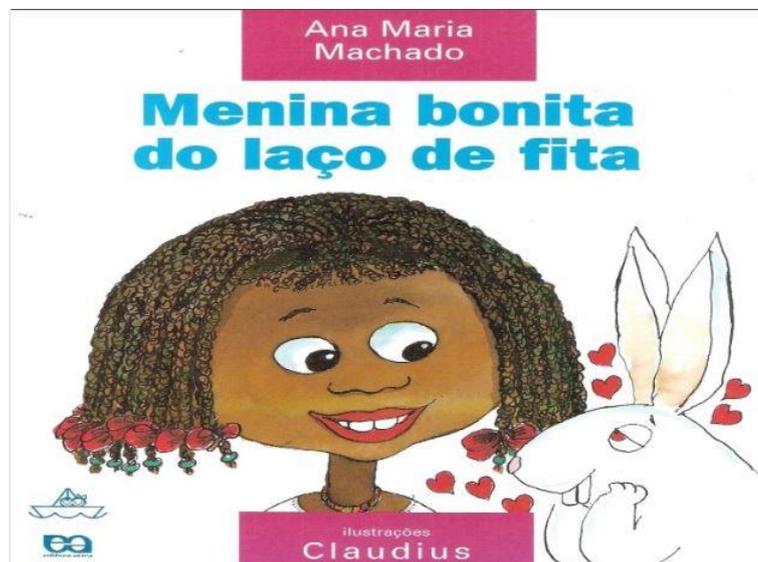
Considerada pela crítica literária como uma das mais versáteis e completas escritoras brasileiras contemporâneas, Ana Maria Machado construiu e vem incorporando à Literatura Infanto-Juvenil Brasileira Contemporânea inúmeras obras, mais de cem (das quais 9 são romances e 8 ensaios), além de livros de teoria literária, como cabe destacar sua tese, intitulada *Recado do Nome* (1976), sobre a obra de Guimarães Rosa, orientada por Roland Barthes, no doutorado em Linguística e Semiologia em Paris.

Dentre suas obras, selecionamentos *Menina bonita do laço de fita*, publicada em 1986, que traz para o seio do público infanto-juvenil, em pleno movimento de inserção desse gênero literário nas escolas brasileiras, uma menina afrodescendente, ocupando o protagonismo da narrativa, presença esta considerada um ‘choque’ para a sociedade, pois os negros sempre estiveram em posições subalternas, estereotipadas e permaneciam silenciados.

O rompimento com os protagonismos eurocêntricos se deu em virtude de um novo movimento, o de recontar a história, agora não mais pautada em mecanismos simplórios de inserção e aceitação social, mas na pluralidade que constitui a identidade brasileira. (ZILBERMAN, 2014)

Assim é *Menina bonita do laço de fita*, o início de uma literatura de protagonismo afrodescendente, que traz para o cerne das questões as discussões sobre as identidades, sobre as opressões étnicas e sexuais, bem como os lugares culturais de onde saem os protagonistas. Inicia-se uma literatura tipicamente brasileira, ou como os especialistas intitulam Literatura Afro-brasileira.

Imagem 01: Capa do livro *Menina bonita do laço de fita*



Fonte: Machado, 1986.

As discussões e análises começam a partir da ilustração da capa, que diz muito sobre o que virá na narrativa. O contraste de cores, preto e branco, e a harmonização trazida pelo semblante do coelho, que se vê encantado com a menina, ratifica o caráter precursor da

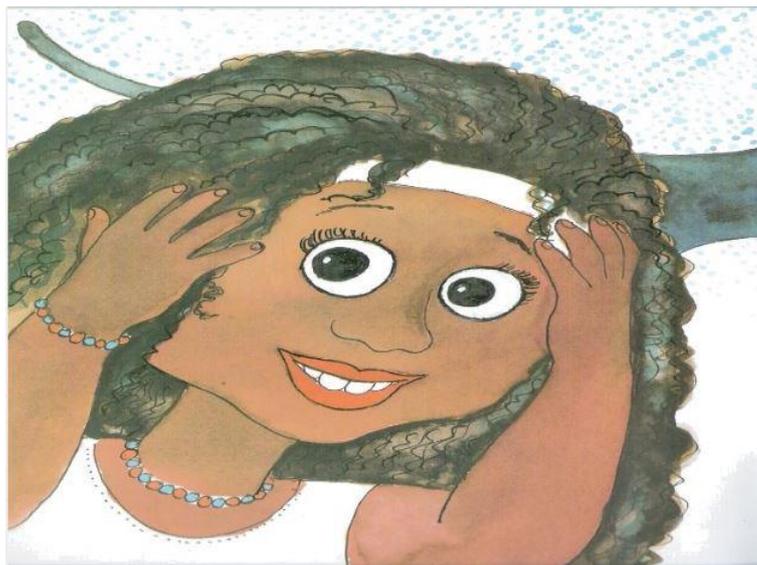
obra. A previsibilidade das imagens para os leitores infanto-juvenis aguça e potencializa a criatividade e o desejo pela leitura, por isso os livros infanto-juvenis trazem em sua essência um caráter imagético, a partir das ilustrações e são tão bem aceitos se trabalhados pedagogicamente da maneira correta.

As ilustrações, por sua vez, carregam uma grande importância no processo de leitura e interpretação da obra, haja vista seu caráter, também, subjetivo. Para Barthes (1990) a imagem carrega em si três tipos de mensagens: a linguística, a icônica codificada (conotada) e a icônica não codificada (denotada). Assim, o autor atrela o poder de significado das imagens, haja vista sua função no enunciado, por vezes, dizendo o que não fora dito verbalmente. Já na função *relais* (algo próximo a retransmitir), o código verbal e visual se complementam e as palavras são, segundo Barthes, partes de um sintagma mais geral.

Sabemos que uma das características marcantes dos livros, vida de regra, infantis e infanto-juvenis é a ilustração, pois não faria muito sentido para a faixa etária indicada um texto sem imagens, como bem pontua Alice no País das Maravilhas: “para que serve um livro sem figuras nem conversas?” (CARROLL, 2009, p. 15). A partir desta relação, far-se-á necessário analisá-lo em sua totalidade, dialogando verbal e não verbal.

Voltando à análise, com uma adjetivação repetitiva e positiva a protagonista é apresentada, cujas características físicas são enaltecidas e comparadas ao que há de melhor na floresta. Os olhos e os cabelos logo apresentam o contraste com o ideal de beleza que vigorava na época de sua publicação. “Os olhos pareciam duas azeitonas pretas brilhantes, os cabelos enroladinhos e bem negros. A pele era escura e lustrosa, que nem o pelo da pantera negra na chuva”. (MACHADO, 1986, p. 03)

Imagem 02: Menina bonita do laço de fita.



Fonte: Machado (1986, p. 03)

A relação de oposição às narrativas protagonizadas por meninas brancas, loiras e de olhos azuis possibilita, no inconsciente de seus leitores, outras significações, entre elas que o afrodescendente pode assumir o papel principal (protagonista) e fazê-lo tão bem quanto os protagonistas das tradicionais narrativas, cujo ideal era de beleza ariana. Essas assertivas são confirmadas por Nascimento (2008, p. 151), ao discorrer que: “*Menina bonita*, à primeira vista, nasce com o objetivo de opor-se à tradicional narrativa na qual uma menina loira e de pele rosada serve de símbolo de pureza, da ingenuidade e de outras qualidades associadas à infância [...]”.

Percebemos que a lacuna que as histórias traduzidas e adaptadas deixaram é imensurável, principalmente se considerarmos todos os leitores que não tiveram à sua disposição uma literatura afro-brasileira ou uma literatura que contemplasse o protagonismo afrodescendente. Essa ausência sentida ratifica o caráter discriminatório que os livros didáticos exerceram sobre as representações afrodescendentes, conforme percebemos no fragmento de Silva (2004 p. 71):

O livro didático omitiu a diversidade, embora reduzida, participação do negro na sociedade oficial, bem como a sua participação destacada na sociedade dita não-oficial. Nessa sociedade, ele ocupa lugar e papéis de grande importância para a identidade e autoafirmação do seu povo. Nela, ele é sacerdote ou a sacerdotisa que preserva e expande os valores culturais e espirituais da civilização africana. [...] É o povo negro que constrói um patrimônio cultural que é o retrato do Brasil lá fora e aqui, e cujos valores são utilizados pela oficialidade, sem retorno para ele, que constrói este patrimônio no seu cotidiano que se constitui em insurgência contra a discriminação, marginalização e extermínio físico e cultural.

Diante do exposto pela autora, percebemos a ausência latente da representação afrodescendente na história seja ela oficial seja não-oficial, bem como na literatura. Consideramos importante destacar novamente a importância dos negros para a formação da sociedade brasileira, desde um ponto de vista de formação étnica, a própria mestiçagem, desde um ponto de vista do desenvolvimento social, eles sempre estiveram presentes contribuindo e dando suas vidas por esta nação. A autora ainda discorre sobre a tentativa de apagamento físico e cultural dos afrodescendentes, movimento este ratificado todas as vezes que houver uma situação racista, ou seja, a tentativa de oprimir através de uma matriz cultural ou étnica que seja ‘concebida’ como melhor.

Nesse sentido, é sabido que as fases da vida, especificamente entre elas a da infância, são construídas sobre arquétipos sociais, servindo-se de repetições de experiências que incorporam em nosso inconsciente preferências. O contato com o texto literário salienta duas questões: a primeira é questionadora, se há um ideal estético é porque há também outro lado desprestigiado. Iniciar uma narrativa acentuando que os olhos são da cor de azeitonas pretas brilhantes e os cabelos bem enroladinhos e negros, é afirmar-se sobre padrões de beleza que estão começando a ser evidenciados na contemporaneidade; já a segunda vem propondo uma revisão dos ideais com essas novas histórias, que trazem em seu bojo a pluralidade da qual o Brasil se edificou e vem se consolidando, quebrando a ditadura estética que se perpetuou por séculos e continua querendo vigorar com maiores proporções.

As duas questões colocam em evidência a necessidade de se discutir os parâmetros de beleza, haja vista o país ser miscigenado e marcado por uma exclusão histórica, exclusão essa que deixou “apagada” uma narrativa pluriétnica e multicultural que, aos poucos, é reconstruída para contar uma nova história, que inclui as minorias de representação política na Literatura, na Arte e na Cultura, bem como suas manifestações religiosas oriundas de suas ancestralidades, especificidade cultural tão discriminada na contemporaneidade.

Se adentrássemos na discussão historiográfica literária talvez tivéssemos apenas uma versão da história, que a Literatura assim como a História poderiam ser compreendidas como áreas que veiculam distintamente manifestações de preconceito, pois iniciar uma história por adjetivações fenotípicas seria suplicar atenção utilizando-se de estratégias e produções de sentidos a partir de “imagens”, representadas negativamente, por isso a necessidade de materializar as personagens ou atender uma demanda do consumismo, que, via de regra, é o que movimenta o mercado editorial do país. Diante desta última característica, a demanda do consumismo, embasados nas teorias de Bauman (2008, p. 38) consideramos que:

Por toda história humana, as atividades de consumo ou correlatadas (produção, armazenamento, distribuição e remoção de objetos de consumo) têm oferecido um suprimento constante de “matéria prima” a partir da qual a variedade de formas de vida e padrões de relações inter-humanas pôde ser moldada, e de fato o foi, com a ajuda da inventividade cultural conduzida pela imaginação [...].

Assim sendo, instigados pelo consumismo, escritores e escritoras ganharam voz e vez, esse movimento possibilitou que a literatura tomasse proporções inimagináveis, que a ela fossem incorporadas uma diversidade grande de temáticas, novos protagonismos e novas perspectivas estéticas, bem como o surgimento de outros gêneros literários para atender o consumismo, por exemplo, os *best-sellers*, literatura que chega a grandes massas e tem uma incrível repercussão momentânea.

Mas, retomando as características do gênero Infanto-Juvenil, o processo de adjetivação é uma das características permanentes dessa literatura, pois é partindo dessa tessitura que as personagens vão se materializando no inconsciente de seus leitores. Dentre essas possibilidades, há o lugar da semiótica, propiciando aos leitores, através da materialização das personagens, dos espaços e momentos de clímax, a construção das significações e as respectivas projeções, além de compreensões adicionais. Nesse contexto, para Zilberman (2014), a ilustração é entendida como uma linguagem autossuficiente que substitui as lacunas da linguagem verbal, mas não os elementos próprios à literatura, e ela, a ilustração, está a serviço do texto.

Justificados os motivos pelos quais optamos por entrelaçar, texto verbal e não-verbal nesta análise, inferimos acerca da importância das ilustrações para a construção da *psique* dos infantes, principalmente se pensarmos nas potencialidades das imagens para a significação do texto literário. Mas retomando a questão do recurso da adjetivação, é perceptível que se utiliza em grandes proporções do ‘comparatismo’, para mostrar que as características que poderiam ser interpretadas como frágeis e passíveis de sofrerem preconceito, são as mesmas características que fortalecem esse indivíduo, como é perceptível no fragmento abaixo:

“A pele era escura e lustrosa, que nem o pelo da pantera negra na chuva”. (MACHADO, 1986, p. 03). As especificidades que embasam as diferenças fenotípicas encontram nas discussões dos Estudos Culturais diversas significações para cada elemento lesado pelo social. A cor, especificamente, ganha notoriedade e marca pontos de enaltecimentos e marginalizações. Corroborando com essas características, Guimarães (1995, p. 27) discorre que “[...] Tanto a tonalidade da pele quanto outras cromatologias figuradas

"naturalizaram" enormes desigualdades que poderiam eventualmente comprometer a nossa autoimagem de democracia racial [...]"

Nesse sentido, compreendemos que a naturalização das questões raciais, bem como de outras características fenotípicas são banalizadas para que não gerem uma imagem negativa para o país como consequência da falta de políticas públicas que garantam a tão sonhada equidade racial. Todas as vezes que uma situação de racismo é encoberta ou colocada para segundo plano, isto significa dizer que ratificamos a existência de uma suposta "democracia racial" em detrimento de ações que, futuramente, gerariam consequências positivas para essas minorias de representação política.

Notamos, ainda, que em pleno século da 'Multietnicidade'¹⁵, século XXI, as discussões raciais, especificamente as questões de cor, ainda definem o social, recaindo em rótulos e pré-conceitos que se enraízam e se perpassam no âmbito das relações de poder, mas que perdem suas validades quando a literatura traz para o meio das tensões as diversidades que compõe a nação, informando, mais uma vez, a existência de outras vozes.

No tocante à especificidade racial, a atenção volta-se para a cor da menina bonita, inferindo que é esta característica a invejada pelo antagonista, no caso o coelho, que traz em sua identidade a inconsciência das cores, das alteridades. Para ele não há supremacia racial, o que acaba por representar a pureza não preconceituosa ao se defrontar com o inédito: a cor negra, que lhe alimenta o imaginário na busca por compreendê-la.

Assim, para Dória (2008, p. 152) "Menina bonita opõe-se a essa tradição colonizadora, colocando o negro, ou no caso a menina negra, como um parâmetro de beleza a ser invejado [...]". Nesta acepção, a marca temporal que busca evidenciar novos ideais de beleza traz consigo a certeza da pluralidade étnica e cultural das matrizes formadoras do Brasil, bem como apresenta a beleza afrodescendente num parâmetro jamais visto, o de representada positivamente.

Neste percurso, a narrativa a todo o momento está centrada na grande inquietação do coelho: "como a protagonista ficou tão pretinha?". No esforço por esclarecer de onde vem a cor negra, bem como a maneira de como ficar negro, o coelho vai construindo um universo imaginário, para que o leitor busque com ele compreender as raízes africanas, objetivando entender a identidade afrodescendente da personagem.

[...] Ainda por cima, a mãe gostava de fazer trancinhas no cabelo dela e enfeitar com laços de fita coloridas.

¹⁵ Compreendemos como Multietnicidade o conjunto de diversas culturas, etnias e ideologias que priorizam a diversidade em detrimento de um único ideal, perspectiva esta que se embasa nos Estudos Culturais.

Ela ficava parecendo uma princesa das terras da África, ou uma fada do Reino do Luar. [...] (MACHADO, 1986, p. 05).

Imagem 03: Menina bonita com a mãe



Fonte: Ana Maria Machado (1986).

Continuamente, a análise nos direciona para uma contraposição “princesa das terras da África”, que sinaliza para uma ideia de oposição às princesas europeias, que por tanto tempo estiveram à frente do protagonismo da literatura infanto-juvenil no Brasil e no mundo, principalmente pelo movimento inicial de tradução e adaptação dos clássicos europeus, tendo como um dos representantes Charles Perrault, autor que não mediu esforços para contemplar um único ideal étnico em suas obras, não fazendo sequer uma menção a existência de princesas negras, tampouco de terras africanas, corroborando para uma literatura etnocentrista branca.

Inicialmente, a palavra ‘África’ situa o leitor na narrativa e no contexto sócio-histórico protagonizado pelos africanos, cuja mão de obra escrava ergueu o país, considerando as origens do Brasil Colônia, bem como infere uma informação essencial, comparando a menina bonita e suas trancinhas com as princesas da África, tão bonita quanto, o que acaba potencializando os referenciais culturais e estéticos de matrizes africanas. Diante disto, para Pereira (2012, p. 47), “Os referenciais históricos, simbólicos e estéticos de matrizes africanas são o ponto de partida a constituição de uma identidade afro-brasileira [...]”.

Com o leque de possibilidades que o texto literário propicia, visualizamos a existência de um movimento que reformula os paradigmas, que agora se retorcem para contemplar novos universos, dentre eles, em nosso caso, do universo e influências africanas e

de suas diásporas, bem como a constituição da identidade afro-brasileira ou afro-brasilidade. É interessante ressaltar que na contemporaneidade o homem está mais voltado para si, é um ser introspectivo, numa relação de si com o mundo simbólico. Corroborando com essa assertiva, Coelho (2006, p. 54) discorre sobre tal ascensão e situação intimista do homem contemporâneo:

[...] Uma verdadeira revolução está prestes a se dar no cérebro humano e um de seus sintomas mais evidentes é termos consciência de nossa consciência: percebemos agudamente nossa percepção das coisas. Disso resulta uma nova perspectiva de visão que se abre para o ser humano. Trata-se de uma mudança de paradigma. Ou, em outros termos, trata-se de uma dimensão de ser que está prestes a ser descoberta por todos os homens e hoje só é pressentida por alguns criadores. Sujeito / objeto: onde a fronteira? Essa é uma das interrogações que surgem nos rastros dessa evolução invisível que está processando nos homens.

Buscar a existência de outras identidades, de outras matrizes, é mergulhar em uma história negada, em vozes silenciadas. Nossa consciência, hoje, tenta se moldar para compreender a diversidade em seu sentido mais plural. Os paradigmas que, digam de passagens, foram estruturas enaltecidas para prestigiar um e depreciar o outro, em nossa gênese nacional, hoje contemplam as categorias Ser e Objeto como opostas. O inconsciente coletivo não é mais tão inconsciente, haja vista estarmos em fase de compreensão dos fenômenos sociais em sua plenitude. Leia-se que a contemporaneidade veio sem esses objetivos marcados, mas objetiva suscitar quem somos e quais as fronteiras que necessitam ser quebradas para que a equidade seja a palavra de ordem.

No teor dessas discussões, recorreremos ao filósofo italiano Giorgio Agamben em *O que é contemporâneo? E outros Ensaio* (2009, p. 63), para compreender, em um sentido mais filosófico, a gênese da contemporaneidade para com as discussões sociais. Assim, segundo esse autor,

[...] contemporâneo é aquele que mantém fixo o olhar em seu tempo, para nele perceber não as luzes, mas o **escuro**. Todos os tempos são, para quem dele experimenta contemporaneidade, **obscuros**. Contemporâneo é, justamente, aquele que sabe ver essa **obscuridade**, que é capaz de escrever mergulhando a pena nas **trevas** do presente.

As palavras em negrito “escuro”, “obscuro”, “obscuridade” e “trevas” nos direcionam para uma compreensão, ao mesmo tempo em que é questionadora: esses termos negritados direcionam para situações privadas de uma institucionalização de uma história oficial? A resposta não reside na contemporaneidade, mas sim na institucionalização de um preconceito capaz de ter assassinado por séculos as pessoas de cor. Considerando essa

assertiva, se voltarmos para o passado, estaremos submersos em universos obscuros, de trevas, como bem ressaltou o autor, o que não quer dizer que ver na escuridão não significa não-ver. (BRANDÃO, 2015, p. 69)

Diante das considerações tecidas até aqui, ressaltamos o caráter precursor da escritora Ana Maria Machado, principalmente por trazer para o seio infanto-juvenil uma narrativa que se contrapõe ao discurso das origens, em que princesas e fadas eram sempre loiras, brancas e de descendência ‘branca’. Tal assertiva pode ser compreendida no seguinte trecho da narrativa:

[...] E, havia um coelho bem branquinho, com olhos vermelhos e focinho nervoso sempre tremelicando. O coelho achava a menina a pessoa mais linda que ele tinha visto na vida.
E pensava:
- Ah, quando eu casar quero ter uma filha pretinha e linda que nem ela...
Por isso, um dia ele foi até a casa da menina e perguntou:
- Menina bonita do laço de fita, qual é o teu segredo para ser tão pretinha?
[...]
(MACHADO, 1986, p. 06)

A adjetivação e a recorrência para as questões fenotípicas, causadas pelo coelho ‘branco’, apresentam ao leitor o encantamento do antagonista com a cor preta. Durante toda a narrativa ele quer saber os possíveis motivos pelos quais a menina bonita é negra. Essa inquietação, para Coelho (2000, p. 182) essa preocupação genealógica, em que se questiona a origens das coisas, tem sua gênese nos contos etiológicos, como uma preocupação infantil, a de saber como e de onde vieram os seres vivos e as coisas.

A curiosidade infanto-juvenil sobre o mundo e as coisas parte da própria natureza humana. Por um lado é uma necessidade psíquica e existencial, de outro é uma assertiva positiva para o desenvolvimento crítico e reflexivo dos leitores. Mas dispomos de uma terceira ausência, e é sobre a ausência de informações que Santos e Wielewick (2005, p. 284) discorrem: “[...] a verdade é que atravessamos um longo período de silêncio, durante o qual os escritores brasileiros não se incomodaram com a realidade das chamadas minorias [...]”.

Compreendemos, diante do exposto, que a alternância entre o coelho ‘branco’ e a menina ‘pretinha’ nos direciona para uma análise sobre a tolerância e o respeito étnico-racial, bem como o encantamento pela cor do outro. Esta assertiva tem seu clímax quando o coelho diz: “[...] “Ah, quando eu casar quero ter uma filha pretinha e linda que nem ela”[...]

(MACHADO, 1986, p. 06), momento encarado como ponto de partida para novas discussões, direcionando também para as intertextualidades literárias.

Seguindo o percurso linear da narrativa, o coelho novamente, questiona a menina sobre suas origens:

[...] - Menina bonita do laço de fita, qual é o teu segredo para ser tão pretinha?

A menina não sabia, mas inventou:

- Ah deve ser porque eu caí na tinta preta quando era pequenina...

O coelho saiu dali, procurou uma lata de tinta preta e tomou banho nela.

Ficou bem negro, todo contente. Mas aí veio uma chuva e lavou todo aquele pretume, ele ficou branco outra vez. [...] (MACHADO, 1986, p. 08).

A presença do imaginário, das respostas sem lógica com a materialidade, do inconsciente que se apresenta ingênuo para com a verdade das coisas, direciona para a representação de um mundo material que só tem sentido para os infantes, pois misturam ficção e realidade, partindo dessas relações para a construção das consciências. Nessa compreensão é importante destacar que as ações que o coelho realiza para se tornar preto como a protagonista da narrativa, são ações que as crianças imaginam, no esforço de buscar no mundo material respostas para as coisas, além de ser, por outro lado, estratégias que a escritora utilizou para chegar ao leitor da forma mais significativa possível.

Ainda acerca do imaginário e do mundo consciente e inconsciente nos contos, Ribeiro (2006, p. 61), discorre que, “Passando-se no mundo do imaginário, os contos de fadas refletem, no mundo consciente, o que se dá no domínio do inconsciente”. É nesse sentido que Marie-Louise Von Franz (1995, p. 20) ratifica essa proposição:

O conto se passa num mundo do imaginário e [...] as personagens e os eventos que nele se desenrolam pertencem a um universo que é o domínio do Inconsciente. É um ‘outro mundo’, que contrasta com o da vida e das pessoas comuns. Assim, se estabelece espontaneamente um movimento de vai-e-vem entre o Consciente e o Inconsciente.

Diante do exposto pelas autoras, compreendemos que as inter-relações entre mundo fictício e mundo real alimentam o imaginário das pessoas, sendo nesse movimento que muitos princípios se constroem e se solidificam nas sociedades, além de irem se enraizando nas relações sociais, incorporando discussões pertinentes que retratam questões de gênero, etnia e as possíveis formas de dominação, como o patriarcado, por exemplo. O dialogismo entre os estágios do Ser é necessário para compreender o ambiente sócio-histórico em desenvolvimento e os lugares ocupados por cada um.

Nesse sentido, com o consciente fixado no texto e nas imagens, o leitor vai se construindo e se desconstruindo ao passo que a protagonista vai alimentando o imaginário do coelho, o que acaba resultando em experiências que alteram o mundo material.

[...] Então ele voltou lá na casa da menina e perguntou outra vez:

- Menina bonita do laço de fita, qual é o seu segredo para ser tão pretinha?

A menina não sabia, mas inventou:

- Ah, deve ser porque eu tomei muito café quando era pequenina.
O coelho saiu dali e tomou tanto café que perdeu o sono e passou a noite toda fazendo xixi.
Mas não ficou nada preto. [...] (MACHADO, 1986, p.13)

É notório que as experiências que o coelho irá fazer não resultará em uma resposta efetiva, como ele deseja, mas coloca o leitor a pensar nas respostas abstratas para explicar um fenômeno genético, ponto que será tocado no final da narrativa. Assim, para Dória (2008, p. 153), “[...] o texto parte de uma indagação infantil e, no esforço de procurar a resposta, o coelho faz experiências, as quais resultam em alterações visíveis em seu xixi e no seu cocô. [...]”.

O modo como os leitores vão construindo suas concepções acerca do mundo e das coisas, bem como das relações que se estabelecem no âmbito cultural se fazem a partir dos objetivos da literatura infanto-juvenil: distrair, instruir, compreender o mundo a partir de uma ótica abstrata, entre outras estratégias. De outro lado, existe uma consequência, de grande importância que deve ser destacada, apontada pela pesquisadora Joseane Maia em *Herança quilombola maranhense: história e estórias* (2012, p. 127):

Situada, pois, entre os objetivos de distrair, instruir e consolidar o projeto de um Brasil moderno, desvinculado definitivamente de Portugal, a literatura infanto-juvenil do final do século passa a cumprir uma espécie de missão, tanto na instituição escolar como fora dela, lembrando que esta situação não abrangia o país como um todo, sendo a região Sudeste por excelência, protagonista e, ao mesmo tempo, maior beneficiária deste processo.

Diante da assertiva, a mudança de perspectiva alterava a vida de centenas de milhares de crianças que tinham acesso à educação através da leitura, prioritariamente àquelas que viviam nos grandes centros urbanos, especificamente no Sudeste, conforme ratifica a autora, cuja inserção de temáticas falava muito sobre o Brasil, em detrimento da cultura da tradução e adaptação dos clássicos europeus, que protagonizaram a gênese da literatura no Brasil totalmente branca e ariana, embora não a substituísse totalmente. Cultura e literatura viviam relações difíceis no momento de tradução e adaptação, pois vivíamos uma literatura que não era nossa, uma literatura longe da realidade brasileira, um projeto estrangeiro.

Situando a literatura infanto-juvenil nos contextos em que o país se encontrava, percebemos que havia a necessidade de se discutir no plano literário, sociológico, antropológico e cultural as temáticas Afro, pois é imprescindível para compreender a implementação cultural da ‘afro-brasilidade’, bem como de nossa nova identidade afro-brasileira após o ‘Projeto’ de identidade nacional que veio com o Modernismo. Essa identidade foi reforçada, na contemporaneidade, com o advento da Lei de N° 10.639/03 e

posteriormente com a Lei de N° 11.645/2008, ambas trouxeram em sua essência a inserção e a valorização dos universos africanos, indígenas e afro-brasileiros. Nesse contexto, para Pereira (2012, p. 25):

Estudar a História da África é essencial para se dar conta desse desafio. Estão aí manifestações culturais e religiosas que sobreviveram à escravidão. Através delas, e no embate com a discriminação racial, defluem – sempre recriados e re-significados – comportamentos característicos, expressões de sentimentos, formas de organização e de convivência comunitária... Não se pode negligenciar conhecimentos que ajudem a decifrar esse universo tão dinâmico em si, e que se confunde com a própria dinâmica social brasileira.

A dinamicidade dos universos culturais que decifram a identidade brasileira parte da recriação dos significados historicamente perpassados pelas gerações. É válido destacar que tampouco se levava em consideração a diversidade étnica da época, principalmente por ter sido um período “entre-séculos”, conforme intitulou Zilberman (2014), o qual não sabíamos no que resultaria esse movimento, ainda precursor, de escritores e escritoras brasileiras que (re)desenhavam o imaginário social a partir do imaginário literário, fazendo com que crianças e até adultos se reconhecessem nessas narrativas e repensassem os ideais seculares.

No intuito de aguçar o imaginário de seus leitores, Ana Maria Machado faz um elo de *Menina bonita do laço de fita* com a obra *Alice no país das maravilhas* (1865), do romancista britânico Lewis Carroll (1832-1898), narrativa que é protagonizada por uma menina, cujo nome é Alice, e tem como antagonista um coelho branco que é perseguido pela menina, e que é responsável por movimentar toda a narrativa fazendo com que a curiosidade seja o alicerce para o desenrolar da estória.

A mesma relação entre protagonista e antagonista acontece no conto analisado neste texto, que é perceptivelmente direcionado pelo coelho. O antagonista exerce mais força na narrativa que a menina, logo é ele que busca compreender as origens ‘concretas’ da afrodescendência, embora não se atente, no início, que a resposta vem da genealogia, continua com suas experiências e obtendo resultados inesperados. Destacamos que as experiências e percepções do coelho estão ligadas a uma lógica natural das coisas, como percebemos no fragmento a baixo:

- Menina bonita do laço de fita, qual o teu segredo para ser tão pretinha?
A menina não sabia, mas inventou:
- Ah, deve ser porque eu comi muita jabuticaba quando era pequenina.
O coelho saiu dali e se empanturrou de jabuticaba até ficar pesadão, sem conseguir sair do lugar. O máximo que conseguiu foi fazer muito cocozinho preto e redondo feito jabuticaba. Mas não ficou nada preto. (MACHADO, 1986, p. 10).

Os leitores buscarão respostas concretas para explicar a identidade étnica, o que fica evidente no conto analisado, quando o coelho questiona a menina através de muitas formas sobre a origem de sua cor, que passa a ser admirada por ele como beleza ‘diferente’, sendo ele branco de orelhas e focinho rosa. As experiências que o coelho faz são recursos utilizados pela escritora para chamar a atenção do público para as questões fenotípicas, como a cor da pele, dos olhos, o tipo e a cor do cabelo, entre outras características, que por muito tempo foram tidas como superiores e inferiores, trazendo as questões para as compreensões sobre os afrodescendentes, que no decorrer dos séculos sempre foram colocadas como características que descaracterizavam, assim como serviam de rótulos para justificar as dominações.

Foi através de ideologias, estereótipos e imagens que se formaram um conjunto de ideias que serviam de ‘estrutura’ para justificar qualquer forma de dominação no mundo. Mas é sabido que “As ideologias se transformam com o tempo, pois os poderes constituídos assumem faces diferentes em cada momento histórico”, (CROCHIK, 1997, p. 33). Nesse sentido, de forma recorrente, quando o negro era citado nos livros de literatura ou didáticos, este era quase sempre apresentado com características físicas e morais pejorativas, figurando sempre o subserviente, o escravo, o inferior ou o serviçal. Para o antropólogo e crítico Kabengele Munanga (2012, p. 24):

A ignorância em relação à história antiga dos negros, as diferenças culturais, os preconceitos étnicos entre duas sociedades que se confrontam pela primeira vez, tudo isso mais as necessidades econômicas da exploração predispunham o espírito europeu a desfigurar completamente a personalidade moral do negro e suas aptidões intelectuais. O negro torna-se, então, sinônimo de ser primitivo, inferior, dotado de uma mentalidade pré-lógica.

Sobre outra perspectiva, distintamente da apresentada por Munanga, o afrodescendente, a partir do Modernismo e com maior notoriedade na Contemporaneidade, vem sendo representado na literatura brasileira sobre outras perspectivas e novos lugares de fala, agora representados positivamente ou em busca desta representação. As alterações nas estruturas, para a aceitação e o respeito, são palavras de ordens neste novo momento. Há, inclusive, um movimento de resgate, sob responsabilidade da historiografia literária, que objetiva conhecer e tornar público escritores e escritoras pertencentes às minorias que foram ‘esquecidos’ durante esses séculos de repressão.

Nesse sentido, Antonio Candido (2000) em *Literatura e Sociedade*, afirma que em certos momentos da literatura os escritores estavam preocupados com causas sociais,

servindo-os de instrumento para a criação literária que contemplava uma lacuna histórica. Ratificando as discussões de Candido, Zilberman (2014, p. 13) discorre que “[...] O escritor dispõe também de grande liberdade, pois, somando experiência e imaginação, ele pode ir longe, inventando pessoas, lugares, épocas e enredos diversificados [...]”.

No cerne dessas discussões, percebemos o escritor e sua importância enquanto precursor, no tocante à inserção de novas temáticas, assim como as contribuições de suas obras para a construção e consolidação de uma sociedade mais tolerante, ‘auto pertencida’ e consciente de suas formações e contatos etnológicos¹⁶. Tais assertivas foram bem direcionadas por Ana Maria Machado em *Menina bonita do laço de fita*, pois inserir uma discussão sobre autopertencimento afrodescendente, em plena década de 1970, era de fato militar para a equidade racial. Essa discussão pode ser identificada no fragmento literário abaixo:

- Menina bonita do laço de fita, qual é teu segredo pra ser tão pretinha?
A menina não sabia e... Já ia inventando outra coisa, uma história de feijoada, quando a mãe dela que era uma mulata linda e risonha, resolveu se meter e disse:
- Artes de uma avó preta que ela tinha...
Aí o coelho, que era bobinho, mas nem tanto, viu que a mãe da menina devia estar mesmo dizendo a verdade, porque a gente se parece sempre é com os pais, os tios, os avós e até com os parentes tortos. E se ele queria ter uma filha pretinha e linda que nem a menina, tinha era que procurar uma coelha preta para casar. (MACHADO, 1986, p. 12).

A utilização da adjetivação “mulata linda e risonha” ratifica o caráter precursor da narrativa, pois as mulatas sempre estavam com adjetivos negativos, pejorativos, bem como seus fenótipos ridicularizados. De outro lado, no tocante à representação dos heróis apresentados pela escola nos livros didáticos, sempre predominaram os heróis brancos. No caso de afrodescendentes e índios, estes sempre foram mostrados em posição de subserviência e escravidão.

Nos livros didáticos de Literatura, esses afrodescendentes também foram apresentados, via de regra, em posições de inferioridade ou de forma estereotipada, o que se torna um agravante, principalmente no que concerne aos livros voltados para o público infanto-juvenil, uma vez que tais livros têm influência significativa na construção do mundo social.

¹⁶ Etnologia é a ciência social que investiga e compara os diferentes povos e culturas, bem como suas diversas etnias.

Essa negação de identidade, o caráter pejorativo de suas características fenotípicas e suas representações negativas na literatura exclui esses povos da formação do país, assim como coloca-os, ainda nos dias de hoje, na situação de ‘estranhos’, como se ainda fossem imigrantes. Nesse sentido, para Munanga (2008, p. 95):

A construção dessa unidade, dessa identidade dos excluídos supõe, na perspectiva dos movimentos negros contemporâneos, o resgate de sua cultura, do seu passado histórico negado e falsificado, da consciência de sua participação positiva na construção do Brasil, da cor de sua pele inferiorizada etc... Ou seja, a recuperação de sua negritude, na sua complexidade biológica, cultural e ontológica.

Diante desta assertiva, compreendemos como processo natural que cada nação, embora composta de diferentes etnias, busque unificá-las numa identidade cultural, porém, é tarefa difícil quando se trata da América Latina por toda sua diversidade e espaços continentais. Nessa acepção, destaca-se o Brasil, um país híbrido, miscigenado, cujas diferenças precisam ser levadas em consideração, sob pena de termos apenas narrativas de um Brasil oficial – da perspectiva de uma classe branca dominante. Nesse sentido, publicado entre 1853 e 1855, o *Ensaio sobre as desigualdades das raças humanas* do francês Gobineau citado por Magnoli (2009, p. 24) postulou o seguinte:

A história deriva, antes de tudo da dinâmica das raças. A humanidade se dividiria em três grandes complexos raciais – branco, amarelo e negro – e o progresso histórico dependeria da ação direta ou indireta das raças brancas e, em particular, na “família ariana”. A miscigenação entre raças conduziria à degeneração racial, com impactos desastrosos sobre as civilizações e os Impérios.

Concomitante com as desigualdades raciais, a busca por compreender a formação do Brasil foi o que motivou os escritores a abordarem em suas narrativas os marginalizados, aqueles que sempre protagonizaram o segundo plano de um cenário, cuja voz etnocentrista marcava as posições que os sujeitos ocupavam, perspectiva essa que na contemporaneidade é fragmentada e reescrita, objetiva também compreender as motivações que resultaram nas respectivas exclusões.

Para a pesquisadora Sandra Regina Goulart Almeida (2015, p. 22), as produções contemporâneas “[...] privilegiam personagens que habitam territórios liminares, espaços de movência e mobilidade, deslocamentos e desenraizamentos, sem, contudo, deixar de se posicionar [...]”. Embasados nesta afirmativa, identificamos o posicionamento de Ana Maria Machado a favor do multiculturalismo, do protagonismo feminino e afrodescendente, sinalizando que ali nascia uma nova literatura, a literatura dos ‘excluídos’ composta por

narrativas que estavam preocupadas com a autoria de posicionamentos firmes diante de um cenário social ainda regrado.

Não precisou procurar muito. Logo encontrou uma coelhinha escura como a noite, que achava aquele coelho branco uma graça.

Foram namorando, casando e tiveram uma ninhada de filhotes, que coelho quando desanda a ter filhote não para mais! Tinha coelhos de todas as cores: branco, branco malhado de preto, preto malhado de branco e até uma coelha bem pretinha.

Já se sabe, afilhada da tal menina bonita que morava na casa ao lado.

E quando a coelhinha saía de laço colorido no pescoço sempre encontrava alguém que perguntava:

- Coelha bonita do laço de fita, qual é o teu segredo para ser tão pretinha?

E ela respondia:

- Conselhos da mãe da minha madrinha. (MACHADO, 1986, p. 14-15-16).

Na sequência da narrativa, caminhando para sua conclusão, a abordagem é alterada, pois as experiências oportunizam espaços para outra solução, a busca do coelho por uma parceira de cor ‘escura como a noite’, relação de significado estabelecida após as inúmeras tentativas abstratas sem êxito, objetivando uma compreensão concreta das origens étnicas, o que nos direciona para concluirmos que ele chegou ao entendimento da origem étnica da menina bonita do laço de fita. Diante disso, para Dória (2008, p. 152) esse conto apresenta-se como uma narrativa cheia de dilemas de previsibilidade, ao menos para o leitor iniciante, afirmando ainda que:

[...] Temos, em oposição ao discurso preconceituoso e branco-cêntrico, o seu reverso, um discurso antipreconceito com sinais invertidos no que diz respeito às etnias (o branco admira-se com o negro), que funcionaria como “corretivo” daquelas conhecidas forças sociais (ou anti-sociais). Um procedimento que se insere dentro de um programa *anti-racista, afirmativo, libertário*, ou seja, dentro de um programa conhecido e reconhecido, ao menos na esfera do movimento negro e dos que compartilham de seus ideais [...].

O mundo reconstruído ao contrário é a veia literária de Ana Maria Machado, por isto as oposições aos discursos preconceituosos são tão evidentes no conto analisado. Colocar o branco, mesmo que seja um animal, para deparar-se com a beleza do afrodescendente, em meados da década de 1980, é dizer para a sociedade que os ideais de belezas em voga precisavam de uma revisão a fim de contemplar a diversidade étnica existente, tão bela quanto a branca.

Assim, a auto-afirmação étnica é o sentido que norteia o conto, bem como o contraste entre o coelho branco e a menina negra. A admiração do coelho branco com a cor da

menina bonita é o que motiva a narrativa para chegar a conclusão genealógica e do novo protagonismo assumido pela filha, a ‘coelha bem pretinha’, afilhada da menina bonita, como afirmamos no trecho abaixo:

[...] E quando a coelhinha saía de laço colorido no pescoço sempre encontrava alguém que perguntava: - Coelha bonita do laço de fita, qual é o teu segredo para ser tão pretinha: E ela respondia: - Conselhos da mãe da minha madrinha. (MACHADO, 1986, p 16).

Diante disso, as respostas dadas pela menina negra são sempre diferentes, pois ela também não sabe e, no final da narrativa, a coelha pretinha, ao ser questionada sobre sua origem étnica, responde que fora sua madrinha quem lhe explicou sua origem: “[...] conselhos da minha madrinha [...]” (MACHADO, 1986). E com essa fala encerra a narrativa com um paralelismo entre as duas personagens que, nesse momento, assumem a identidade étnica e protagonismo sobre suas identidades, alinhando os discursos e situando os leitores para uma continuidade perceptiva verbal e imagética.

Acerca da conclusão de *Menina bonita do laço de fita*, Dória (2008, p. 154), discorre que:

A solução poética define o propósito maior do conto, que passa pelo esforço de educar não o não-preconceito, mas encontra na rima e na estrutura repetitiva um apelo mais forte para justificar a si mesmo. A repetição de versos é um recurso comum na literatura popular, em quadrinhas, em lengalengas, nas canções de amigo; por outro lado, a procura de uma “resposta” para um enigma está presente nos contos populares, sejam contos exemplares, maravilhosos, ou contos de fadas. Mas a solução final, como percebemos, nada tem de exemplar, ou de moralista. Traz o lúdico proporcionado pela própria linguagem.

Diante da compreensão do autor, inferimos que a escritora utilizou uma estrutura já conhecida pelos leitores, à repetição de - *Menina bonita do laço de fita, qual é teu segredo pra ser tão pretinha?*, retoma a forma dos versos tradicionalmente preservados no âmbito da literatura popular, por exemplo a literatura de cordel, que se constrói com base na repetição de seus versos, entre rimas.

A busca por uma resposta ou a resolução de um problema, ancorado no clímax motiva o desenvolvimento da narrativa, característica também dos contos populares, e no final temos uma resposta lógica, a árvore genealógica, os cruzamentos entre as espécies e seus resultados, um conhecimento biológico que o leitor iniciante talvez ainda não tenha tido acesso, mas ao passo que vai fazendo a leitura irá perceber no texto e buscará mecanismos para compreendê-lo, ressignificando-o de forma interdisciplinar e intertextual.

Neste percurso evolutivo, destacamos as ilustrações, que possibilitam aos leitores visualizarem a materialização da narrativa, significando ainda mais o texto, corroborando para a produção significativa de sentidos pertencentes ao leitor, ao passo que vai se apropriando do texto literário, acrescentando informações ‘não-convencionais’, como a imagem da privada, do cocozinho, além de potencializar a representação da protagonista ao mostrá-la admirando-se, dançando, arrumando-se, lendo, pintando etc.

As estratégias imagéticas utilizadas pelo ilustrador acrescentam uma carga semântica à representação positiva da protagonista, construindo em seus leitores a ideia da existência de novas identidades, novos protagonismos e novas perspectivas estéticas, uma vez que *Menina bonita do laço de fita* se inscreve como uma literatura de autoria feminina, protagonismo feminino e afrodescendente, além de seu viés de empoderamento feminino e estético, movimentos que caminhavam na contramão e à margem dos ideais sociais do início do século XIX, mas que, na década de 1980, ganhavam materialização através da escrita de Ana Maria Machado. (DÓRIA, 2008)

Intenta-se, a partir da análise construída, que *Menina bonita do laço de fita* é uma obra infanto-juvenil de grande impacto na formação sociológica e cultural dos leitores, pois traz para o cerne das discussões o protagonismo feminino, a identidade cultural, o pertencimento étnico afrodescendente, bem como o ideal estético afro, como a admiração do coelho branco para com a menina negra, recursos que se contrapõem à historiografia literária dos clássicos traduzidos e adaptados, que em sua gênese, no Brasil, não trouxeram personagens afrodescendentes na posição de protagonistas e, quando traziam, sempre estavam em segundo plano, assumindo posições subalternas e marginais, perspectiva essa que se alterou com o surgimento de um novo movimento literário encabeçado por Ana Maria Machado, Lygia Bojunga, Ruth Rocha, entre outras que ecoam na literatura Infanto-Juvenil Brasileira Contemporânea para a diminuição da discriminação racial, do racismo e das opressões sexuais.

4.2 *O cabelo de Lelê*, de Valéria Belém e suas potencialidades no universo da literatura brasileira contemporânea

No universo das transformações globais, entre questões políticas e culturais forçadas pela contemporaneidade, estão em evidência as formações identitárias, especificamente a identidade étnico-racial e de gênero, que se tornaram palavras de ordem neste novo momento, que prioriza entre outras especificidades a estética afro, tão em voga neste século, a partir de novos ideais de beleza e matrizes culturais, o que acabou estabelecendo uma ordem cultural que prioriza a identidade daqueles que por muito tempo se sentiram “aculturados” por outros ideais de beleza e identidade.

Consideradas as assertivas que buscam equacionar os direitos políticos e sociais de mulheres, afrodescendentes e pessoas de gênero, haja vista terem sido excluídas historicamente do social, buscam-se compreender os motivos pelos quais no transcorrer dos séculos essas minorias foram marginalizadas e oprimidas, bem como suas presenças foram ‘apagadas’ da história. Mas é sabido que, via de regra, isso se deu pelo enaltecimento de uma sociedade ‘clássica’, ‘branca’ e ‘machista’. Nesse sentido, intenta-se evidenciar as novas representações desses grupos, focando neste momento as discussões sobre gênero e afrodescendência, categorias que estão passando por um processo de ‘desmarginalização’ na contemporaneidade.

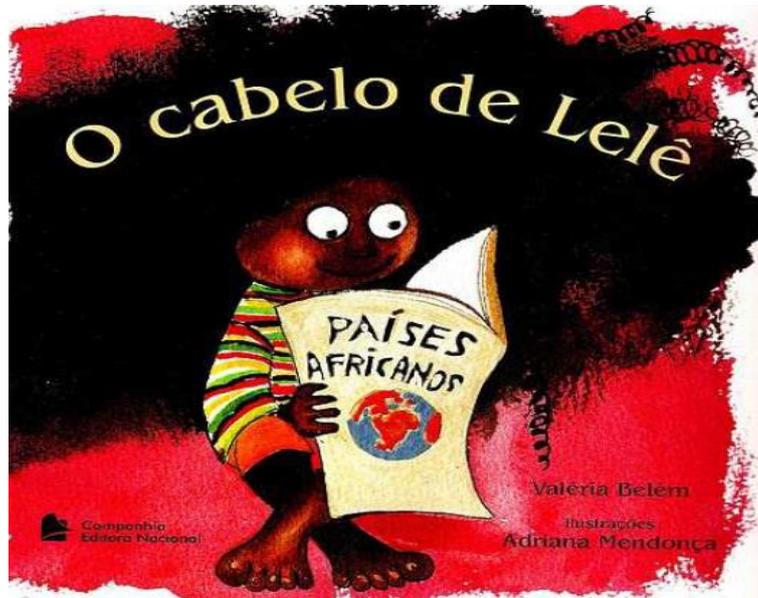
Nesse interim, entre as tensões dessas velhas percepções e a nova sociedade o texto literário vai significando essa ‘nova’ literatura, sob uma perspectiva cultural e fluída, oportunizado novas vozes, cujas perspectivas estético-verbais são alteradas para comporem uma literatura nacional com a identidade afro-brasileira que fora usurpada, valendo-se dos lugares de fala e do autobiografismo como mecanismos identitários, residindo no dilema tradição *versus* modernidade.

Esse movimento se dá graças aos novos discursos que se constroem no inconsciente da sociedade, através do texto literário, capaz de desconstruir, informar e instruir, para o tratamento dessas questões, que são banalizadas por grande parte dos indivíduos, mas que, através da mediação literária, poderão receber outras significações e, conseqüentemente, alterarem o cenário social no qual estamos fincados. Se pensarmos nas possibilidades do gênero infanto-juvenil, possibilitaremos a criação de crianças e adolescentes mais conscientes de suas identidades, cuja responsabilidade e respeito ao outro será naturalizado e a percepção de diversidade étnica e racial fará parte de sua meta-consciência, influenciando-o como qualquer outro exercício diário.

Assim, a obra elencada nesta análise, *O Cabelo de Lelê*, de Valéria Belém, suscita uma discussão à luz da cultura africana, do sentimento de pertencimento étnico, bem como traz para o eixo das discussões a crise de identidade, a auto aceitação e o reconhecimento de

suas matrizes culturais, fortalecendo a consciência cultural dos afrodescendentes e, respectivamente, de seus leitores. (HALL, 2006)

Imagem 04: capa do livro O cabelo de Lelê



Fonte: Belém (2007)

A apresentação imagética de o *Cabelo de Lelê* (2007), logo na capa, situa e antecipa aos leitores a discussão que será travada em sua aura, pois de modo estandardizado apresenta uma menina afrodescendente com seus olhos “esbugalhados” de curiosidade para compreender no mundo, buscando em um “manual” de Países Africanos, sua gênese cultural, ou seja, quem é ela.

O cabelo é o objeto que a desperta, que aguça sua curiosidade para que ela atinja sua necessitada autoafirmação, logo seus cachos do “tamanho do mundo” diferem de uma estrutura estética preconizada em seu social. **Lelê**, protagonista desta narrativa, **não gosta do que vê**. Com essa afirmativa abre para o mundo dos leitores seu estado de espírito ‘inconformado’ com sua imagem, como podemos perceber no fragmento abaixo:

Imagem 05: O cabelo de Lelê



Fonte: Belém (2007, p. 05)

Quando Lelê pergunta “[...] de onde vêm tantos cachinhos? [...]” (BELÉM, 2007, p. 05), a ideia que soa é de exagero. A compreensão acerca da complexidade de sua identidade começa a se movimentar para a construção do enredo. Iniciamos essas considerações, discorrendo sobre a importância da sociedade se construir com bases sólidas na equidade, alimentada numa visão holística pluricultural e pluriétnica, logo os sujeitos não teriam uma ou outra cultura em posição periférica.

O conflito estético pelo qual a protagonista passa é fruto de uma conjuntura histórica, que priorizou dentre outras características o cabelo liso e ‘comportado’. Embasado nessa problemática, Antonio Candido em *Literatura e Sociedade* (2006, p. 13) afirma que “[...] só podemos entender uma obra fundindo texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra [...]”. Nesse sentido, não podemos desconsiderar o percurso histórico no qual a sociedade percorreu, sem considerar suas características e como essas interferiram na construção da ideia de uma única identidade, bem como no processo de construção das formas de opressões.

Para Hall (2006, p. 12), essa noção dialética e dialógica em que as sociedades se estruturaram:

[...] refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e auto-suficiente, mas era formado na relação com “outras pessoas importantes para ele”, que mediavam para os sujeitos os valores, sentidos e símbolos – a cultural – dos mundos que ele/ela habitava. [...]

A partir do exposto pelo autor, consideramos importante ressaltar que, se os sujeitos são consequências das relações estabelecidas e dos parâmetros impostos pelas sociedades, logo Lelê estava num meio sociocultural em que não se identificava, o que é claramente perceptível quando ela afirma “[...] de onde vêm tantos cachinhos?, pergunta sem saber o que fazer[...]” (BELÉM, 2007, p. 05), bem como é ratificado no trecho “[...] Joga pra

lá, puxa pra cá. Jeito não dá, jeito não tem [...]” (pág. 07). Diante dos fragmentos, percebemos que a ideia de auto preconceito é formada por estereótipos construídos e disseminados com “naturalidade” no social, como bem define Dória (2008).

Nesta acepção, acerca das construções estereotipadas que acometem as minorias, para Silva (2004, p. 47) “[...] os estereótipos influenciam negativamente a auto percepção das pessoas, desde que essas pessoas pertençam a grupo ao qual se atribuem características desumanizadas e estigmatizadas”. Nesse sentido, compreendemos que o sentimento de não pertencimento, assim como a não identificação com um único ideal cria no indivíduo uma recusa para consigo mesmo, pois é esse mesmo indivíduo, afrodescendente, que, historicamente foi concebido por esse social como “[...] “selvagem”, “primitivo”, “mau”, instintivo, “sem alma”, para justificar sua sujeição aos maus tratos [...]”. (p.47).

Com um histórico marcado por tantas distorções, é compreensível que os afrodescendentes se questionem, ainda hoje, sobre seus lugares. Mas os questionamentos que cercam a protagonista da narrativa, Lelê, são frutos de uma mudança cultural, iniciada no final do século XX, e que vem se intensificando até os dias de hoje, fruto de um movimento em torno da pluralidade étnica, racial e ideológica que prioriza a equidade e a singularidade dessas especificidades, embora os sujeitos ainda se questionem sobre o porquê das presenças ainda vigiadas, os ‘estranhamentos’ com o que difere do padrão canonizado por séculos, tornando toda forma contrária um crime, haja vista as lutas dos movimentos organizados na busca por esses direitos, na tentativa de descriminalizar toda e qualquer forma de repulsa.

Na tentativa de compreender esse fenômeno, que ainda é recente, Hall (2006, p. 09) discorre que,

[...] Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Essas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais [...]

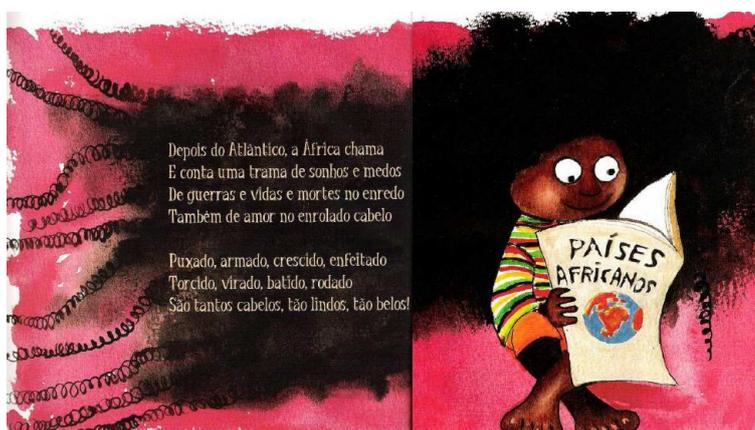
Fincados nessas assertivas, confirmamos a ideia de crise, haja vista as mudanças ocorridas e em transição que interferem diretamente na identidade desses sujeitos. Essa alteridade, nas concepções sociais embasadas num único ideal, se fragmenta para que as transformações possam intervir na constituição dessas novas identidades, agora instáveis, e, embora seja um processo ‘complexo’, está mais próximo desse ser instável do que antes. Hall (2006, p. 09 APUD MERCER, 1990, p. 43), ainda afirma, “[...] a identidade somente se torna

uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza”.

Nesta assertiva, a crise de identidade que autor pontua é a crise que chegou com a contemporaneidade, com a ideia de pluralidade. Assim, podemos relacionar a crise com o que esteve por séculos à margem do que era cristalizado, fechado a um único discurso, bem como num único lugar de fala. Hall (2006, p. 09) acrescenta que a crise só vem com a ideia de deslocamento, o sentir-se deslocado de um lugar ou de um discurso que não seja, também, uma representação desse sujeito, mesmo que não seja em sua totalidade. A contribuição do autor é no sentido de começar a perceber a existência de uma pluralidade, embora não seja a totalidade, mas há uma necessidade de inicializar outras representações sociais, agora de quem sempre esteve à margem do social.

“Lelê não gosta do que vê” (BELÉM, 2007, p. 05). É notório que todo momento a menina não sabe de onde vem os cachos, não se entende. Diante dessa assertiva, compreendemos que a crise não é somente estética, mas perpassa o universo cultural. Com essa inquietação é possível justificá-la com a discussão de Kobena Mercer citada por Hall (1990, p. 43) quando afirma que essa crise só vem com a ideia de deslocamento, quando o diferente é prejudicial a quem o representa.

Imagem 06 – Lelê lê Países Africanos



Fonte: Belém (2007, p. 14-15)

Depois do Atlântico, a África chama. E conta uma trama de sonhos e medos. De guerras e vidas e mortes no enredo. Também de amor no enrolado cabelo. Puxado, armado, crescido, enfeitado. Torcido, virado, batido, rodado. São tantos cabelos, tão lindos, tão belos! (BELÉM, 2007, p. 14)

A imagem que reveste a capa de *O cabelo de Lelê* mostra a protagonista debruçada sobre o livro dentro do livro, cujo título é “Países Africanos”, essa estratégia da escritora alimenta uma interpretação prévia do que se encontrará na narrativa: uma menina

que lê a literatura existente para conhecer sua cultura, e conhecendo sua cultura conhecerá a si mesma. Assim, o mergulho das informações genealógicas dos descendentes de um povo vai para além da compreensão estética, alimenta, sobretudo, o conhecimento de mundo e a visão de diversidade que compõe o universo. Essa veia potencializa nos leitores infanto-juvenis o mergulho intercultural, no caso da identidade afro-brasileira, especificamente, bem como intensifica o gosto desses leitores em conhecer o mundo. Eis uma das finalidades do gênero infanto-juvenil, o de possibilitar com que os leitores galguem outros espaços de experiências.

Nesse sentido, as matrizes culturais atuam como subsidiárias para uma compreensão do universo pré-histórico de cada um, por meio de uma compreensão genealógica daquilo que se acredita ser a essência de um laço cultural, a transmissão de costumes, crenças e ideologias. Em virtude disto, a seleção, por parte da escritora, de uma espécie de “manual” dos Países Africanos para que a protagonista compreenda a si mesma, submersa no universo de seus semelhantes, é uma estratégia significativa para compreender a sua própria identidade, assim como os universos circunscritos que a cerca.

Neste interstício, a procura é intensificada quando a menina é convidada pelo narrador: “Depois do Atlântico, a África chama/ E conta uma trama de sonhos e medos/ De guerras e vidas e mortes no enredo/Também de amor no enrolado cabelo [...]”. (BELÉM, 2007, p. 14). A protagonista se depara com o mais íntimo de sua matriz, sendo convidada a ir à África. Pelo enunciado, temos a ideia de marcação das belezas dos territórios africanos, assim como os medos, grande parte deles devidos à exploração de mão de obra escravocrata, pelos translados nos navios negreiros, viajando de uma margem à outra, sem perspectivas além de serem novamente escravos, como percebemos no trecho “[...] De guerras, vidas e mortes no enredo [...]”, (2007, p. 14). .

Diante desse fragmento, embora seja, para os leitores, uma leitura sensível, sabemos que as mortes dos afrodescendentes assolam os índices de violência motivada por questões étnico-raciais, frutos, via de regra, de racismo e intolerância às religiões de matrizes africanas. No trânsito dessas questões, na crise da identidade de auto pertencimento, Frantz Fanon (2008, p. 93) discorre que,

Há alguns anos, certos laboratórios tentaram descobrir um soro para denegrificar; laboratórios, os mais sérios do mundo, enxaguaram suas provetas, regularam suas balanças e iniciaram pesquisas que permitiriam aos negros insatisfeitos se branquearem e, assim, não mais suportar o peso desta maldição corporal [...]”.

A tentativa de negar a existência do negro foi um movimento mundial, negava-se porque afirmavam que ele não era gente, porque não tinha capacidades intelectuais, por ele ser infectuoso. E àqueles que, por algum motivo, não estavam satisfeitos com suas condições identitárias, se submetiam aos procedimentos, visando uma inserção social, através de um processo de branqueamento, muitas vezes, involuntariamente. Toda essa crise para serem acomodados na sociedade dita ‘pura’, todo esse movimento para não serem vítimas de racismo num país afrolatino que é o Brasil.

Por outro lado, “[...] Também de amor no enrolado cabelo/ Puxado, armado, crescido, enfeitado/ Torcido, virado, batido, rodado/ São tantos cabelos, tão lindos, tão belos! [...]” (BELÉM, 2007, p. 14). O enunciado propõe uma nova leitura do que era “estranho” para aquele social, até para o próprio negro, apresentando inúmeras possibilidades estéticas e estrutural para as características, quebrando a ditadura estética na qual a sociedade permanecia estacionada, que acabava fortalecendo os amálgamas sociais.

Agora as inúmeras formas de manuseios acentuam para uma nova demanda sociocultural, a ‘Afro-brasilidade’. Se formos retomar a reescrita da história da humanidade, citando Pereira (2012, p. 26) acerca dessa perpetuação de ideais, de importância histórica que a Europa teve sobre os demais continentes, percebemos que “O eurocentrismo – a visão de que a Europa é o centro do mundo – perde seu sentido quando aprendemos com os estudos da Pré-história Africana que lá, provavelmente, se encontram as origens do homem e da Terra”.

Embasados nessa assertiva, os lugares de fala se alteram conforme vão sendo descobertos, ouvidos e compreendidos, alterando inclusive a própria história ocidental e visão do todo. É nítida a assertiva de um único lugar de fala, neste caso da Europa, pois existe uma compreensão absurda de que na África nada existe além das mazelas, o que acaba sendo a ratificação de um preconceito, pois no mundo animal, por exemplo, é o continente que mais comporta diversidade e quantidade de animais do mundo, assertiva essa se bem trabalhada no plano das aulas de Ciências poderia possibilitar uma nova leitura sobre o continente africano e suas diversidades de fauna e flora.

A alteridade Afro-brasileira, como natureza distinta, no plano da literatura infanto-juvenil, acena para uma construção psíquica de igualdade entre as etnias, raças e gêneros, logo a criança se constituirá num universo literário em que a pluralidade étnica estará em voga, e os protagonismos estarão em constantes mudanças de parâmetros, movimento que contempla a diversidade e inúmeras possibilidades de leitura e releituras dos novos e dos velhos clássicos do referido gênero literário.

Os objetivos que têm como plano de fundo essas narrativas visam, sobretudo, desconstruir estereótipos e seus consequentes preconceitos, pois sabemos que o objetivo do preconceito é inferiorizar o outro, colocando-o numa categoria subalterna e passível de discriminações. Fanon (2008, p. 110 apud BURNS, 1949, p. 14), concebe o preconceito como:

O preconceito de cor nada mais é do que a raiva irracional de uma raça por outra, o desprezo dos povos fortes e ricos por aqueles que eles consideram inferiores, e depois o amargo ressentimento daqueles que foram oprimidos e frequentemente injuriados. Como a cor é o sinal exterior mais visível da raça, ela tornou-se o critério através do qual os homens são julgados, sem se levar em conta as suas aquisições educativas e sociais. As raças de pele clara terminaram desprezando as raças de pele escura e estas se recusam a continuar aceitando a condição modesta que lhes pretendem impor.

A partir do que reflete os autores, inferimos que as manifestações de preconceito são tentativas de opressão, para manterem-se no poder, mas que hoje já há um movimento que repudia qualquer forma de retrocesso, haja vista os séculos de exclusão historicamente registrados. Em nosso caso, pelo Brasil ter sido o último país a abolir a escravidão na América Latina, isto pesou muito sobre nossa historiografia literária, no tocante às representações dos afrodescendentes em todos os segmentos sociais, especificamente na Literatura.

Essas representações, agora num movimento positivo, são visíveis e vão desde a literatura às telenovelas, espaços disputados e que começaram a se alterar a partir da década de 1980, fruto das militâncias, da própria legislação entre outros segmentos. Em *O cabelo de Lelé*, a autora propõe, após a crise de identidade da protagonista para com seus cachos, um leque de possibilidades estéticas, inferindo que o cabelo pode assumir inúmeras possibilidades, bem como apresenta uma diversidade de crianças afrodescendentes, evidenciando que a pluralidade deve ser a palavra de ordem, conforme podemos perceber na ilustração abaixo:

Imagem 07: Diversidade estética



Fonte: Belém (2007, p. 16-17)

O ‘perceber-se’ através do outro foi uma das características potencializada nessa narrativa. A autora não abriu mão do viés semiótico do qual as crianças e jovens se deleitam. A pluralidade étnica e estética Afro, bem como as inúmeras possibilidades que o cabelo assume diante das personalidades aguça o imaginário dos leitores para a superação dos amálgamas sociais, além de encaminhar para as devidas adesões após se sentirem pertencidas.

Nesse sentido, inferimos que num universo pluriétnico e mesmo após a abolição da escravatura, a educação não discutiu a importância do negro para a história do Brasil, tampouco sua representação. Quando observamos a perspectiva da ciência das raças, compreendemos o que subjaz na noção de superioridade racial que predominou na sociedade brasileira colonial, repercutindo, inevitavelmente na arte literária, lacuna tão discutida neste texto. Assim, segundo Abdala Jr (2003), no Brasil, mesmo quando houve a apropriação das culturas de matriz indígena e africana, porque não foi possível negar seu valor, usou-se o expediente ideológico do escamoteamento, da sustentação das ideologias dominantes voltadas para a hegemonia europeia. Tal apropriação resultou num sincretismo nebuloso que minimizava, principalmente, a contribuição do negro na construção histórica do Brasil.

Nesta acepção, sem o devido reconhecimento, o afrodescendente continuou à margem, pois tinha quase total ausência nesse universo. Destacamos a discussão de Silva (2004, p. 51) sobre a ‘presença’ afrodescendente nos livros didáticos, veículo de grande circulação entre crianças e jovens por todo o país, que se bem trabalhado poderia ter suprido essa “ausência” histórica para com as representações das minorias sociais. Ainda o mesmo autor discorre que

O livro didático, de modo geral, omite o processo histórico e cultural, o cotidiano e as experiências dos segmentos subalternos da sociedade, como o índio, o negro, a mulher, entre outros. Em relação ao segmento negro, sua quase total ausência nos livros e a sua rara presença de forma estereotipada concorrem, em grande parte, para o recalque da sua identidade e auto-estima.

Diante da discussão, compreendendo o livro didático como possibilidade para a desconstrução de uma vida de estereótipos, e um potencial veículo para tirar da margem as minorias étnicas e de gênero, o fato de omitir as presenças demarca um posicionamento ainda de opressão, ou no mínimo uma tentativa de fazê-la. É sabido que o negro, via de regra, historicamente foi representado como o animal, como aquele que devíamos ter medo. Essa discussão é nítida e descrita por Fanon (2008, p. 106-107):

[...] O preto é um animal, o preto é ruim, o preto é malvado, o preto é feio; olhe, um preto! Faz frio, o preto treme, o preto treme porque sente frio, o

menino treme porque tem medo do preto, o preto treme de frio, um frio que morde os ossos, o menino bonito treme porque pensa que o preto treme de raiva, o menino branco se joga nos braços da mãe: mamãe, o preto vai me comer!

O retrato que Fanon apresenta é a representação que os afrodescendentes tiveram e ainda têm, em menor frequência, nas sociedades que se ergueram graças à força da mão-de-obra escrava. É impressionante como o negro era visto como um animal, ao ponto de ser tido como canibal. Nesse sentido, Dória (2008, p. 199) afirma que da escravidão alguns estereótipos sobrevivem: “[...] Chegou até a dizer, nos anos de intenso comércio negreiro, que o negro era uma outra espécie, intermediária entre os humanos e os animais (inventou-se até uma nova categoria, *Homo sylvestris*) [...]”, ideia que corrobora com a discussão trazida por Fanon anteriormente.

Considerando esses rótulos e invenções para com a imagem dos afrodescendentes, o que o negro fazia era ‘concebido’ como uma afronta ao branco. Embora essas características pejorativas recaíssem sobre esse público, não sobravam dúvidas que todos os dias eles estavam mais seguros de seu pertencimento étnico, como podemos perceber neste fragmento “[...] Eu era ao mesmo tempo responsável pelo meu corpo, responsável pela minha raça, pelos meus ancestrais. Lancei sobre mim um olhar objetivo, descobri minha negridão, minhas características étnicas [...]” (FANON, 2008, p. 105).

A afirmação da identidade, da qual discorre Fanon (2008), foi vivenciada por Lelê quando a mesma se deparou com a diversidade étnica da qual se sentiu pertencida, ou seja, quando se encontrou naquele local de fala, naquele ambiente cultural em que se reconhecia como ser de identidade, adentrando num período de questionamentos sobre si e sempre tendo como problemática como o mundo a compreendia, uma vez que era o inverso de um ideal tido como ‘melhor’.

A partir dessas interações, ainda discorrendo sobre a identidade em contato com outras identidades, Hall (2006, p. 12) pontua que, “[...] a identidade é formada na “interação” entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o “eu real”, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem”. Nesse sentido, para um sujeito constituir-se é necessário ter contato com outros sujeitos, numa perspectiva dialógica e interacionista, busca a construção da equidade racial e étnica a partir de trocas simbólicas, construindo indiretamente o inconsciente coletivo e individual.

“[...] Lelê gosta do que vê!/Vai à vida, vai ao vento/ Brinca e solta o sentimento [...]” (BELÉM, 2007, p. 19). Nesse momento da narrativa, já é perceptível que a protagonista

começa a viver a vida em plenitude, pois os amálgamas que a discriminação e o auto preconceito trouxeram e fazem com que esses sujeitos se sintam cada vez ‘menores’ e ‘subalternos’, e o reconhecimento étnico-racial lhes garante a liberdade.

Imagem 8: A beleza de Lelê



Fonte: Belém (2007, p. 23)

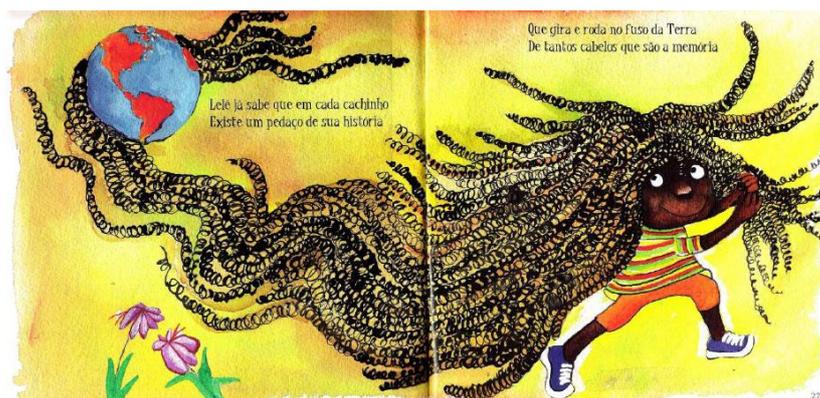
Com o reconhecimento étnico, a autora traz para os leitores os universos das heranças culturais como mecanismo que justificam a identidade. “Descobre a beleza de ser como é. Herança trocada no ventre da raça. Do pai, do avô, além-mar até”. (BELÉM, 2007, p. 23). A utilização desses recursos potencializa a relação das primeiras impressões que a protagonista tem de si mesma, inquieta com sua aparência física, bem como retoma ao recurso estilístico gráfico da capa, o livro que ela segura intitulado ‘Países Africanos’, que estimula quem fala ou escreve, sugerindo conteúdos emotivos e/ou intuitivos, capazes de explicar ‘inconscientemente’ as escolhas particulares feitas por um grupo específico. Inferimos, ainda, que nada está no texto literário por acaso, verbal e não-verbal se interrelacionam para formarem uma unidade semântica.

Imagem 09: Lelê e a magia de ser quem é.



“O negro cabelo é pura magia. Encanta o menino e a quem se avizinha”. (BELÉM, 2007, p. 24-25). É com essas palavras que Valéria Belém dialoga com a obra de Ana Maria Machado, *Menina bonita do laço de fita*, criando uma intertextualidade literária no tocante à semântica da narrativa. Tanto o coelho, que se vê encantado com a cor da menina bonita, quanto o menino que se avizinha de Lelê, justamente pelo seu cabelo, deparam-se com um novo ideal estético, que prioriza, sobretudo, a identidade afrodescendente das protagonistas. Essa intertextualidade literária subsidia uma compreensão para as devidas representações, numa perspectiva cultural, a qual estabelece identidades individuais e coletivas, tendo como base os referenciais simbólicos que se dão, via de regra, através dos discursos.

Imagem 10: Lelê e o mundo



Fonte: Belém (2007, p. 26-27)

“Lelê já sabe que em cada cachinho existe um pedaço de sua história. Que gira e roda no fuso da Terra. De tantos cabelos que são a memória” (BELÉM, 2007, p. 26-27). Nessa assertiva, a protagonista ratifica sua posição diante do mundo e das coisas. A maneira com que o cabelo é apresentado, numa posição exacerbada e descontraída, evidencia a

identidade cultural, pois até esse momento o cabelo assume diversos penteados, o que ratifica as potencialidades estéticas Afro, bem como fragmenta uma ditadura estética que se faz presente num país multiétnico.

Cabe ressaltar que de todas as ressonâncias, tanto dos elementos culturais internos quanto dos externos à obra, o leitor irá compreendê-la conforme seu nível de leitura e percepção, nos quais criará um dialogismo intertextual com as memórias literárias adquiridas no decorrer da vida. Para tanto, buscar-se-á no mundo concreto suas significações, que correspondem ao mundo que se constrói a partir do contato com o texto literário.

No tocante a essa especificidade, Dória (2008, p. 47) discorre que,

Houve uma época em que a literatura infanto-juvenil era claramente orientada para a transmissão de valores aos pequenos. Sem pudor, autores indicavam o que era certo, o que era errado, não só através do enredo, mas também de palavras dirigidas ao leitor, disfarçadas na voz de uma personagem [...]

As discussões do autor direcionam-nos para uma compreensão da existência ratificada de ideologias, bem como dos ideais que ocupam um lugar privilegiado nas narrativas, pois nenhum texto literário está deslocado do mundo, ao contrário, ele é interpelado, assume uma posição e, assim tem seu propósito para além do entretenimento. Social e literário se cruzam para a continuidade da vida, seja através da concretude das coisas seja pelo viés intersubjetivo constitutivo do texto literário.

Imagem 11: *Lelê ama o que vê.*



Fonte: *Belém* (2007, p. 28-29)

Lelê ama o que vê! E você? (BELÉM, 2007, p. 28-29). O enunciado instiga o leitor para a afirmação da identidade, a partir de um processo de autoimagem e auto reconhecimento, no qual a protagonista se despede de seus leitores. Criando um percurso analítico, no início da obra, *Lelê* não se reconhece, o auto preconceito vem como elemento

que lesa sua identidade, num mundo de representações “brancas”, ser negro e fugir dos ideais estéticos é lesar a si próprio.

Partindo do pressuposto da não identificação no social, a menina dos cachos volumosos busca no livro Países Africanos as respostas para todas as suas perguntas, principalmente: De onde vem tantos cachinhos? A pergunta vai se respondendo ao passo que a protagonista vai vivendo e se reconhecendo no livro. O problema da narrativa demarca também o lugar da semiótica, pois é a partir do plano imagético que o texto vai construindo seus sentidos. Acerca deste recurso, Silva (2000, p. 80) pontua que,

[...] essa característica da linguagem tem consequências importantes para a questão da diferença e da identidade culturais. Na medida em que são definidas, em parte, por meio da linguagem, a identidade e a diferença não podem deixar de ser marcadas, também, pela indeterminação e pela instabilidade.

A indeterminação e a instabilidade das identidades definem as identificações e as diferenças, não podemos compreendê-las como algo negativo, ser diferente não é ruim, tampouco devemos privilegiar a quem delas pertencem, pois não é um processo de troca de ideais, mas, sobretudo, de equidade. Em ambas as narrativas analisadas, as diferenças assumem papéis imprescindíveis. O primeiro traz a diferença como algo a ser enaltecido, admirado, posição tomada pelo coelho; na segunda, a diferença é a crise, o não pertencimento a uma comunidade, cuja identidade reside, ainda, no colonizador, mas que vai se desvelando ao passo que vai tendo contato com seus universos culturais e ancestrais, corroborando para a descoberta de si.

Sobre o processo de mudança de identidade, conforme vai se descobrindo outros universos, nos quais os indivíduos se sentem pertencidos, Hall (2006, p. 21) enfatiza que:

Uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida. Ela tornou-se politizada. Esse processo é, às vezes, descrito como constituindo uma mudança de uma política de identidade (de classe) para uma política da *diferença*.

Nesse sentido, o autor acentua que, segundo a representação do sujeito, a identificação pode ou não ser instantânea, bem como esses mesmos sujeitos podem ocupar outras identidades, citamos aqui, por exemplo, o caso das pessoas que passam pelo processo de branqueamento para se inserirem em uma comunidade, como aconteceu na literatura brasileira com Machado de Assis, Maria Firmina dos Reis, Lima Barreto, entre outros.

Diante de uma historiografia literária marcada por processos tão dolorosos, como o branqueamento, as opressões, o sexismo entre outros, apesar de tardia, ter uma literatura que

contemple os excluídos é reescrever a história oficial do Brasil, correndo o risco de perder muitas informações em virtude do escamoteamento oficial, do qual a nação ficou refém por séculos, mas inaugurando um movimento precursor de escrita. Assim, consideradas essas assertivas, *Lelê* finaliza sua narrativa apresentando que o convívio entre/das diferenças é possível, haja vista a pluralidade étnica que forma a sociedade brasileira, e que obras literárias e sociedades intertextualizam-se umas às outras nas compreensões ‘entrelinhas’ dos leitores, bem como em seus deleites.

Portanto, a menina que se pergunta “De onde vêm tantos cachinhos”, é a mesma que ama o que vê, no final da narrativa, mostrando a seus leitores infanto-juvenis que o mundo pode ser como você quiser, sobretudo, que as diferenças somam, potencializam e reconhecem as matrizes culturais de quem delas se constituem e estão submersos. O cabelo de *Lelê* além de ser uma narrativa para se pensar o auto reconhecimento, a identidade na pós-modernidade (identidade da diferença), é um ponto de partida para se pensar como os ideais estéticos se modificam ao passo que as diferenças são reconhecidas e respeitadas, corroborando para uma consciência pluriétnica que deve se construir desde a infância, com o respeito e o acesso às informações, articuladas com o trabalho pedagógico, mas não se restringindo a esse.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No universo das transformações globais, entre questões políticas e culturais forçadas pela contemporaneidade, estão em evidência o respeito às diferenças. Nesta discussão, especificamente das identidades culturais, étnicas e de gênero, que se tornaram palavras de ordem neste novo momento, que tem priorizado, entre outras questões, as representações positivas dessas minorias de representação política, afrodescendentes e mulheres, as quais, em virtude de um processo de branqueamento e sexismo, sofreram por séculos o peso das opressões, estabelecidas pelas supremacias.

Nesse sentido, as obras aqui analisadas nos fazem refletir a respeito das identidades afrodescendentes e femininas, cujas representações foram, no decorrer da historiografia literária, negativas ou depreciadas, quando não eram excluídas. Essas problemáticas nos direcionam a pensar o vínculo entre sociedade e literatura, haja vista ser a literatura a arte de se questionar e denunciar o social, como bem fez Maria Firmina dos Reis em *Úrsula*, quando descreveu a situação dos afrodescendentes no Brasil.

Isso significar dizer que as identidades afrodescendente e feminina estão em evidência, e precisam ser discutidas à luz da crítica literária, em uma transição historiográfica, posto que são espaços e lugares ainda marginalizados pelo cânone literário e que agora, na contemporaneidade, esses indivíduos buscam seus lugares a partir do texto literário, juntos aos leitores e, conseqüentemente, no social.

Ao se considerar os percursos historiográficos da literatura infanto-juvenil no Brasil, desde sua gênese à contemporaneidade, percebemos que os textos literários estão intrinsecamente ligados aos contextos sociais, históricos e ideológicos. Considerada essa assertiva, identificamos, no início do gênero literário no Brasil, uma ausência de representação afrodescendente, movimento que demarca uma literatura protagonizada exclusivamente por brancos, o que acaba por responder as conseqüências do ‘branqueamento’ no país.

Tudo isso significa dizer que textos e contextos são conseqüências do social da época, não que seja regra geral, mas, em grandes proporções, a relação entre literatura e sociedade responde a pergunta que suscitamos nesta pesquisa: Como os afrodescendentes foram representados na literatura infanto-juvenil brasileira contemporânea?

O *corpus* analisado nos apresenta um universo ‘novo’, cujas temáticas estão centradas na diversidade que compõe o Brasil, e que foram por tanto tempo excluídas das

discussões, seja pela história e importância da identidade africana, seja por tocar em dois pontos sensíveis: a identidade afro-brasileira e a feminina. De um lado a negação das contribuições do negro para a construção do Brasil e suas influências na cultura, na arte, na culinária etc., de outro a tentativa de fortalecer o sexismo, o machismo e todas as formas de opressões femininas das quais as mulheres, potencializadas pelo Feminismo, eram reféns.

Menina bonita do laço de fita e *O cabelo de Lelê* são obras que se encaixam perfeitamente nas proposições contemporâneas, cujas identidades são questionadas e circundam a relação entre o Ser e o tempo, conforme nos direciona Alfredo Bosi. Assim, pertencer a uma matriz cultural que ainda é ‘vigiada’ afirma, sobretudo, o caráter tardio das representações sociais que esses públicos tiveram e continuam galgando no social, bem como as representações negativas, que potencializam os estigmas e os preconceitos.

Vale destacar, para que compreendamos o caráter tardio dessas representações, os significados e objetivos da literatura infanto-juvenil. Inicialmente, as crianças não eram consideradas para o social, logo não haveria necessidade de uma literatura destinada a elas. Ao se considerar, por força de uma demanda que privilegiaria os infantes como sucessores de suas famílias, a literatura infanto-juvenil surgiu com uma finalidade pedagógica e didática, para que os leitores assimilassem melhor os valores e informações que eram repassados, como conteúdos, bem como as temáticas que deveriam compor a formação intelectual do público leitor, no eixo das matrizes curriculares.

Pensar em uma literatura infanto-juvenil, que trazia como protagonista um afrodescendente, é pensar em uma literatura menor, inferior à literatura protagonizada e escrita por brancos. Esse *apartheid* racial que marcou a gênese da literatura infanto-juvenil, no mundo e no Brasil, chegou com as traduções e adaptações, sendo responsável pela justificativa negligenciadora do surgimento dessas temáticas somente na contemporaneidade, cujas discussões tomam o social, tardiamente.

Assim, compreendia-se que eram consideradas literaturas menores àquelas que traziam os negros em posições não mais subalternas, tampouco com representações estigmatizadas, distinguindo-as por desconstruírem a visão que uma etnia era melhor que a outra, assim como a diferença não sendo mais um problema, e que seu objetivo só lhe servia para separar as sociedades. Essas literaturas ‘menores’, segundo Deleuze e Guattari (2014), se distinguiam das ‘grandes’ literaturas não por serem inferiores ou dependentes, mas apenas por serem diferentes, não cabendo à palavra “menor” um juízo de valor, mas a constatação da inferioridade de representação social dos falantes.

Cabe destacar que a literatura infanto-juvenil ainda é compreendida como um gênero literário menor visto com preconceito por ser, grande parte das vezes, usado com propósitos pedagógicos ou didáticos. Desconstruir essa compreensão implicaria dizer que deveríamos desconstruir um sistema, o mesmo que circunda as discussões étnico-raciais e de gênero, que tentam a todo custo manter seus ideais, que vão desde o machismo sistêmico ao racismo estrutural, movimento que vem perdendo força com a equidade conquistada pelos movimentos sociais, como o Feminismo e o Movimento Negro, bem como a legislação nacional, que, lentamente, altera suas leis para assegurar direitos a todos.

Conscientes que vivemos, ainda, em uma cultura etnocentrista, cujos valores, imagens, representações e construções simbólicas penetram as consciências coletivas, as obras literárias representam seu tempo, embora os artistas sejam visionários, estejam à frente dessa compreensão do ‘agora’, eles continuam sendo os representantes de seu tempo e de suas sociedades, e nesse movimento questionam os valores que são transmitidos. Nesse sentido, Ana Maria Machado se inseriu na literatura brasileira, principalmente na infanto-juvenil, recontando aquilo que havia sido transmitido, através de *‘Histórias meio ao contrário’*, ou colocando um coelho branco admirando uma menina negra, ocupando o protagonismo de “coisa mais linda do mundo”.

O caráter precursor da autora Ana Maria Machado é justamente o de suscitar discussões que são tão palpáveis, estão tão próximas que deixam de serem prioridades, questões das mais sensíveis que retorcem o social para compreendê-las. Não é à toa que ela tem seu lugar junto aos infantes, pois é com base na diferença, representada positivamente, que ela lança meninas bonitas de laços de fitas para dizer que ser negro não é problema.

Do outro lado do barco, a menina dos cachinhos do tamanho do mundo, em viagem pelos Países Africanos, à procura de si mesma, Lelê, que não gostava do que vê, traz para o público infanto-juvenil as discussões sobre a crise de identidade, o não reconhecimento, com base nos ideais que se estabeleceram, e, demasiadamente, não a compreendem. O cabelo de Lelê é precursor porque começa a discutir a identidade estética afro, tão em voga nos dias atuais, mas que era estigmatizada pelo ideal de beleza etnocêntrico, até os finais do século XX, uma ditadura vivida no Brasil, e que contemporaneamente vem deixando de ser regime para ser opção.

As disputas hoje recaem sobre o social, espaço em que são concatenadas as discussões pós-modernas e são colocadas em jogo as identidades, agora dialógicas e sem necessidade de opressão ou disputa de lugar privilegiado, haja vista a contemporaneidade ter entre seus vieses a participação social igualitária, embora saibamos que essa participação é,

muitas vezes, desigual e carrega sim uma carga semântica quando se trata de questões de gênero, de etnia e de raça.

Mas é partindo da literatura e de suas potencialidades que almejamos uma formação psíquica, através da literatura infanto-juvenil, que contemple a diversidade étnica e racial, bem como as matrizes culturais, dando ênfase para o respeito às diversidades religiosas. Salientamos, ainda, que o lugar que cada um ocupa no social, seja ‘privilegiado’ ou ‘periférico’, deve ser descrito tal como é, sem maqueamentos, para não termos que reescrever, novamente, a história do Brasil tal como a História e a Literatura estão fazendo neste século.

Concluimos, a partir das discussões e análises suscitadas neste texto, que *Menina bonita do laço de fita* e *O Cabelo de Lelê* são obras infanto-juvenis de grande impacto na formação sociológica e cultural dos leitores, pois traz para o cerne das discussões o protagonismo feminino, a identidade cultural, o pertencimento étnico afrodescendente, bem como o ideal estético afro, como percebemos na admiração do coelho branco para com a menina negra, ou através do auto reconhecimento étnico vivido por Lelê, recursos esses que se contrapõem à historiografia literária dos clássicos traduzidos e adaptados, que em sua gênese, no Brasil, não trouxeram personagens afrodescendentes na posição de protagonistas, e quando traziam sempre estavam em segundo plano, assumindo posições subalternas e marginais, perspectiva essa que se alterou com o surgimento de um novo movimento literário encabeçado por Ana Maria Machado, Lygia Bojunga, Ruth Rocha, Valéria Belém, Ziraldo, entre tantos outros que, com seus estilos e chãos sociais, ecoam na literatura Infanto-Juvenil Brasileira Contemporânea, seja ela afrodescendente ou periférica, seja ela feminina ou de outras categorias em formação.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Ninfas**. Tradução Renato Ambrosio. São Paulo: Hedra, 2012.
- ALMEIDA, S. R. G. **Mobilidades culturais, geografias afetivas: espaço urbano e gênero na literatura contemporânea**. In. DALCASTAGNÈ, R.; LEAL, V. M. V. Espaços e Gênero na Literatura Brasileira Contemporânea. (Org.) Porto Alegre (RS): Zouk, 2015.
- ARAÚJO, Kelly Cristina. **Áfricas no Brasil**. São Paulo: Scipione, 2003.
- BARTHES, Roland. **O óbvio e o obtuso: ensaios críticos III**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BATISTA, Edilene Ribeiro. **Fragilidade e força: Personagens femininas em Charles Perrault e no Mito da Donzela Guerreira**. Tese de Doutorado. Brasília, UNB 2006.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Zchar, 2008.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1989.
- BELÉM, Valéria. **O cabelo de Lelê**. Ilustração Adriana Mendonça. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.
- BETONI, Camila. **Émile Durkheim**. Online. Disponível em: <http://www.infoescola.com/biografias/emile-durkheim/>. Acessado em: 23/02/2017.
- BETTO, Frei. **Alucinado som de tuba**. São Paulo: Ática, 2000.
- BRAGANÇA, Maurício de. **ENTRE O BOOM E O PÓS-BOOM: dilema de uma historiografia literária latino-americana**. Revista Ipotesi: Juiz de Fora. v. 12, n. 1, p. 119 - 133, jan./jul. 2008. Online. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaiptesi/files/2011/05/11-Entre-o-boom-e-o-p%C3%B3s-boom.pdf>. Acesso em: 12/04/2017.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em 12/11/2016.
- _____. **Lei nº 11.645**, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, e dá outras providências. Acesso em 12/11/2016.

BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana. **Teoria Literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas**. 2. ed. Maringá, 2005.

BOSI, A. **Entre a literatura e a história**. São Paulo: Editora 34, 2015.

_____. **O Ser e o tempo da poesia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BRANDÃO, Luis Alberto. **Regime de Espacialidade na literatura brasileira Contemporânea**. In. DALCASTAGNÈ, Regina; AZEVEDO, Luciene. Espaços possíveis na literatura brasileira contemporânea. (Org.) Porto Alegre- RS: Zouk, 2015.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo"** In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 2.ed. Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CADEMARTORI, Lígia. **O que é literatura infantil?** São Paulo: Brasiliense, 2006.

CANDIDO, Antonio. **Preconceito e Democracia**. (Online) Campinas: Unicamp, 1999. Disponível em: <http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/remate/article/view/3562>. Acessado em: 04/02/2017.

CARROLL, Lewis. **Alice no país das maravilhas**. São Paulo: Ática, 2000.

CARVALHO, Diógenes Buenos Aires de. **As crianças contam as histórias: os horizontes dos leitores de diferentes classes sociais**. Teresina: EDUFPI, 2011.

CASSAB, Latif Antonia; OLIVEIRA, Laís Paula Rodrigues de. **O movimento feminista: algumas considerações bibliográficas**. UEL: 2014.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTILHO, Suely Dulce de. **A Representação do Negro na Literatura Brasileira: Novas Perspectivas**. Revista Olhar de professor, Ponta Grossa, 7(1): 103-113, 2004.

CERVANTES, Miguel de. **Dom Quixote de la Mancha** (Trad. de Viscondes de Castilho e Azevedo). São Paulo: Editora Abril, 1978.

COELHO, Nelly Novaes. **Panorama histórico da Literatura Infantil/Juvenil**. São Paulo, Ática, 1991.

_____. **Literatura infantil: teoria, análise, didática**. São Paulo: Moderna, 2000.

_____. **Dicionário Crítico da Literatura Infantil e Juvenil Brasileira.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006.

_____. **O conto de fadas: símbolos, mitos e arquétipos.** São Paulo: Paulinas, 2008.

_____. **A Literatura Feminina no Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Siciliano, 1993.

COSTA, Janete de Jesus Serra. **Era uma vez um lugar:** um estudo da espacialidade na literatura infantojuvenil clássica e contemporânea. (Dissertação de Mestrado). São Luís: Fotocopiado, 2012.

COSTA, M.V.; SILVEIRA, R. H.; SOMMER, L.H. **Estudos culturais, educação e pedagogia.** Revista Brasileira de Educação, n. 23, p. 36-61, Maio/Jun/Jul/Ago 2003.

CROCHIK, José Leon. **Preconceito, indivíduo e cultura.** 2. ed. São Paulo: Robe, 1997.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix – **Kafka: Por uma literatura menor.** 1a Edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

DÓRIA, Antonio Sampaio. **O preconceito em foco:** análise das obras literárias infanto-juvenis: reflexões sobre história e cultura. São Paulo: Paulinas, 2008.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Literatura e Afrodescendência no Brasil:** antologia crítica. Vol. 1. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

_____. **Literatura e Afrodescendência no Brasil:** antologia crítica. Vol. 2. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

_____. **Literatura e Afrodescendência no Brasil:** antologia crítica. Vol. 3. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

_____. **Literatura Afro-brasileira:** um conceito em construção. In AFOLABI, Niyi; BARBOSA, Márcio; RIBEIRO, Esmeralda (Orgs.) *A mente afro-brasileira.* Trenton- NJ, EUA / Asmara, Eritríia: África World Press, 2007, p. 103-112.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura:** uma introdução. Trad. Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Bahia: Editora Edufba, 2008.

FENSKE, Elfi Kürten (pesquisa, seleção e organização). **Narcisa Amália de Campos - poeta, republicana, abolicionista e feminista do século XIX.** Templo Cultural Delfos, junho/2015. Disponível em: link. <http://www.elfikurten.com.br/2015/06/narcisa-amalia-de-campos.html>. Acesso em 07/03/2017.

FIGUEIRAS, Mariana. **Pioneira da poesia erótica, Gilka Machado tem obra relançada por jovem.** (Online). Disponível em <http://oglobo.globo.com/cultura/livros/pioneira-da-poesia-erotica-gilka-machado-tem-obra-relancada-por-jovem-20985765#ixzz4b2jR70Fo>. Acesso em 09/03/2017.

FLORESTA, N. **Direitos das mulheres e injustiça dos homens**. São Paulo: Editora Cortez, 1989.

FOLHA, Livraria da. **Flicts de Ziraldo Alves**. Disponível em: <http://livraria.folha.com.br/livros/3-a-5-anos/flicts-ziraldo-1018750.html>. Acesso em 09.03.2017.

GELEDÉS, Instituto da Mulher Negra. **Autoras negras da literatura brasileira**. Online. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/15-autoras-negras-da-literatura-brasileira/#gs.rYp7qPY>. Acessado em 04/03/2017.

GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e Anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34: FUSP, 1999.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11^a. Ed. São Paulo: DP&A, 2006.

HEIDEGGER, Martin. **Carta sobre o humanismo**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

HUNT, PETER. (1945). **Crítica, teoria e literatura infantil**. Trad. Cid Knipel. Ed. rev. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

_____. **Toda literatura infantil tenta controlar a criança (2015)**. Jornal O Globo. (Online). Disponível em: https://oglobo.globo.com/sociedade/conte-algo-que-nao-sei/peter-hunt-professor-toda-literatura-infantil-tenta-controlar-crianca-18152942?utm_source=Facebook&utm_medium=Social&utm_campaign=compartilhar. Acesso em 10/05/2017.

JUNG, Carl Gustav. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. [tradução Maria Luíza Appy, Dora Mariana R. Ferreira da Silva]. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LAJOLO, Marisa. **Obra de Monteiro Lobato**. (Entrevista). Nova Escola, S/D. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aKAUuOTQ3Vs>. Acessado em 20/12/2016.

LIMA, Heloísa Pires. **História da preta**. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2002.

LOBO, L. A. **A dimensão histórica do feminismo atual**. In. RAMALHO, C. (Org) *Literatura e feminismo: propostas teóricas e reflexões críticas*. Rio de Janeiro: Elo, 1999b. P. 41-51.

MACHADO, Ana Maria. **Biografia**. Disponível em: <http://www.anamariamachado.com/livro/menina-bonita-do-laco-de-fita>. Acesso em 09/03/2017.

_____. **Menina Bonita do Laço de Fita**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2005.

MAIA, Joseane. **Herança quilombola maranhense: história e estórias**. São Paulo: Paulinas, 2012.

MARÇAL, Márcia Romero. **A tensão entre o fantástico e o maravilhoso.** (Revista Online). São Paulo: PUC, S/D.

MAZIERO, E.; NIEDERAUER, S. H. **Literatura Infanto Juvenil: dos contos de fadas às narrativas contemporâneas.** Revista Online. UNIFRA, 2009.

MENDES, Algemira de Macedo. **Maria Firmina dos Reis e Amélia Beviláqua na história da literatura brasileira:** representação, imagens e memórias nos séculos XIX e XX. Tese (Doutorado em Lingüística e Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC-RS, Porto Alegre, 2006.

MOISÉS, Massaud. **Dicionário de termos literários.** 12^a ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

MOTT, Odette de Barros. **E agora?** 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude:** usos e sentidos. 3^aed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

_____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil:** identidade nacional versus identidade negra. 3^a ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MURANO, Rose Marie. **A Mulher no Terceiro Milênio.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1995.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O sortilégio da cor:** identidade, raça e gênero no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2003.

NICOLELIS, Giselda Laporta. **Amor não tem cor.** São Paulo: FTD, 2002.

OLIVEIRA, David Eduardo de. **Filosofia da Ancestralidade – Corpo e Mito na Filosofia da Educação Brasileira.** Curitiba, Editora Gráfica Popular, 2007.

PEREIRA, Amauri Mendes. **Trajatória e perspectivas do movimento negro brasileiro.** Belo Horizonte: Nandyal, 2008.

_____. **África:** para abandonar estereótipos e distorções. Belo Horizonte: Nandyala, 2012.

PERROTTI, Edmir. **Confinamento cultural, infância e leitura.** São Paulo: Summus, 1990.

PINTO, Tales dos Santos. **As mulheres na história.** (Online). Disponível em: <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiageral/pagu-primeira-presa-politica-brasil.htm>. Acesso em: 09/03/2017.

POLI, Maria Cristina. **A Medusa e o gozo:** uma leitura da diferença sexual em psicanálise. *Ágora* (Rio J.) vol.10 no.2 Rio de Janeiro July/Dec. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982007000200009. Acesso em: 13/05/2017.

PRIORI, Mary del. **História das mulheres no Brasil.** 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SAMUEL, Rogel. **Novo manual de teoria literária.** 1^a ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

SANTOS, Célia Regina dos; Wielewick, Vera Helena Gomes. **Literatura de Autoria de minorias étnicas e sexuais**. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana. Teoria Literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas. 2. ed. Maringá, 2005.

SANTOS, Joel Rufino dos. **Bonsucesso dos Pretos**. In Gosto de África: *histórias de lá e daqui*. São Paulo: Globo, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu. **A produção social da identidade e da diferença**. (org.) Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis. RJ: Vozes, 2000.

STAMATTO, Maria Ines Sucupira. **Um olhar na história: a mulher na escola** (Brasil: 1549-1910). (Online). Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema5/0539.pdf>. Acesso em 02/01/2017.

TODOROV, Tzvetan. **Introdução à literatura fantástica**. Trad. Maria Clara Correa Castello. São Paulo: Perspectiva, 2008.

_____. **A literatura em perigo**. Trad. Cairo Meira. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

VOLTAIRE. **Tratado sobre a tolerância**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

WACQUANT, Loic. **QUE É GUETO? CONSTRUINDO UM CONCEITO SOCIOLÓGICO**. Tradução de Zena Eisenberg e João Feres Júnior. Smelser e Baltes, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782004000200014&script=sci_abstract. Acesso em: 12/12/2016.

ZILBERMAN, Regina. **Como e por que ler literatura infantil brasileira**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

_____. **Literatura infantil: livro, leitura, leitor**. In: _____(org.) A produção cultural para a criança. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982, p. 96-115.

ZIRALDO . In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa1613/ziraldo>>. Acesso em: 09 de Mar. 2017.

ZOLIN, Lúcia Osana. **Crítica Feminista**. In BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana. Teoria Literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas. 2. ed. Maringá, 2005.

_____. **Literatura de Autoria Feminina**. In. BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana. Teoria Literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas. 2. ed. Maringá, 2005.

